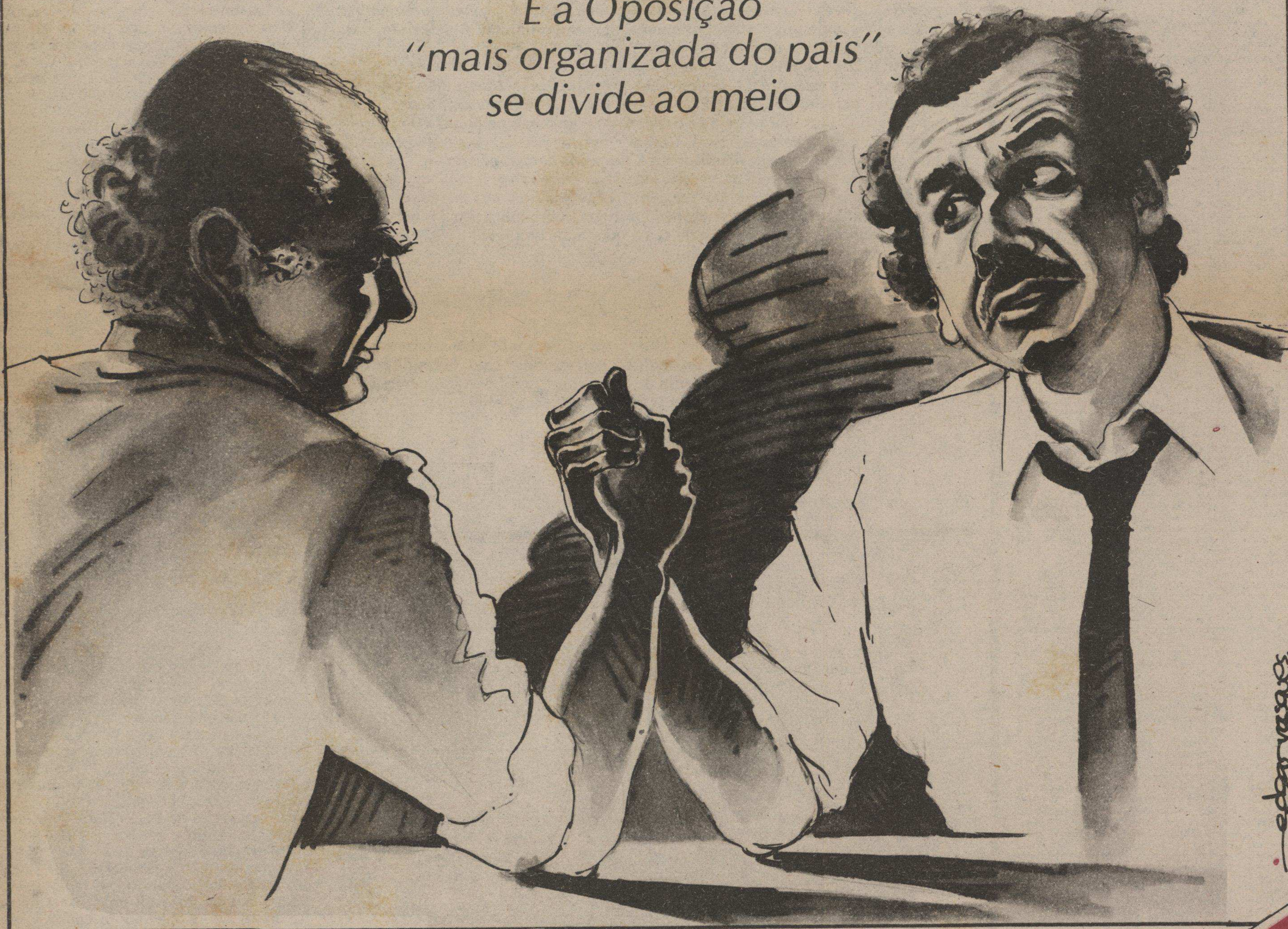


# COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

## O MAIOR RACHA DA OPOSIÇÃO

*Brizola e Simon brigam pela liderança. E a Oposição "mais organizada do país" se divide ao meio*



Edson Vasquez

**BANCO MUNDIAL,  
OS RICOS  
AJUDAM OS RICOS**

O soco (censurado) de Figueiredo



Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

**Editor**  
Elmar Bones  
**Gerência**  
Francisco Alba  
**Secretário**  
Osmar Trindade

**Redação**  
Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Rosvita Saueressig, Luiz Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasil), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paolo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Lincínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Corrêa (arquivo e pesquisa), Mozart dos Santos (laboratório)

**Comercial**  
Francisco Kleber Bressane e Hermínio Pereira  
**Circulação e Assinaturas**  
Manoel Canabarro e Egidio Dalmida

**Industrial**  
Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsato, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubriratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Danclar Jesus Rossato (revisão), Atil Vinetoni Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (montagem), Paulo Roberto de Azevedo SÁ (Coordenador), Júlio César Romano Martins (subcoordenador), Carlos Milton de Zoz Rios (chefe de produção).

À venda somente a partir da edição nº 13.  
Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca. Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

**Endereço**  
Rua Comendador Coruja, 372  
CEP 90000 — Porto Alegre — RS  
Fone 33-5099 (PABX)  
Telex (051) 1605

**COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.**

**ASSOCIADOS:** José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomas Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Affonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Agnes Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Britto Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cintia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Mattias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Costein, Jayme Klintonowicz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneid, José Erasmo Nascimentos, J. Felix Valente, José Guaraci, Fragá, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laíla Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Lincínio Azevedo, Lillian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Carhargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Artech, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Elói, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Mariória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Baires, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najara Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Crivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Coullart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Manera, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubrirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaíne Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldoar Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à  
**AJOCOOP**  
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

# Caro leitor,

O sr. Leonel Brizola declara-se impossibilitado emocionalmente de falar ao Coojornal. Desde o seu regresso, o procuramos em várias oportunidades e ele sempre se esquivou. Ora alegava falta de tempo, ora pedia as perguntas por escrito.

Neste início de dezembro, quando esquentou a questão partidária e a divisão MDB/PTB se transformou numa grande polêmica no Rio Grande do Sul, voltamos a procurá-lo. Queríamos fazer um confronto entre as opiniões dele e do senador Pedro Simon — as duas lideranças que dividem a oposição gaúcha. Brizola concordou em marcar uma hora para falar ao Coojornal, a princípio. Mas, depois, surgiu novamente a alegação da falta de tempo.

Soubemos depois, através de alguns assessores do ex-governador, que chegou a haver uma reunião entre eles e que, então, o sr. Brizola se declarou emocionalmente sem condições de nos dar entrevista. Alega o ex-governador que o Coojornal o atingiu pessoalmente e até pôs em risco a sua segurança ao publicar, em dezembro do ano passado, um extenso depoimento do coronel Jefferson Cardim Osório e do ex-sargento Alberi dos Santos.

Jefferson e Alberi comandaram a primeira tentativa armada contra o regime militar implantado em 64, lançando no Rio Grande do Sul um movimento guerrilheiro — que foi sufocado no seu início. Nos reunimos os dois, quinze anos depois, para fazer uma reconstrução desse episódio — a respeito do qual só se conheciam, até então, as versões da polícia. No longo relato que fizeram, Jefferson e Alberi acusam o sr. Brizola de ter patrocinado a guerrilha e depois, na última hora, retirado o apoio. Falavam também do recebimento de um milhão de dólares de Cuba para financiar movimentos guerrilheiros contra os militares que haviam ocupado o poder no Brasil.

O sr. Brizola estava em Nova Iorque quando saiu a reportagem e tanto ele quanto seus seguidores reagiram mal, argumentando principalmente que se acusava um homem no exílio que não tinha condições de se defender. Na verdade, o ex-governador teve oportunidade de se defender amplamente das acusações de Jefferson e Alberi. Elas foram transcritas em jornais e revistas de todo o país e quase todos eles ouviram o sr. Brizola, que teve oportunidade de retificar o que lhe parecia incorreto ou inverdadeiro. O Coojornal, inclusive, no número seguinte, publicou a versão de Brizola. Recentemente, até num programa de televisão, o sr. Brizola, pôde explicar a história dos dólares de Cuba.

Talvez o sr. Brizola se julgue inatacável. Ou, talvez, tenha confundido a solidariedade que este jornal manifestou várias vezes em relação a ele — por ser líder popular, perseguido e forçado a viver no exílio — com adesão à sua proposta partidária e agora esteja decepcionado com a independência do Coojornal. Tudo isso é compreensível. A única coisa que não dá para aceitar é que um homem como ele, que se diz disposto a ajudar na construção de uma verdadeira democracia neste país tenha uma visão estreita em relação à imprensa. Em todo caso, ele deve saber o que faz. Nosso objetivo aqui, ao registrar esse fato é menos criticar a atitude do sr. Brizola do que dar uma explicação aos nossos leitores a respeito da nossa matéria de capa, que sai incompleta.

\* \* \* \*

Quanto à reportagem com Jefferson e Alberi, nós a julgamos jornalisticamente correta e se precisássemos de uma prova disso, poderíamos citar o Prêmio Esso — o mais respeitável concurso de imprensa do país — que nos deu o prêmio regional este ano, exatamente pela matéria com Jefferson e Alberi, considerada "um autêntico furo jornalístico".

O EDITOR

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.

## Nesta Edição:

<b>5</b>	O soco que o Presidente deu em Florianópolis e que a TV não pôde mostrar	Uma multinacional investe para obter o domínio da petroquímica no país	<b>20</b>
<b>9</b>	Banco Mundial: por que os ricos se preocupam em dar ajuda aos pobres	O principal líder socialista da Bolívia analisa os perigos da democracia relativa	<b>22</b>
<b>10</b>	Um líder operário fala da luta dos trabalhadores no país do capitalismo sutil	Macunalluf, o político mais sem caráter de República quer chegar à presidência	<b>25</b>

**16/17** O MAIOR RACHA DA OPOSIÇÃO — a briga entre petebistas e emedebistas no R. G. do Sul

## Cooperativismo

### Encontro em Poços de Caldas

As cooperativas precisam ganhar força política para terem poder de influência nas decisões sobre a economia do país. Com uma frase de advertência como esta, o presidente da Fundação Brasileira de Cooperativismo (Brascoop), Sérgio Augusto Vasconcelos de Souza, abriu, na penúltima semana de novembro, o II Seminário Nacional de Comunicação Cooperativista em Poços de Caldas, Minas Gerais, na presença de 40 representantes de cooperativas de jornalistas e de departamentos de comunicação de cooperativas brasileiras.

Depois, o presidente da Brascoop mostrou que o cooperativismo brasileiro não senta em nenhum conselho de decisão do governo e pediu o empenho dos participantes do seminário no sentido de tentar alterar a estrutura do sistema cooperativista e preparar o seu ingresso nos meios de decisão mais importantes na nação.

Uma posição crítica em relação à estrutura do sistema cooperativista e no sentido de corrigir distorções acabou sendo a tônica do seminário, que nos três dias seguintes analisou todos os aspectos dos jornais produzidos pelas cooperativas para os seus associados. Uma das preocupações principais: como proceder para que o associado de uma cooperativa tenha maior participação na orientação do conteúdo do seu jornal? O melhor exemplo para ser recomendado foi colhido com a editora do Cotrijornal (da Cotrijuí/Rs), Cristina Brentano de Moraes, que consegue envolver um grupo de agricultores na reunião de pauta do jornal.

No final, a principal recomendação do seminário foi feita no sentido de que os jornalistas e comunicadores se preocupem, fundamentalmente, com a informação correta, a linguagem acessível e adequada ao meio e procurem aproximar a linha editorial dos jornais dos interesses dos seus leitores.

Foi recomendado, também, que o pessoal que trabalha em organismos de comunicação das cooperativas procure se reunir em associações. As cooperativas de jornalistas anunciaram o início da operação integrada de agências de notícias que poderão servir ao sistema e os estudos para um projeto de uma central de informações a nível nacional.

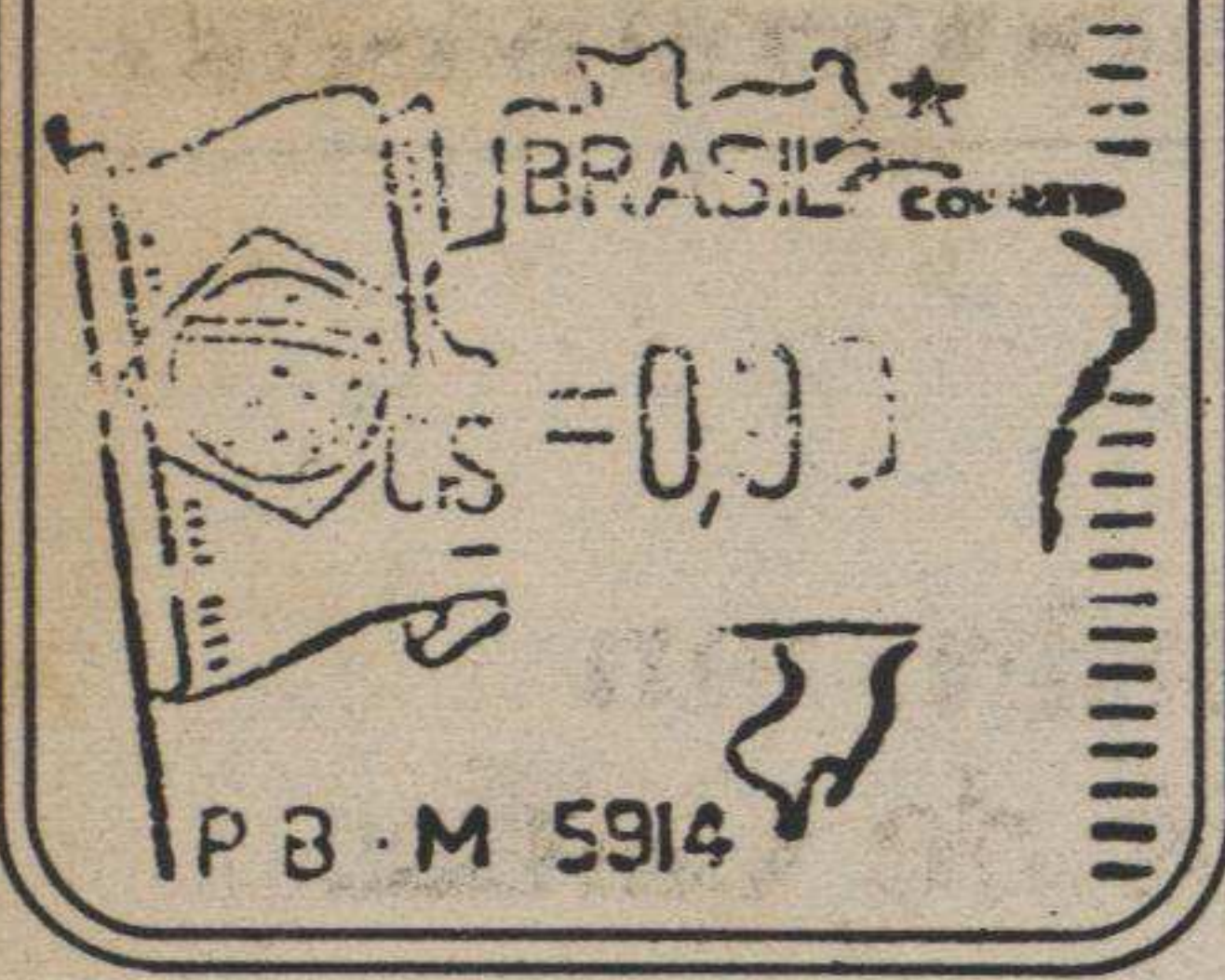
### Concurso sobre naturismo

Os melhores trabalhos baseados em estudos ou experiências sobre naturismo serão analisados e premiados num concurso nacional lançado pela Cooperativa de Consumos dos Vegetarianos da Guanabara. O prazo para inscrição de trabalhos no I Concurso Nacional de Naturismo vai até o dia 31 de março do próximo ano. O naturismo defende a utilização dos agentes naturais — alimentos, ar, exercícios físicos, fisioterapia, fitoterapia, massagens — como métodos de manutenção e recuperação da saúde e é dentro desse espírito que serão julgados os trabalhos. Além de valorizar e divulgar a natureza, o objetivo do concurso é de dar aos cientistas, pesquisadores e às demais pessoas interessadas a oportunidade de apresentarem um trabalho sério nesse sentido.

As monografias devem ser enviadas à Cooperativa dos Vegetarianos da Guanabara e o resultado do concurso será apresentado pela comissão de seleção e julgamento até o dia 31 de maio. O primeiro colocado poderá participar do V Congresso Latino-Americano de Naturismo, que se realizará em Brasília em setembro do próximo ano.

O endereço da Cooperativa dos Vegetarianos, onde também poderão ser obtidas maiores informações, é na rua Pedro I, 7 — 6º andar, Rio de Janeiro — RJ, CEP 20060.





## Um convite a todos: "Vamos fazer boicote à Nestlé?"

"Na próxima vez que você for a um supermercado ou armazém e pedir uma lata de leite Moça ou Ninho ou o café solúvel nestlé, dê uma paradinha. Hoje, já uma multidão de homens e mulheres em todo o mundo se recusam a comprar os produtos deste poderosa multinacional suíça que se chama Societé des produits Nestlé S.A., ou simplesmente Nestlé.

O boicote de produtos Nestlé começou na Europa em 1970 num esforço de conscientizar o mundo da campanha promovida por aquela multinacional visando vender seu produto à custa da mudança dos hábitos maternos do expansivo mercado que lhe era fornecido pelas nações do terceiro mundo.

O objetivo de sua campanha tem sido o de separar a criança do leite de sua mãe, para colocar em seu lugar o produto desidratado que produz. Naturalmente, esta campanha incentivava a criação de uma imagem negativa da mãe descobrindo o peito para dar de mamar ao filho. Conservar a plástica feminina, manter um emprego, dar liberdade à mãe para deixar o filho com uma empregada, tornaram-se o alvo da classe média e da alta. E, na classe inferior, que copia as superiores, passar a dar a mamadeira, ao invés do peito tornou-se sinal de status.

O que se sabe hoje é que esta campanha para separar a criança do peito de sua mãe tem tido conseqüências negativas muito sérias. Hoje sabemos que a natureza, ao criar o leite materno, o fez com o equilíbrio de elementos nutritivos que o homem nunca poderá reproduzir fielmente, e o fez na temperatura ideal do corpo humano que o aquecimento artificial nunca conseguirá igualar. Além do mais, o leite materno fornece anticorpos que têm a capacidade de destruir focos infecciosos, e isto é crucial para o desenvolvimento do sistema imunológico da criança.

E os psicólogos também lembram que as crianças amamentadas ao peito, que conhecem o calor e afeto que as envolvem nos braços das mães, têm a tendência de serem mais calmas, seguras e equilibradas no seu desenvolvimento emocional, tão vital quanto o físico.

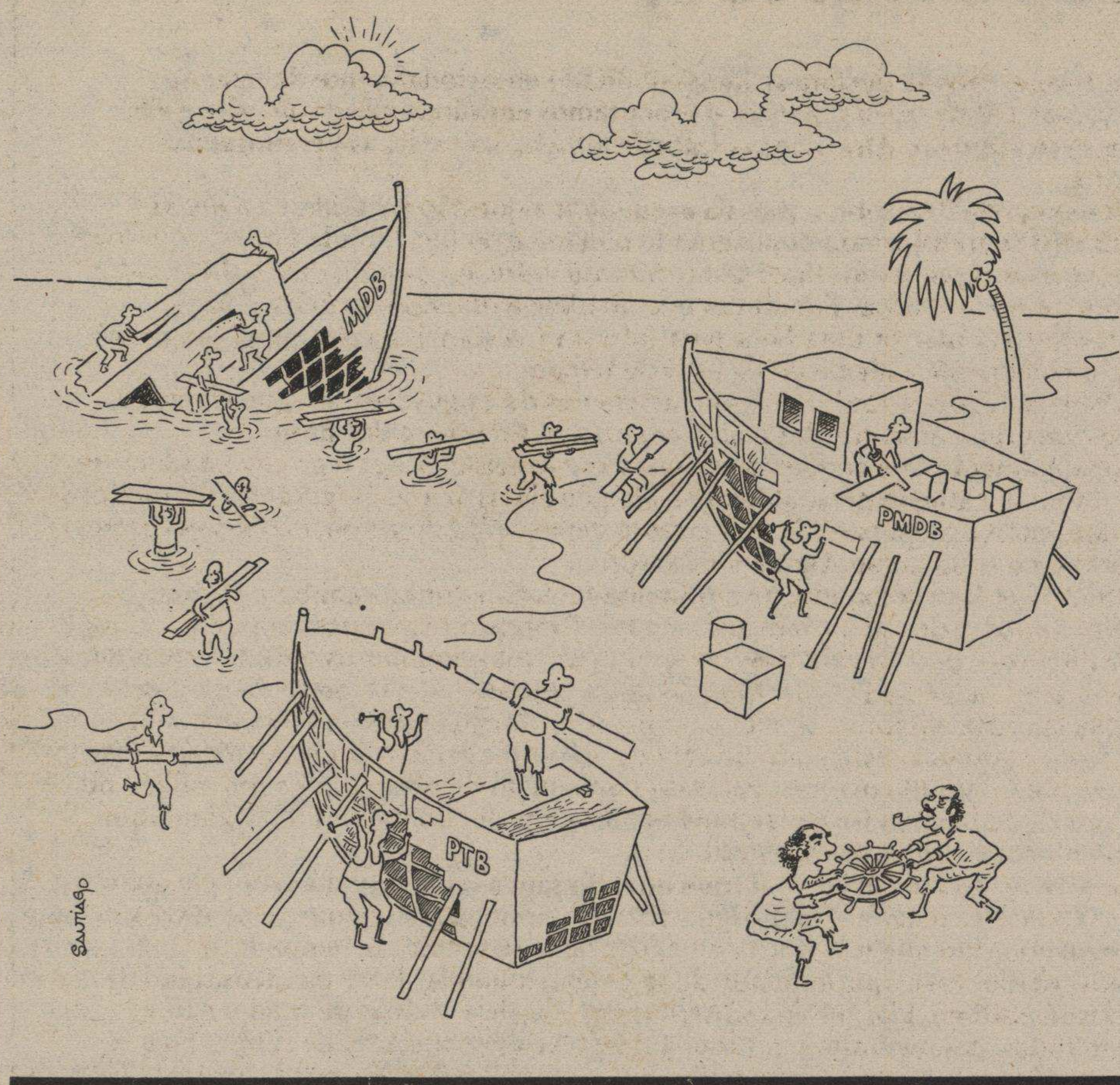
Felizmente, a campanha contra a campanha da Nestlé está dando resultados: a multinacional está sentindo o impacto das restrições dos que não mais compram seus produtos e a indignação moral dos que condenam a maneira com que ela tem procurado convencer as mães a abandonarem o leite materno em troca daquele que é artificialmente acondicionado.

Na Europa e nos Estados Unidos, católicos e evangélicos, se irmanam nesta luta. Para quem tiver interesse em manter contatos com eles, informo que os católicos têm seu centro de ação no Infac (Infant Formula Action Coalition), Newman Center, 1.701 University Ave., SE, Minneapolis, Minn. 55414, USA. E os evangélicos no Inter-Faith Center on Corporats Responsibility, 415 Riverside Drive, New York, 10027, USA. Esses centros produzem documentos informativos que distribuem aos interessados, e são quartéis de comando do boicote."

**William Schisler Filho, Florianópolis, SC.**

## Mordomias da ECT

"Ao ver, no Estado de S. Paulo, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos gastou 400 milhões de cruzeiros (150 mil salários de Cr\$ 2.500,00) em mordomias no XVIII Congresso da União Postal Universal, inclusive Cr\$ 15 milhões



em chaveiros, canetas e broches de ouro, tentei enviar ao presidente da ECT o meu protesto, num telegrama do seguinte teor:

"Coronel Botto bipts decepcionado vglamento não ter recebido meu chaveiro pt saudações jornalista Archibaldo Figueira."

Perplexo, fui informado de que o telegrama não poderia seguir.

E indescritível a minha revolta: tratava-se, antes de tudo, de correspondência particular, existe censura postal neste país? Que poder tem um simples funcionário para decidir o que posso ou não dizer num telegrama no mais puro vernáculo? Não faz muito tempo, do Rio de Janeiro, enviei um telegrama a um companheiro de Brasília dizendo:

"Estou no ar pt Mande notícias ou pepino."

Fui chamado ao Dops, onde tive de informar que aquilo queria dizer que precisava saber se o principal órgão de assessoria parlamentar, o Instituto de pesquisas, Estudos e Assessoria do Congresso, continuava boicotado pela mesa do senado, que não lhe pagava, ou se havia, em conseqüência disto, fechado mesmo.

Constarei, ali, o terror que se instalara no nosso serviço postal. O mesmo terror que vi nos olhos do funcionário que me atendeu agora, especialmente depois de eu lhe dizer que, se outros tivessem a minha iniciativa, seu colega Agostinho de Oliveira não seria debitado em Cr\$ 57.306,05, importância levada por assaltantes da agência São Cristóvão, no Rio de Janeiro. O rapaz ficou mais apavorado ainda, e pediu socorro à chefia. No final, quase chorando, eles me convenceram a não insistir, sob pena de eles perderem o emprego.

Não posso, porém, calar o meu protesto, e peço-lhe que torne público, na seção decartas, aquilo que eu gostaria de dizer particularmente ao coronel Adwaldo Botto de Barros sobre o que anda fazendo com o dinheiro do povo, que somente este ano já teve de enfrentar dois aumentos das tarifas postais, para pagar-lhe as mordomias.

Rogo-lhe que não publique a procedência desta carta, para não prejudicar os funcionários da agência, humanos, corteses, até mesmo meus carinhos amigos. Mas deixo a assinatura, indignada, do

**Archibaldo Figueira"**

## E o Fantástico esqueceu o mais importante

"No Fantástico do dia 25 de novembro o repórter internacional da Globo,

entrevistando o diretor de uma escola norte-americana de mercenários, ouviu deste a afirmação de que já estivera lutando, entre outros países, também no Brasil.

Apareceram cenas e comentários das intervenções deste senhor em Honduras, Haiti, Cuba e Coréia. Nada foi perguntado sobre o que ele fez no Brasil.

Afinal, será que era para os haitianos, hondurenhos ou para os cubanos que se fez essa fantástica reportagem?

Tive aí um bom exemplo do obscurantismo tão doloroso para os que se interessam por nossas coisas. Por isso vou sentir a falta do vosso semanário O Rio Grande — junto com meus votos de imediata recuperação deste, envio meus votos de confiança ao Coojornal."

**Lauro K. Boff, Quaraí, RS.**

## Como se pode conhecer melhor as Forças Armadas?

"Foi uma grata satisfação encontrar aqui na banca de Muriaé um jornal que, vindo de tão longe, trouxesse uma reportagem — O Brasil vai à guerra — tão importante e oportuna.

Realmente, muita coisa tem acontecido nos meios militares brasileiros em termos bélicos, e o fato de uns poucos terem conhecimento decorre não somente da falta de interesse mas também da não divulgação. Por isto, esta feliz reportagem de vocês tem um significado muito especial para todos aqueles que, como eu, se interessam pelo assunto.

Além das dificuldades normais, o fato de residir longe dos grandes centros não me permite acompanhar o desenvolvimento da indústria militar nacional. A não ser umas poucas e isoladas notas e, agora, esta reportagem do Coojornal, não se tinha uma idéia global do poderio de nossas Forças Armadas.

Por esta razão, tomo a liberdade de sugerir uma série de reportagens mostrando a realidade de cada uma de nossas armas. Para justificar, quero citar aqui um fato que chegou ao meu conhecimento e que não vi publicado em lugar algum. Através de familiares de um piloto soube que outros pilotos da Alada, de Anápolis, estiveram este ano na França estagiando nos novos aviões que o Brasil irá comprar. São, segundo a mesma fonte, aeronaves muito superiores ao Mirage III usados hoje em Anápolis. Obviamente, são os novíssimos Mirage 2.000 que, segundo revistas especializadas, são superiores aos novos caças americanos F 16 A.

Este fato, mais a decisão já divulgada pelo Ministério da Aeronáutica, de esten-

der até a Região Sul o Sistema de Defesa Aéreo — Sisdact — nos faz supor que brevemente será criada a II Alada, baseada naturalmente em Canoas.

Para terminar, peço-lhes a colaboração no sentido de orientar-me para conseguir publicações ou livros que me permitam conhecer mais sobre nossas Forças Armadas."

**Gilberto Bernardes, Muriaé, MG.**

**NOTA REDAÇÃO:** A literatura sobre o assunto, no país, é escassa. As publicações oficiais você pode obter na Biblioteca do Exército (Palácio Duque de Caxias, nº 17 — ZC 55, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20000), que edita, além de livros, a revista Defesa Nacional, que circula a cada três meses. Uma publicação estrangeira importante é o anuário do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres (The International Institute For Strategic Studies — 23 Tavistock Street — London — WC2E — 7NQ), que anualmente publica um balanço do poderio militar no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

## Os leitores e amigos esão solidários

Estarrecidos diante da insólita investigação a que se tentou submeter o Coojornal, vimos manifestar aos companheiros de Porto Alegre nossa integral solidariedade. Sua cooperativa e o seu jornal são, para nós, jornalistas potiguares, autênticos exemplos de jornalismo independente, voltado para os interesses mais legítimos do nosso povo. Ficamos à inteira disposição dos companheiros gaúchos.

**Dermi Azevedo, presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Natal, Natal, RN.**

Bravos companheiros:

Tentaram uma vez, tentam agora outra e tentarão de novo, até o carnaval chegar. Quem já resistiu uma vez vai resistir sempre. Da trincheira caratinense, aceitem a solidariedade do Tadeu.

**Arthur Tadeu Dutra Monteiro, Blumenau, SC.**



## Ana Maria Bahiana responde a Elis Regina

"Com relação à entrevista com Elis Regina — "Eu hein, Rosa", publicada no Coojornal de outubro — pediria que fosse publicada a carta anexa, uma vez que Elis se refere à matéria escrita por mim e publicada na Revista de Domingo do Jornal do Brasil, edição de 25/10/79.

"Cara Elis,

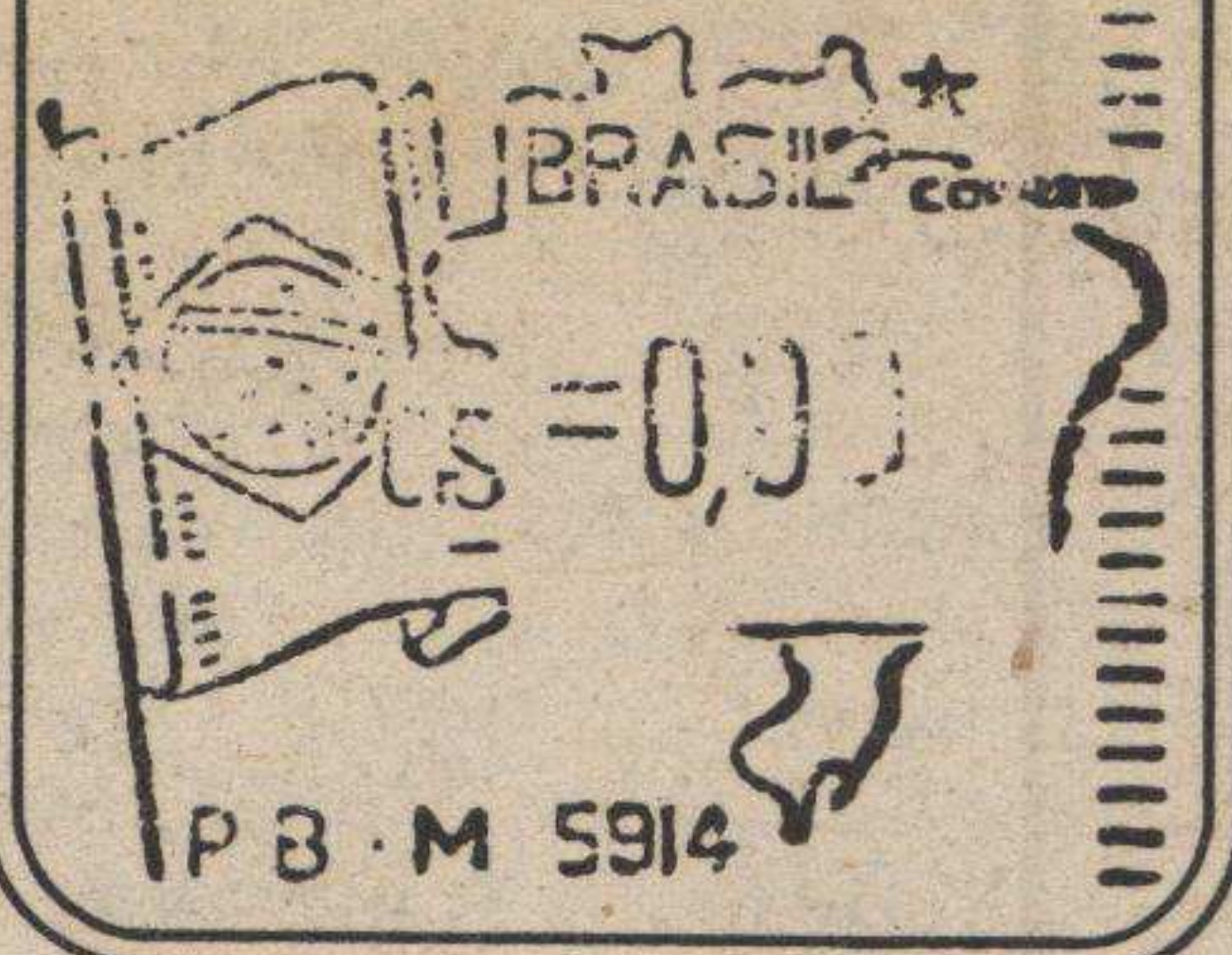
Não sei se uma carta num jornal é mesmo o melhor jeito de se falar. Neste caso específico, acredito até que sim — porque foi aqui, nesse espaço efêmero de papel pintado que se deu nosso desencontro: Revista de Domingo — Coojornal, portanto, Coojornal de novo.

Acabei de ler tua entrevista e comecei a escrever esta carta. Com a cabeça quente? Não, não. Pelo contrário — com

Continua

**As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.**





o coração quente. A cabeça está serena como sereno eu imaginei o texto a que você se refere na entrevista — recebeu o título de "Como fala essa mulher" e saiu na RD de 7/10/79. Vou recapitular a matéria para quem não leu ou para quem já se esqueceu dela. Para começar, não era UMA matéria: eram duas, na verdade. O texto sobre o show propriamente dito era do José Nêumane Pinto. O meu não tinha relação direta com o show — não era, portanto, um "comentário", como você diz — mas era um texto em cima de pesquisa. Um inventário de tua longa, atribulada carreira, e a idéia era levantar isso, o retrato desta jornada, esta caminhada particular de uma pessoa numa era da vida brasileira — e uma pessoa como você, que, como está lá no texto, é "pimentinha, miúda, troncuda e sem papas na língua". Ia desde o Arrastão até Essa Mulher, passando pela trança com margaridas no primeiro casamento à briga por direitos autorais, etc.

E daí, a vai das tantas — vou transcrever literalmente para quem não leu ou já se esqueceu: "Elis derramada, Elis contida, Elis boquirrota, Elis grande dama, que cantou nas Olimpíadas do Exército em 69 — "o Aldir Blanc falou: Você cedeu como cederam os 90 milhões" — e na greve de metalúrgicos de São Bernardo — "foi uma coisa muito forte".

Pronto. Nosso pomo de discórdia está aí, nessas quatro linhas. Sinceramente, para mim, não há sujeita, não há intenção oculta, não há sacanagem, não há dedurismo. Está lá, é um fato: Elis cantou nas tais Olimpíadas. E, junto, está tua explicação, tua visão, na voz incontestada de Aldir: "Você cedeu como cederam os 90 milhões". Claro. Cristalino. Não escrevi: "Elis tem uma carreira contestadora depois de ter cantado na semana da pátria a serviço do governo". Não pensei nem escrevi isso, como você falou na entrevista — nem na idéia, nem no ato. Pensei e escrevi o que saiu publicado, o que eu transcrevi aí em cima, nem mais nem menos.

Acredito, Elis, que você desenvolveu uma espécie de calo hipersensível com relação a esse incidente. E não era para menos: foram tempos negros. Só espero que esse calo não perturbe, hoje, tua visão das coisas.

Você fala, com razão: "Nós somos tão poucos". Não posso saber com certeza a quem, exatamente, você se referia quando disse "nós". Imagino que sejam todas as pessoas que, de algum modo, pensam, criam, se rebelam e lutam contra a injustiça, o autoritarismo, o sufocamento da raça humana. Me honra pensar que, de alguma forma, você me incluiu nesse "nós".

Com amor,"

Ana Maria Bahiana, Rio de Janeiro, RJ.

P. S.: A frase do Aldir, que eu citei na matéria da RD, foi mencionada por você numa entrevista à Veja, edição de 25/10/78.

## Propaganda enganadora

"Por apreciar imensamente o cooperativismo, principalmente o honesto e interessado em transformar as injustiças sociais dos poderes centralizados em liberdade e responsabilidade (artigos raros no mundo atual e em nosso país em particular), é que sou leitor assíduo do Coojornal. Assinante deste mensário há já dois anos, muito tenho apreciado inumeráveis matérias, embora nem sempre concordando in totum com as opiniões expostas. Afinal, esta deve ser a dialética da liberdade democrática.

Por outro lado, entendo as dificuldades financeiras que vocês devem ter para colocar nas bancas e na casa dos assinantes o Coojornal, com boa qualidade de impressão e cobertura jornalística apurada. Porém, como conservacionista e secretário-geral da Agapan (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), foi com imenso desgosto que observei na página 26 da edição de outubro o anúncio da Agro-Industrial Barra do Ouro Ltda., responsável pelo malévolo projeto Ouroville, que irá comprometer definitivamente as nascentes dos rios dos Sinos e Maquiné. O projeto há tempos vem tentando se instalar, em área proibida para tal fim, patrocinando propaganda enganadora da opinião pública e de eventuais desavisados que se dispõem em comprar áreas naquele local. Este empreendimento está do mesmo lado daqueles que por anos têm enganado a opinião pública e os brasileiros, submetendo nosso bravo povo a toda sorte de privações e injustiças sociais.

Espero que os senhores possam ter outro anunciante neste espaço, que patrocine causa mais nobre ou, pelo menos, não tão danosa, sob pena de eu me valer do único instrumento que me resta, suspender a assinatura e leitura do Coojornal."

Alfredo Gui Ferreira, Porto Alegre, RS

**NOTA DA REDAÇÃO:** O Coojornal aceita a veiculação de anúncios mas em nenhum momento submete sua orientação editorial aos interesses de eventuais anunciantes. O caso Ouroville (o Coojornal foi o primeiro a denunciar todas as irregularidades, ainda em 78) poderá voltar às páginas deste jornal no momento em que surgirem evidências de novas irregularidades além das que já foram objeto de reportagens neste jornal.

## Uma história de perseguições que poucos conhecem

"Fico muito agradecido pela ajuda importantíssima na quebra do silêncio imposto para ocultar a violência de que fui vítima, ao recorrer à Justiça, buscando reparo por lesão a direito meu (Coojornal, outubro de 79). Na verdade, existe algo pior que a censura prévia a que me referi na entrevista: mais terrível é a autocensura — ou a censura por encomenda.

Aos poucos, a opinião pública vai tomando conhecimento dessa história terrível de perseguições e desrespeito a um profissional de vida limpa, transformado em alvo de deboche por obra de insensatez.

Abusando da boa vontade de vocês,

gostaria de esclarecer que, antes de ingressar na Justiça, esgotaram-se todas as tentativas de reparação por via amigável, além do compromisso assumido pelo sr. Roberto Dualibi de publicar pedido de desculpas.

Em setembro de 1977, escrevi ao Conselho Nacional de Propaganda, solicitando explicações e manifestando que minhas expectativas de reparação lastreavam-se na "natureza eminentemente ética do conselho". Resposta: nenhuma. Também enviei carta ao empresário Mauro Salles, invocando sua qualidade de figura respeitada no meio publicitário e, portanto, em condições de ajudar a encerrar, sem demandas, o desagradável episódio. Igualmente, a resposta foi o silêncio.

Por outro lado, apelei à Conar (Comissão Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), que não se manifestou.

Quando ingressei na Denison, em outubro de 1977, a convite da empresa, ficou bem claro que a agência não se envolveria com o problema, não interferindo na minha liberdade de agir conforme eu entendesse. Estamos vendo, porém, que as coisas mudaram, prolongando o meu castigo de vencedor (?) do Concurso Unibanco de Literatura. Na conversa amistosa com o presidente da Denison, fui convidado a retirar a ação, sob ameaça de demissão, inclusão do nome em lista negra e a garantia de silêncio completo na imprensa. Eu seria liquidado em sigilo, que agora vai sendo rompido, pela coragem de uns poucos e, principalmente, pela coragem de vocês."

Ruy Carlos Lisboa, Rio de Janeiro, RJ

## O descrédito é geral e não tem cadeia que chegue!

"Por estes dias andaram barbarizando por aí.

Premiaram o Doca Street — certamente por ter livrado a sociedade de uma mulher; deram um tiro humilhante num homem lá de Alvorada; um doido sacrificou crianças em Cantagalo e o povo foi lá e terminou com a casca do assasino; um bando de motoristas resolveu fazer justiça pelas próprias mãos e acabou com um inocente lá em Curitiba; lá no Rio de Janeiro até mataram um garoto jogando bola; mataram outro na saída do Maracanã; e Deus sabe quantos e quantos mais foram vitimados e que não foram notícia no Jornal Nacional ou em outro noticioso qualquer.

Como se não bastasse, anunciaram que dentro de pouco tempo o tal de Frank Sinatra virá faturar a grana minguada dos brasileiros. Por falar nisso, seria oportuno anotar os nomes dos que assistirão o tal show do homem. Mais tarde estas anotações poderiam servir para ver se os mesmos que pagaram 18 mil cruzeiros de ingresso são contra ou a favor de uma melhor distribuição da renda nacional.

Que papagaiada, hein, companheiros? Enquanto isto, o custo de vida anda pela hora da morte. Não será por isto que andam tirando a vida por tão pouco?

Nem faço idéia do que tem uma coisa a ver com a outra, mas que tem gente botando revolta pelo ladrão, isso só não vê quem não quer. Sabe lá se não é por estas e outras que o pessoal anda apelando, aumentando a violência de modo a causar medo!

A verdade é que não tem mais cadeia que chegue e o descrédito é geral. Será que para o fim do ano não poderia vir um pacote de confiança, de esperança, de exemplares punições pra quem tem culpa no cartório? Do jeito que anda a coisa, já é caso pra polícia...

Pensem que é brincadeira, é? Pois estão bem enganados. Tudo isso é medo!"

Egon H. Musskopf, Santo Ângelo

## "O Brasil desconhece a verdadeira anistia"

Anistia promulgada de cima para baixo nunca foi anistia, muito menos irrestrita: o exemplo é o projeto oficial que o Brasil engoliu. Mas, com ele, tivemos mais uma demonstração de como age a maioria de nossos parlamentares:

eles nem se preocupam se tal e qual projeto que estão votando é justo ou não, mas preocupam-se, sim, com seu efeito na sua vida parlamentar, única e exclusivamente.

Assim, a anistia deu no que tinha que dar: vários presos políticos continuam na cadeia, enquanto muitos outros envolvidos, "de direita", não se sentiram nem um pouco ameaçados, mas até fortalecidos, em nome da segurança nacional.

"E falando em segurança nacional, o AI-5 continua aí, com outro nome, agindo normalmente e impedindo que os mortos de fome, os trabalhadores brasileiros, neguem-se a trabalhar de graça aos donos dos meios de produção. E, são proibidos de entrar em greve para conseguir um melhor salário, um salário que seja suficiente para se comer todos os dias do mês.

Clairton Porto, São Paulo, SP.

## "Vandrê, para as gerações alienadas"

Como reflexo da abertura política, a gravadora Emi-Odeon lançou um compacto simples com duas músicas liberadas, na época de suas edições, e posteriormente vetadas. De um lado, encontra-se o Comportamento Geral, do Gonzaguinha, do início da década de 70. Do outro lado, finalmente, a caçadíssima (pelo público) e cassadíssima (pela censura) Pra não dizer que não falei das flores, do Festival da Canção de 1968 e que valeu a Vandré, seu autor, não apenas a carreira artística, mas todo um processo político, vazado aqui e ali pela imprensa, no que permitiram que fosse publicado. Esta faixa é interpretada, a contento, pelos vocalistas modernos.

Aproveitando o rombo político, a gravadora RGE-Fermata lança também um compacto simples com o próprio Vandré, ao vivo, no Maracanzinho, interpretando seu canto proibido que, pela ótica do regime da época, atentava contra a segurança nacional e, que ao que parece, este canto tão aberto, luminoso e claro, tão tático, tão terra-terra, foi também, à revelia de seu autor, um dos responsáveis pelo parto monstruoso que foi a edição do AI-5, de triste memória e que privou o povo de tanta coisa boa, principalmente no campo cultural. Inutilmente. Os tempos hoje são outros e aos poucos vamos saindo do calabouço para um tempo de luz ainda meio indecisa e nos alimentamos, agora, de iguarias que nos foram inquisitorialmente sonegadas, haja vista a liberação de grande número de obras em todos os setores da atividade cultural.

Lamenta-se apenas o fato de, nesses tempos de desvario comercial que caracteriza o mercado de consumo, não ter sido reeditado um compacto da Som Maior, e que oferecia ao público duas versões do canto de Vandré: no lado B a versão em estúdio e no lado A a versão ao vivo com a participação do povo, no Maracanzinho. Esta gravação é muito mais participante, muito mais vibrante do que a que nos oferece a gravadora Odeon.

Com estes discos, as gerações mais novas, desconstruídas da própria identidade cultural, no embalo alienado das discotecas, vão tomar contato com a grande força criativa e interpretativa de um artista comprometido com a realidade de seu povo e tempo, e, quem sabe, talvez questionem e entendam o porquê do aval oficial a tanta alienação cultural que nos é imposta.

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

## ATENÇÃO

Avisamos aos nossos assinantes e leitores que o sr. Marco Antonio Pires, brasileiro, moreno, baixo, magro, de cabelos lisos, com aproximadamente 30 anos, não mais está autorizado a realizar assinaturas, renovações ou quaisquer outros negócios em nome desta Cooperati-va.

Porto Alegre, dezembro de 1979  
Coojornal

## AVISO AOS ASSINANTES

Solicitamos aos assinantes abaixo relacionados que entrem em contato com a Coojornal, para regularização de endereços.

PORTO ALEGRE  
ADRIANA COSTA, CLÓVIS ZIMPEL, JOÃO PEREIRA COSTA, MIL-  
TON LANÇA MACEDO, NEWTON B. FUENTEFRIA, RENATO  
ZART, RICARDO JSERHARD.

### INTERIOR DO RS

ILSON BUBBE — São Leopoldo  
PAULO IVAN FABRÍCIO DA SILVA — São Francisco de Paula  
O IMIGRANTE — Nova Palma

### OUTROS ESTADOS

ALEXANDRE JOSÉ COSTA LIMA — Recife — PE  
ANSELMO SOARES — Mantenedópolis — ES  
ENOQUE JOSÉ DE OLIVEIRA — Terezina — PI  
JONAS TEIXEIRA — São Paulo — SP  
JOSÉ DURVAL BRAGA DO AMARAL — São Paulo — SP  
PAULO SÉRGIO MACHADO — Aragarças — GO  
SAULO PETEAN — Rio Branco — AC  
VICTOR HUGO SPERB — São Paulo — SP

PREZADO ASSINANTE: Não deixe de comunicar qualquer alteração em seu endereço.



# O soco de Figueiredo foi censurado

A cena durou segundos. O presidente Figueiredo, depois de retirado do meio da multidão, havia tomado um cafezinho no Café Ponto Chic, no centro de Florianópolis, e se encaminhava para a saída. Nesse instante, um homem de cabelos compridos surgiu a sua frente e gritou: "Seu filho da...". Mal conseguiu terminar a frase e um soco desferido pelo presidente o atingiu no rosto, quase jogando-o ao chão.

No tumulto que se seguiu, o homem desapareceu e poucas pessoas perceberam claramente o que havia ocorrido. Armando Cunha, assessor de Imprensa do ministério das Minas e Energia, foi um dos que presenciaram a cena e, pouco depois, a descreveu para o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, José Nazareno Coelho.

No início da tarde, eufórico, o chefe da sucursal da Tv Eldorado, de Criciúma, Ariovaldo Machado, informava que a sua emissora havia sido a única a filmar o soco do presidente:

— Foi um direto de esquerda, no rosto, quase derrubou o cara! Nós filmamos isso a menos de três metros.

Às 19 horas do mesmo dia, o apresentador Aderbal Machado, irmão de Ariovaldo, anunciava aos telespectadores do Jornal *Enfoque*, da Tv Eldorado, a transmissão da cena sensacional, que seria feita às 23 horas em rede com a Tv Bandeirantes de São Paulo. Milhares de pessoas no sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, onde alcançam os

sinais da Tv Eldorado, esperaram em vão ver o filme do soco do presidente.

A polícia federal em Florianópolis também foi informada da existência do vídeo-teipe gravado pela equipe de telejornalismo da Eldorado e logo tratou de proibir sua divulgação. Com um telefonema para a direção da Tv em Criciúma (200 km ao sul de Florianópolis), a transmissão foi suspensa até que dois carros da polícia militar foram à emissora apanhar o teipe. Eles chegaram às 11 horas, e os tripulantes do volks, de placas CE 3998, recolheram a gravação.

No dia seguinte, um único jornal, o *Jornal de Santa Catarina*, registrou o incidente. Os demais órgãos da imprensa brasileira, aparentemente, foram surpreendidos pelos acontecimentos de Florianópolis. A tal ponto que apresentaram uma cobertura bastante confusa dos fatos envolvendo o presidente, seus ministros e assessores.

Se não estivessem tão seguros da popularidade de Figueiredo, os homens que cuidam da imagem do presidente talvez tivessem dado atenção a um outro incidente ocorrido uma semana antes da sua visita a Florianópolis, no restaurante Cabana da Ilha — ponto de encontro de estudantes, intelectuais, políticos e surfistas da capital catarinense.

Nesse restaurante o compositor Luis Henrique, o "namorado brasileiro de Liza Minelli", apresenta um show e, numa das noites, tentou mostrar a sua mais recente criação aos frequentadores da casa. Ten-



O gesto provocativo de Figueiredo

tou, pois não conseguiu terminar a música e nem o show. Aos primeiros versos do samba *João da Conciliação*, o público reagiu de tal forma que ele foi obrigado a encerrar sua apresentação naquela noite.

Pois foi este mesmo samba — feito sob encomenda e tocado insistentemente pelas rádios e tevês locais nos dias que antecederam a chegada de Figueiredo — o que atiçou os até então tímidos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina que às 10 horas daquela sexta-feira (30 de novembro), esperavam a chegada do presidente ao palácio Cruz e Souza, empunhando faixas e gritando slogans contra o regime e o custo de vida.

Quando Figueiredo entrou no palácio, a Agência Nacional teve a infeliz idéia de abafar as vozes dos estudantes — quase 200 — aumentando o volume dos altofalantes instalados na praça XV de Novembro, defronte ao palácio, mas já sem conseguir evitar a alteração de João da Conciliação para João da Exploração, por parte dos estudantes.

Forçado, o equipamento de som sofreu uma pane e, então, a palavra de ordem "povo unido jamais será vencido"

passou a ser ouvida dentro do palácio pelos membros da comitiva presidencial.

Às 11h02min foi a vez do próprio presidente — também demonstrando excessiva confiança na sua popularidade — dar o seu lance infeliz: da sacada do palácio, estendia o braço, aproximando os dedos polegar e indicador da mão direita para dizer que os que viaavam eram uma minoria. Ele alternava esse gesto com outro, largo, para indicar que a maioria das pessoas na praça estava com ele.

Esses gestos deram origem a um coro mais agressivo: "Um, dois, três, quatro, cinco mil. Figueiredo vá pra p...". Quando o presidente voltou para o interior do palácio o coro estava aumentado por algumas dezenas de populares. Por alguns instantes, Figueiredo tentou ignorar. Mas o coro da rua chegava limpo, claro e cada vez mais forte.

De repente, ele deu as costas à sua comitiva, desceu um lance de escadas e em rápidas passadas ganhou a rua, deixando a segurança para trás. Ficou frente a frente com os manifestantes:

— Quem é que representa vocês? Porque é que a minha mãe está em pauta? Não admito ofensas pessoais!

A surpresa paralisou os estudantes por instantes, tempo suficiente para que os ministros Cesar Cals e Elizeu Resende, já com a segurança, praticamente o arrastassem para o *Senadinho*, como é conhecido o Café Ponto Chic, a 200 metros da praça.

Recomposto, o presidente tomou o cafezinho, constante do programa, enquanto os estudantes se deslocavam para o local. Na saída, houve o discutido incidente do soco.

Para evitar que este e outros lances que pudessem comprometer a imagem presidencial fossem vistos pelos catarinenses, o governador Jorge Bornhausen deu plantão desde as 19 horas, nos estúdios da Tv Catarinense, do grupo gaúcho RBS. Pouco antes do *Jornal Nacional*, retransmitido pela Catarinense, Bornhausen leu o script da parte local do telejornal e não gostou. Pela primeira vez

Continua

## Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros do Sul. O Cooperativismo foi uma delas.

*A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.*

*Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como*



*armazenamento e comercialização de produtos.*

*Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.*



COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



na curta história da recém-inaugurada emissora, o *Jornal Nacional* não foi ao ar.

O assunto teria terminado por aí — afinal, o próprio Planalto dera nota oficial declarando o episódio superado — não fosse uma terceira decisão infeliz, esta do governador Bornhausen. Num jantar (sábado) com o general José Maria de Toledo Camargo, comandante do Grupamento do Leste Catarinense, pediu uma "ação exemplar de reparação. O estado gastou Cr\$ 5 milhões e tivemos uma festa boicotada".

Assim, com as prisões de 5 estudantes (Marise Lippel, Rosângela Koerich, Geraldo Barbosa, Nilton Vasconcelos e Hamilton Alexandre) e a ordem de prisão para mais dois, o governo conseguiu mobilizar amplas parcelas da população em favor dos estudantes, que então programaram uma manifestação para a terça-feira.

Com chuva, a manifestação, já proibida pela Secretaria de Segurança, acabou mobilizando mais de 7 mil pessoas — o que é muita gente para a pacata Florianópolis — graças, também, a um mal-elaborado aviso da própria SSI. Durante todo dia fez veicular, nas rádios, um estranho comunicado: "Atenção, hoje, às 18 horas, na Catedral, haverá uma manifestação de solidariedade aos estudantes presos. A SSI avisa que eles estão bem. E pede para que o povo não compareça. Hoje, 18 horas, na frente da Catedral. Não compareçam... hoje, 18 horas... na catedral..."

## Militares condenam. Júri popular absolve

Dois crimes, duas sentenças. Dia 9 de novembro, um conselho especial de justiça presidido por um major e integrado por três capitães da brigada militar condenou 18 PMs e absolveu mais 10, todos eles indiciados num grosso processo por furtos e arrombamentos ocorridos há um ano na zona comercial do centro de Porto Alegre. Usando viaturas e até o serviço de rádio como apoio logístico, os PMs arrombavam lojas e praticaram furtos, atribuídos depois a marginais.

Cinco advogados se revezaram na defesa dos réus, num julgamento que durou dois dias, e usaram a mais variada argumentação. Um deles, Carlos Frederico Guazelli, chegou a sugerir que a brigada militar estava no banco dos réus, em consequência dos baixos salários pagos à corporação. Era uma causa indefensável num conselho de sentença formado por militares: o tenente envolvido foi condenado a 10 anos e três meses de reclusão e as outras penas variaram entre três e nove anos, para um sargento, cabos e soldados envolvidos.

### QUATRO MORTOS

Dia 14 de novembro, em Tenente Portela, a 465 quilômetros de Porto Alegre, um júri popular absolveu o inspetor de polícia Léo Ivanderli dos Santos. O crime: no final da tarde do dia 26 de novembro de 1977, Léo Ivanderli prendeu quatro agricultores que haviam bebido e participado de um incidente na estação rodoviária da cidade. Trancou-os no xadrez de uma camioneta e colocou o veículo na garagem. No outro dia, os quatro amanheceram mortos.

Djalma Aparecido da Silva, o promotor que acusou, alinhou ilegalidades e arbitrariedades cometidas pelo policial. Juarez Teixeira Dihel, o advogado que defendeu, sustentou que Léo Ivanderli agiu em estrito cumprimento do dever. Quer dizer, as prisões sem flagrantes e ilegais e o fato de usar o xadrez de uma camioneta como cela seriam rotina na corporação.

Um ponto pela morte dos quatro agricultores: um delegado que presidiu o inquérito na primeira fase reconheceu a falta funcional do inspetor e a autoria de homicídios com dolo eventual. No entanto, o advogado de defesa convenceu os jurados do contrário, dizendo que o delegado Pedro Paulo Felice agiu como Pôncio Pilatos para resguardar a integridade da instituição policial.

OSMAR TRINDADE

# Sem querer, o padre estragou tudo

*A história começa com um rapaz ferido e amarrado à cama num pequeno hospital do interior*

Juarez Rosa da Silva, 20 anos, morador da Vila Restinga em Porto Alegre, contou sua história perante uma comissão de deputados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, no dia 20 de novembro.

Disse que foi preso na manhã do dia 11 de outubro para dar informações sobre o *Baleia*, um assaltante que a polícia procurava. Para fazer com que ele falasse, os inspetores Irani Bertelli e Milton Luiz Machado, da Delegacia de Assaltos, o torturaram com tanta violência que ele teve o braço direito e a perna esquerda fraturados, além de um profundo corte na cabeça.

Juarez descreveu detalhadamente o local das torturas, uma sala da Delegacia de Furtos e Roubos equipada especialmente para esse fim e conhecida como a *sala do pau*. Mencionou ainda uma enfermaria da própria DFR, onde foi examinado por um médico alto, gordo, loiro e uma enfermeira.

Como precisava de cuidados, Juarez foi levado pelos dois policiais para um pequeno hospital na localidade de São João da Reserva, a 200 quilômetros de Porto Alegre. O lugar era seguro: São João da Reserva não tem mais do que 30 famílias e o hospital tem como presidente Carlos Pedro Joaquim, um agente da Polícia Federal, licenciado para "tratamento de saúde". Os policiais o internaram como "vítima de atropelamento".

### GASOLINA

Tudo teria dado certo se o hospital tivesse um traumatologista. Como não tem, o médico Lothar Diesel, o único da localidade, recomendou a remoção de Juarez para outro hospital. Como era fim de semana e estavam com pouca gasolina resolveram esperar até segunda, para voltar a Porto Alegre (de Porto Alegre, levaram Juarez para Camaquã).

Na segunda-feira, quando os dois saíram para providenciar o combustível, apareceu o padre José Flávio Weiser-mann, responsável pela paróquia de São João da Reserva, que realizava uma de suas visitas habituais ao hospital. Juarez estava no "setor de isolamento" — um pavilhão separado, que fica nos fundos do prédio — acorrentado à cama, com um curativo na cabeça e uma tala na perna esquerda. E contou sua história ao padre.

Através do padre, o caso chegou aos jornais. Mas os policiais agiram rápido e mostraram que estavam articulados. Em poucos dias a versão de que Juarez fora torturado estava desmoralizada e uma reportagem publicada num dos principais diários gaúchos, *Zero Hora*, selava definitivamente os fatos: Juarez da Silva, fora atropelado, depois de desentender-se com companheiros de assaltos dentro de um carro. Os companheiros o empurraram para fora do veículo e ele ficou ferido.

Os policiais, porém, não ficaram satisfeitos com a versão. Então, cuidadosamente, levaram-no ao hospital.

### CONTRADIÇÕES

A reportagem de *Zero Hora* tinha como base um depoimento dado pelo próprio Juarez e apresentava uma foto que minimizava os seus ferimentos: ele aparecia de lado, de modo que não se via o ferimento da cabeça e a perna que-

## MISTÉRIO DE SÃO LOUÍ COMEÇA A SER DESVEN

arginal Juarez Rosa da Silva que recebeu e desapareceu misteriosamente no Hospital São João da Reserva, em São João da Reserva, colocando em alerta pessoas das áreas de defesa dos direitos civis. Foi internado, ontem, pela equipe de reportagem policial de *Zero Hora*. Numa entrevista que deu, com muitas reservas e medo de ser localizado não apenas pelos policiais que o procuram mas também pelos brios marginais com os quais se detronou.

cie nega que tenha sido vítima de violências praticadas por agentes da lei e revela que os ferimentos que tem foram provocados por um atropelamento que sofreu na BR-116, de onde teria sido removido, segundo suas palavras, por uma viatura da Polícia Civil que transitava pela rodovia. Ao mesmo tempo, no início da noite de ontem, a Polícia Civil emitiu nota oficial sobre o assunto, dando conta das providências que estão sendo tomadas.



Juarez Rosa da Silva, 20 anos, que em uma desmaiação desde o dia 11 de outubro no Hospital São João da Reserva, na Vila Restinga, distrito 29 quilômetros de São João da Reserva, foi localizado pela equipe de reportagem policial de *Zero Hora* e contou sua história. No entanto, com medo da Polícia, que o está procurando, pediu que não fosse revelado o local exato onde se encontra, em Beldes Velho.

Falando baixinho e demonstrando muita desconfiança ele narrou como foi parar no hospital e como conseguiu sair, mentando ao padre Flávio, que fora feito uma visita aos doentes do hospital e encontrou ferido dentro numa cama.

Na ocasião Juarez disse que fora sepa-

A reportagem de ZH: atropelamento

brada e engessada estava encoberta pela outra.

Claro, a história era quase inacreditável. Em primeiro lugar, por que policiais recolheriam um ferido à beira da estrada entre Porto Alegre e uma cidade do interior e em vez de trazê-lo à capital, o teriam levado para um hospital sem recursos? E mais: por que ficariam quase quatro dias, com uma viatura da delegacia, recebendo diárias, cuidando de um

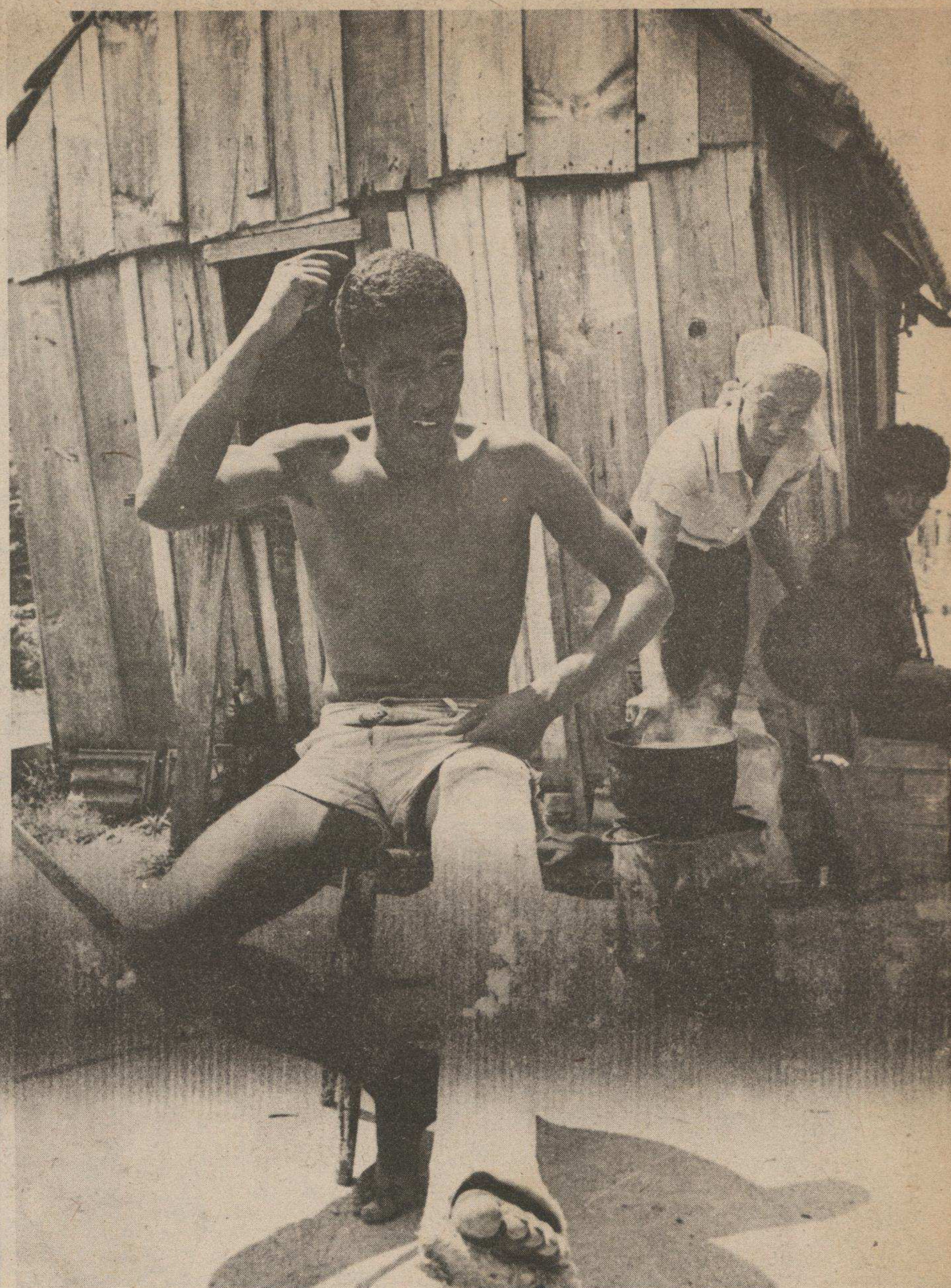
homem com passagens pela polícia. Por que pagaram as despesas do hospital, etc.?

Isso sem falar no depoimento do médico Lothar Diesel que disse não ter visto em Juarez indícios característicos de atropelamento escoriações, marcas de pneus e outros. "Eu achei estranho, mas só não me preocupei porque o rapaz estava acompanhado por policiais", disse depois o médico.

Havia ainda várias contradições na versão dos policiais. Na reportagem de *Zero Hora*, Juarez mencionou da briga com os companheiros como causa do atropelamento. Na sindicância, aberta pela polícia, os dois investigadores disseram que eles estavam levando Juarez para indicar o paradeiro de um marginal e pararam no meio da estrada para urinar. Quando eles desceram do carro, Juarez tentou fugir correndo e, então, foi atropelado. Mas no hospital de Camaquã, onde Juarez teve a perna engessada e o braço enfaixado, os dois disseram que ele havia "caído de uma escada". (Nesse hospital, Bertelli pagou Cr\$ 4 mil e assinou uma nota promissória relativa aos Cr\$ 6.950 restantes. A promissória venceu no dia 6 de novembro e ainda não foi resgatada).

A versão do atropelamento prevaleceu na primeira sindicância feita pelo Departamento de Investigações da Polícia. O secretário de Segurança João Leivas Job, contudo, não ficou satisfeito e pediu que o Departamento de Organização e Correição (DOC) fizesse um novo inquérito. E o DOC, órgão criado em março deste ano, exatamente para tratar de crimes envolvendo policiais, concluiu que a versão das torturas era a verdadeira. Os dois inspetores já estão afastados.

Além disso o promotor de São Lourenço do Sul, Antônio Carlos Avelar Bastos, está processando Bertelli e Menezes por seqüestro e lesões corporais. Pensa em ir adiante. Ele acha que os dois policiais não poderiam ter-se ausentado da cidade tantos dias, usando uma viatura oficial, sem os seus superiores saberem. O superior direto, no caso, é o delegado José Apolo do Amaral, chefe da Delegacia de Assaltos. Em seu depoimento aos deputados, Juarez da Silva, afirma que



Juarez da Silva: "Fui forçado a dizer que tinha sido atropelado"



Coojournal recebe Prêmio Esso

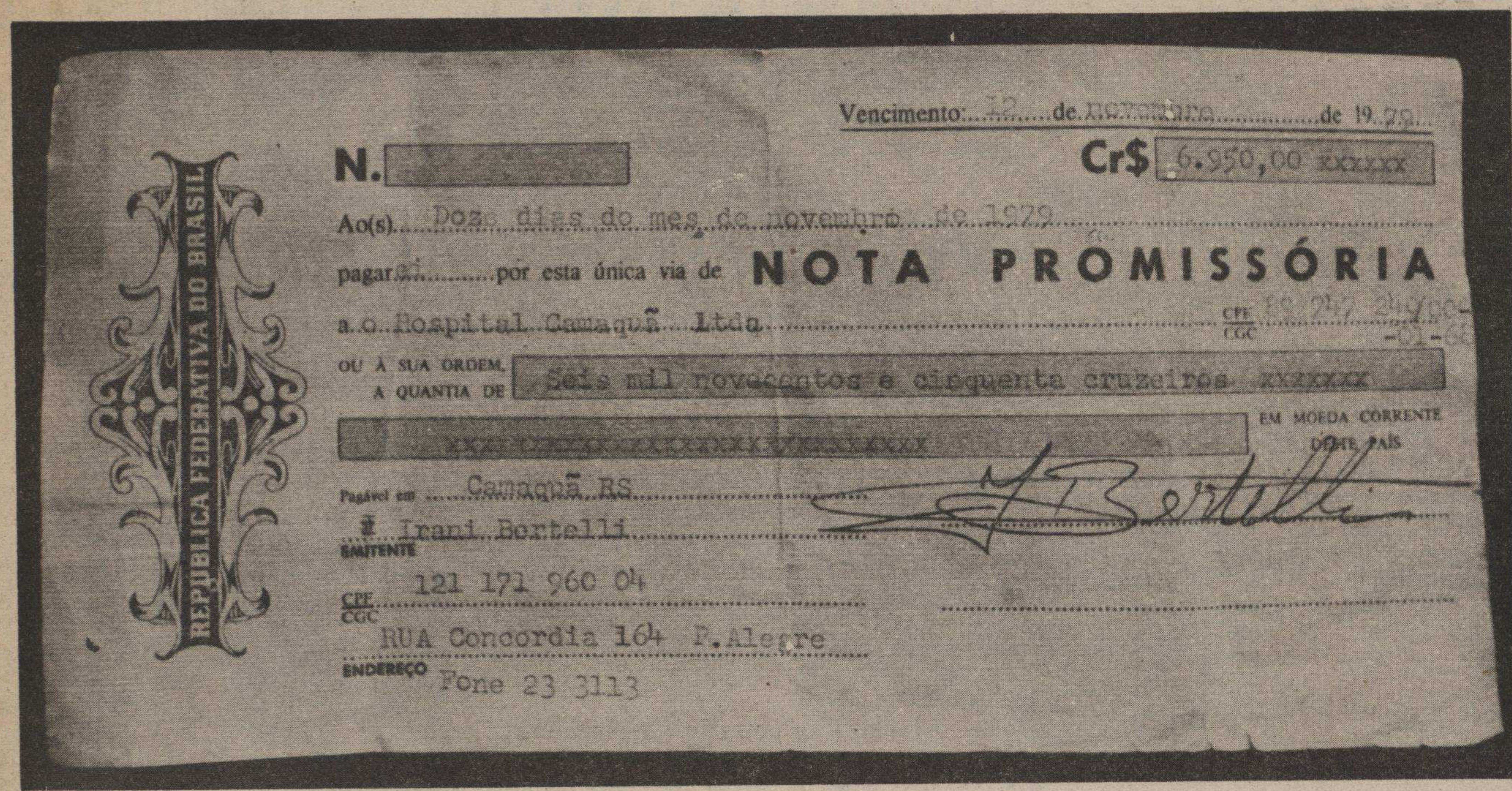
O longo, paciente e corajoso trabalho de investigação realizado pelos jornalistas Luiz Cláudio Cunha e J. B. Scalco, da sucursal da revista Veja em Porto Alegre, sobre o seqüestro do casal e duas crianças uruguaias foi, mais uma vez, reconhecido. Os dois ganharam o primeiro lugar do Prêmio Esso de Jornalismo de 1979, pela reportagem *O seqüestro dos uruguaios*, um trabalho "de indiscutível repercussão nacional e internacional", segundo o parecer da comissão julgadora.

A nível regional, o **Coojournal** também foi premiado. Os repórteres Osmar Trindade e Najar Tubino ganharam o Prêmio Esso Regional Sul pela reportagem *Guerrilha no Sul: 23 homens tentaram levantar o país*, publicada em dezembro de 78 e considerada pela comissão julgadora "um caso típico e concreto de furo de reportagem".

Tido como um dos mais importantes prêmios jornalísticos do país, o Esso teve, este ano, 234 reportagens e fotografias inscritas por 152 profissionais. A comissão que examinou os trabalhos, durante dois meses, declarou que, pelo menos, uma dezena mereceria o primeiro prêmio (afinal conquistado por Luiz Cláudio e Scalco) "pelo rigor da apuração, pelo cuidado da edição, pela perseverança na busca de fatos e provas, mesmo, nas condições mais adversas". Todos estes trabalhos, no parecer da comissão, demonstraram "o nível excelente da produção jornalística do Brasil de hoje".

Os demais premiados foram: Fotografia, Jorge Araújo de Carvalho, da *Folha de S. Paulo*; Informação Econômica, Geraldo Hasse, da revista *Exame*; Informação Científica, Paulo Queiroz Andreoli, do *O Estado de S. Paulo*; Informação Esportiva, Odir Cunha e Castilho de Andrade, do *Jornal da Tarde*; Regional Sudeste, Luiz Carlos Modesto, do *Jornal do Brasil*; e Regional Nordeste, Ronildo Maia Leite, do *Diário de Pernambuco*.

RAFAEL GUIMARÃES



A promissória deixada por Irani Bertelli no hospital de Camaquã

chegou a conversar com ele, ao retornar de Camaquã.

POLICIAL OU REPÓRTER?

No seu depoimento, Juarez Silva, contou também como foi feita a reportagem para *Zero Hora*. Disse que foi procurado por um policial também chamado Juarez, "que alegava ser jornalista da *Zero Hora*". Ele estava acompanhado por um fotógrafo e pelo policial Jorge Careca. Em troca de Cr\$ 100,00 e uma carteira de cigarros, Juarez da Silva foi forçado a dar a entrevista "inventada pelo delegado Jorge Careca". Na hora das

fotos, o "policial Juarez" mandou que ele baixasse a perna para que o gesso não aparecesse.

A descrição física do policial Juarez — alto, gordo, cabelos grisalhos puxados para trás, meio careca, branco, olhos azuis, sem bigode — corresponde ao repórter Juarez Hasse, autor da reportagem publicada no jornal. O editor do jornal, porém, considera "absurdas" as acusações de Juarez da Silva e diz que tem uma fita com a entrevista gravada. "Não sei por que, diz ele, os deputados se preocupam tanto com um marginal, quando existem vários outros casos de arbitrariedades policiais envolvendo pessoas de bem, e ninguém fala nada".

O secretário de Segurança também considerou "bobagem" a afirmação de Juarez da Silva sobre a existência de uma sala de torturas na DFR. "Não devemos esquecer que este indivíduo é um marginal", diz o Secretário. A tal *sala do pau* já foi mencionada várias vezes por outros presos. Ela ficaria ao lado do xadrez da delegacia e oficialmente é o lugar onde os presos tomam banho de mangueira. Juarez diz que ali viu morrerem duas pessoas: um rapaz chamado Valmor, assassinado a pauladas e outro de nome Paulinho, vítima de choques e afogamento.

RAFAEL GUIMARÃES

Unimed. Uma cooperativa de saúde.



O único plano de saúde reconhecido oficialmente pela Associação Médica Brasileira e Associação Médica do Rio Grande do Sul.

A Unimed tem a melhor assistência médico-hospitalar para sua empresa, cooperativa ou sua família. Por um preço justo e sem intermediários.

Rua Santa Teresinha, 345  
Fone: 31-1162  
Porto Alegre

Unimed-RS



# A vingança de Dercy: "Opalavrão chegou à novela das oito"

Dercy Gonçalves não costuma ser assunto de publicações que se têm por sérias. Mas em 1970, a *Veja* destacou um de seus editores para contar a história dela, numa matéria de capa. Afinal, Dercy havia anunciado que ia abandonar o palco, depois de 45 anos de teatro. "Adeus, Dercy", dizia o título na capa da *Veja*, mostrando Dercy de vestido longo, jogando uma rosa para o público. Adeus?

No último dia 20 de novembro, ostentando 72 anos de idade e 56 de teatro, Dercy Gonçalves encerrou mais uma temporada, com o espetáculo *Dercy Beaucoup* escrito, produzido e dirigido por ela. E encerrou com um recorde: depois de seis meses em cartaz em São Paulo, ficou três semanas no Teatro Presidente de Porto Alegre, lotando diariamente os 1.450 lugares da casa (com entradas a 150 e 200 cruzeiros) e batendo o laureadíssimo *Macunaíma*, de Antunes Filho. *Macunaíma* ficou um mês em cartaz em Porto Alegre, esse ano, com os mesmos preços e faturou Cr\$ 5 milhões; Dercy chegou quase nos seis milhões.

O surpreendente no caso da Dercy é que, ao contrário do que ocorreu com *Macunaíma* em São Paulo e Porto Alegre, rádios, jornais e tevês não tomaram conhecimento dela (a imprensa gaúcha costuma dar atenção apenas ao que a imprensa do centro do país dá atenção). "Para merecer algumas linhas na imprensa, diz Dercy, eu preciso estar todos os anos, anunciando que vou deixar o teatro". Antes de embarcar para o Rio, onde estréia em janeiro no Teatro Serrador, ela deu este depoimento ao **Coojornal**:

"Dizem que eu sou da Idade da Pedra. Mas não me importo, mesmo quando os críticos mais mordazes publicam em suas colunas: 'Lá vem aquela velha de novo encher o saco com suas bobagens'. O que eu faço, não considero bobagem, muito pelo contrário. Acho um desaforo, uma vigarice, nunca ter recebido um prêmio pela minha dedicação à arte. Chegam a afirmar que o meu teatro não é arte. A intelectualidade não sabe o que é arte. O povo gosta do que eu faço, sempre lota os meus espetáculos e o povo sabe o que quer. Depois, chegam aqueles veados, a panelinha que manda em tudo e escolhe a Sônia Mamede como a melhor atriz do ano. Logo ela, que não faz rir um débil mental.

Meu pai era um alfaiate pobretão que me botou pra fora de casa porque um dia resolvi acompanhar um circo mambembe que apareceu por lá. Disse que eu era uma prostituta, que tinha nascido prostituta, que não era mais virgem. Imaginê que eu, muito ingênua, fui olhar debaixo do sovaco pra ver se encontrava tal virgindade. Segui o circo e o primeiro homem da minha vida, o Eugênio Pascoal. Formamos uma dupla, os Pascoalinos. Que nome cafoa, mas o pessoal gostava e nós ficávamos dando espetáculos nas praças e nos circos, indo de uma cidade para outra a pé, de carro de boi, o que pintava, até que ele me abandonou.

Fui trabalhar no Rio, na Casa de Caboclo, um teatro que foi construído sobre os escombros do Teatro São José. Fiquei dois anos, até apanhar tuberculose. Naquela época, a vida não era fácil. Atriz tinha que ter carteirinha da Saúde Pública, como as prostitutas. O fiscal chegava e perguntava: "Tem gonorréia?", e eu ficava botando a língua, achando



que era doença de garganta. Depois ele fazia um verdadeiro exame ginecológico.

Recorri à prostituição para sobreviver. Fui para os cabarês da Lapa, numa época em que moço de família não passava nem do outro lado da rua. As famílias não chegavam perto de atores. Tinham medo.

"Outro dia me convidaram para participar de um especial sobre aquela época. Levaram todo mundo para a Praça Tiradentes. E quem eu encontro lá? A Virgínia Lane e a Mara Rúbia. Fiquei puta da cara, porque as duas não são nomes deste teatro. Apareceram muito depois, na década de 50, quando fecharam os cassinos e a Virgínia ficou desempregada. A Mara fui eu que contratei. Coloquei um anúncio no jornal pedindo uma mulher bonita e ela apareceu. Acontece que eu estou na quadra antes de qualquer uma, sou muito mais antiga na profissão, até na profissão mais antiga do mundo.

"É claro que me casei. Mas não caso mais. Tive um casamento que durou 20 anos. Graças a Deus, fui eu que enterrei o defunto e mais algumas amigáveis. Não quero mais homens, porque na minha idade só aparece velho que não dá mais no couro ou menininhos. Não gosto de ficar brincando de dormir junto com velho e também sou contra dar grana pra garotinho que depois vai sustentar outra. Não sou mulher pra isso.

"Tive uma filha, dois netos e o meu neto de 18 anos já me deu uma bisneta. Todo mundo diz que sou pornográfica. Não acredito. Sou picaresca, maliciosa, debochada, mas todo o brasileiro é assim. Têm uns com mania de lorde, o que não cola. Somos um povo marginal, isto desde o descobrimento, e temos de assumir esta postura. Assim como o palavrão. Me chamam de rainha do palavrão. Que coisa mais preconceituosa. Hoje o palavrão faz parte da família, já está na sala de jantar, com a novela das oito. Mas tem uma explicação: até 64 o palavrão era proibido no palco. A Revolução liberou e eu acho que foi a única coisa que a Redentora liberou. Nos últimos 15 anos não se podia falar no palco palavras como exército, verde e política. Agora, palavrão, tudo bem.

"Toda vez que fui censurada procurei saber por quê. Metia a cara e ia lá no Dops, no exército, nas autoridades constituídas e perguntava. Hoje continuo censurada na tv. O Guga me chama e depois me proíbe na Globo. Na Tupi me chamam e depois dizem que o Calmon não quer.

"Minha única mágoa é nunca ter recebido um prêmio. Logo eu, a única atriz autenticamente brasileira, uma atriz com as raízes deste povo. Os críticos jamais me reconheceram, nem o Serviço Nacional de Teatro, que não dá verbas para minha companhia. Eu vou lá pedir todas as vezes e eles sempre negam. Também, é tudo um bando de veado que subiu na vida se comendo uns aos outros e eu não gosto de veadagem pro meu lado. Assim, eles me cortam, mas não faz mal: eu sei que sou a própria memória nacional.

Marina Wodtke

# Enquanto Carter fala, a indústria vai vendendo suas armas

Um estudo mostra que, apesar das intenções, são cada vez maiores as vendas de armamentos para os países subdesenvolvidos

Dois anos depois que o presidente Jimmy Carter prometeu reduzir as vendas de armas aos países em desenvolvimento, um novo informe revela que as vendas duplicaram na maior parte do mundo. Em *O Mito da Restrição Armamentista*, Max Holland, do Centro de Política Internacional, com base em Washington, sustenta que o aumento de 85% na venda de armas aos países do Terceiro Mundo no ano passado, é o resultado do fracasso de Carter em anular uma idéia política desenvolvida por Richard Nixon e Henry Kissinger.

Esta idéia sustenta que as exportações de armas garantem a segurança dos Estados Unidos, teoria amplamente contestada por experiências como as que se verificaram na Etiópia e no Irã. Apesar disto, escreve Holland, "nenhuma soma de desastres políticos foi suficiente para dissuadir a administração americana desse negócio, sob todos os aspectos suspeitos".

A política de venda de armas dos Estados Unidos é conseqüência do Vietnã, onde Washington, num determinado momento, percebeu que era demasiado embaraçoso continuar enviando tropas para lutar contra o Vietcong. A vietnamização, proposta por Kissinger e aceita por Nixon, consistia em substituir soldados por armamentos.

De modo crescente, as armas foram vendidas abertamente aos governos do Terceiro Mundo, em lugar de serem doadas a partir dos excedentes do Pentágono, como era comum nos anos 60. Naturalmente, os fatores econômicos somaram-se aos de ordem estratégica. A nova política de exportação levou os fabricantes de armas e seus empregados a pressionar por contratos específicos, que lhes proporcionariam ganhos maiores e trabalho estável, respectivamente.

## SEGURANÇA NACIONAL

Quando ocorreu a alta do petróleo, em 1974, com o conseqüente déficit na balança de pagamentos, vozes influentes manifestaram-se, nos Estados Unidos, em favor de um aumento das exportações de material bélico para os países produtores do óleo como forma de equilibrar a situação. É desta época que data o aumento das vendas de armas sofisticadas ao Irã e à Arábia Saudita.

Ao mesmo tempo, alguns congressistas sugeriram que as vendas de armas, longe de melhorar a segurança nacional, na realidade a colocavam em perigo. As vendas incontroladas a aliados do Terceiro Mundo agravava conflitos locais em que os Estados Unidos terminavam se envolvendo. Quando as armas eram recebidas grátis — argumentavam — estes países se mostravam cuidadosos no uso, evitando incomodar Washington e cessar de recebê-las. Mas com as rmas compradas, sentiam-se autônomos para decidir sobre o seu uso.

Assim os Estados Unidos foram se envolvendo cada vez mais na corrida armamentista do Terceiro Mundo. A administração justificava-se sob a alegação de que a União Soviética estava armando a outra parte. Mas não são poucos os casos de guerras de agressão — como a do Marrocos no Saara Ocidental, ou da Indonésia em Timor — que estão sendo levadas com armas americanas.

Outro argumento é que as vendas de armas pelos Estados Unidos, além de prejudicarem a segurança global, tornam-se mais arriscadas à medida que os próprios armamentos revelam-se mais sofisticados. Uma partida de armas avan-



çadas é comparativamente insegura no Terceiro Mundo, como demonstram certos acontecimentos recentes no Irã. E se estas armas são mantidas por pessoal americano, os técnicos tornam-se potencialmente reféns, em qualquer início de hostilidade entre os países.

Estes argumentos levaram à aprovação de uma lei para o controle da exportação de armas em 1976. Mas embora ela tenha revelado um forte desejo político de reduzir a venda de armas, a escapatória da *segurança nacional* permitiu ao executivo arquivar o espírito da lei. Naquele mesmo ano, a quatro meses de sua instalação, o governo Carter anunciou, em um memorando, claro divórcio com respeito à política de Nixon e Kissinger.

"Os Estados Unidos", dizia o memorando, "só aceitarão as (exportações de) armas como uma política excepcional, a ser aplicada quando se demonstrar claramente que a transferência contribui aos nossos máximos interesses nacionais de segurança". Dois anos depois, o informe registra que o memorando foi mais lembrado para casos de violação do que propriamente de aplicação. As cifras mais favoráveis da administração indicam uma redução nas exportações bélicas de apenas 7,5% anual.

## BOAS INTENÇÕES

Mesmo esta cifra, assegura o estudo, é altamente enganosa. Omite a maior parte das vendas relativas à infraestrutura, armas para segurança interna e armas comerciais. Os sofisticados armamentos vendidos a Israel, ao Irã, à Arábia Saudita e à Coreia do Sul, também desmentiram, na prática, a promessa de não introduzir uma nova tecnologia armamentista em regiões específicas. Em resumo, a política de Carter sobre restrições de armas é julgada ineficiente pelo informe, que diz:

"Em dólares atuais, as exportações de armas para a América Latina e África diminuíram desde 1977, mas estas regiões juntas constituem menos de 2% do mercado americano. A tendência dominante está em outra parte. À primeira vista, as exportações para o Oriente Médio e Ásia do Sul também vão diminuir, mas excluído o Irã (que cancelou suas ordens para 1977 e não comprará em 1980), as exportações de armas crescerão realmente em 141% para o resto dos países da região, e na Ásia Oriental, elas serão quase o dobro do final de 1977".

Luis Carlos Merten



# "Os ricos se ajudam, ajudando os mais pobres"

Robert McNamara visita 107 países e descobre: a ajuda do Banco Mundial não faz a pobreza recuar

Durante os seis dias em que esteve no Brasil, em novembro, o presidente do Banco Mundial participou de uma verdadeira maratona, visitando Brasília e mais seis estados. Robert McNamara visitou o projeto Carajás, de minério de ferro, no Pará, examinou programas de desenvolvimento urbano em Curitiba e São Paulo, de saneamento básico em Recife e projetos agrícolas no Nordeste e na Amazônia. Quando ele partiu, o Brasil, aparentemente, havia passado no teste: não perderá sua condição de país pobre e continuará recebendo recursos do banco (\*).

Antes da visita de McNamara, alguns setores do Banco Mundial tentavam retirar o Brasil da condição de nação menos favorecida, com base na renda *per capita*. Isto implicaria no fim dos empréstimos a juros baixos e, também, num novo compromisso internacional: o Brasil teria de contribuir na ajuda do banco aos outros países. Desde o início, o principal objetivo da viagem era o Nordeste, onde o banco instalou, em 1974, o único escritório que mantém no país. E foi justamente após a visita ao escritório, em Recife, que McNamara ficou convencido de que ainda é muito cedo para incluir o Brasil no seleto clube dos países mais desenvolvidos.

"Fiquei impressionado com a mudança filosófica que encontrei em todos os níveis", afirmou McNamara ao final da conturbada entrevista de 10 minutos que deu ao sair do Palácio do Planalto, após um encontro com o presidente Figueiredo. McNamara referia-se à abertura política e à ênfase ao crescimento econômico com a redução das disparidades de renda, que diz ter encontrado tanto na esfera governamental como entre políticos e empresários: "Há 11 anos, quando estive no Brasil, não ouvi falar disto".

## Da guerra do Vietnã à obsessão pela pobreza

Curioso o destino deste homem transformado em papa do desenvolvimento, depois de ter presidido a devastação de um pequeno país chamado Vietnã. Renomado homem de negócios, McNamara foi presidente da Ford antes de ocupar o cargo de secretário da Defesa dos Estados Unidos no período de 1961 a 68. Artífice da famosa *linha* que tem seu nome, planejou a mais mortífera guerra que os Estados Unidos moveram contra um país do Terceiro Mundo, ao tentar impedir as infiltrações do Vietcong no Vietnã do Sul.

Em 1968, quase sem transição, trocou os objetivos militares por outros, de assistência econômica, ao assumir a presidência do Banco Mundial, tradicionalmente reservada a um americano. O Vietnã, dizem seus inimigos, foi o pecado original de McNamara. O banco é a sua redenção. Muita gente se pergunta se este arrependimento é sincero. Uma coisa, porém, é indiscutível: os últimos 11 anos do Banco Mundial são anos de McNamara. Não foi só o Brasil que mudou neste período.

Um de seus colaboradores diretos, William Clark, resume a evolução essencial destes 11 anos: "Quando McNamara assumiu o poder, estava preocupado com a rentabilidade. Hoje, ele está obcecado pela pobreza". Esta mudança é fruto de

um aprendizado adquirido em visitas a 106 países pobres. Apenas no ano de 1971, McNamara esteve em 23 países africanos. Em cada um deles, exigiu passar pelo menos um dia no interior. E confessou-se profundamente chocado com a miséria dos habitantes.

Nos cinco anos do seu primeiro mandato, McNamara descobriu que o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento. O crescimento da renda nacional beneficia apenas os ricos. Seus efeitos benéficos não circulam até as classes de menor poder aquisitivo. Os países pobres progrediram mais rápido que os países ricos durante os anos 70, mas a pobreza não recuou um milímetro. É certamente um mérito de McNamara esta preocupação de gerir o Banco Mundial segundo a mais estrita ortodoxia financeira, para declarar guerra à pobreza mundial (discurso de Nairóbi). Reside aí o paradoxo do personagem.

Na verdade, ele não fez mais do que remanejar a utilização dos fundos do Banco Mundial. O banco continua a financiar a infra-estrutura (estradas, barragens, indústrias), mas o rápido crescimento de seus recursos anuais, de um para 10 bilhões de dólares em 10 anos, permite-lhe destinar grande parte do seu orçamento a projetos sociais: desenvolvimento rural, urbanismo e educação. Desta maneira, ataca o subdesenvolvimento por cima e por baixo.

Em 1979, a agricultura e o desenvolvimento rural absorveram 25% do total de seus recursos e os projetos de saneamento, água e esgotos, cerca de 10%. Esta orientação, curiosamente, aumentou a hostilidade de numerosos países do Terceiro Mundo, sendo que alguns deles não estão longe de ver McNamara como um "perigoso revolucionário". O ex-xá do Irã, por exemplo, considerou subversivo o trabalho do Banco Mundial no meio rural de seu país e o declarou fora da lei em 1976.

O banco impôs duas condições para participar de projetos agrícolas. A primeira: a terra não pode estar concentrada nas mãos de uma minoria de proprietários latifundiários. A segunda: a comercialização dos produtos agrícolas não pode estar em poder dos monopólios. Na sua recente visita ao Nordeste, McNamara enfatizou a necessidade de titulação das terras para os pequenos proprietários, como forma de permitir melhor acesso deste segmento rural. E no Líbano o banco recusou o financiamento a um projeto com o aval do presidente Elias Sarkis, porque 70% das terras pertenciam a uma só família.

Nada disto, porém, autoriza que se procure descobrir tendências esquerdistas em McNamara. Convém lembrar que, sob a sua direção, o Banco Mundial interrompeu a ajuda ao Chile de Salvador Allende, retomando-a com Pinochet. Mais recentemente, a Nigéria ganhou direitos de cuidados especiais depois da visita do presidente Carter ao país. Mas estes casos de decisão puramente política são pouco numerosos, e o banco intervém em países de regimes diametralmente opostos, bastando citar o Lêmem do Norte e o do Sul.

Encontram-se no Banco Mundial os mesmos blocos que se formam nas Nações Unidas: os países ricos de um lado e os 77 de outro. Pior: ao contrário da ONU, o número de votos é proporcional às contribuições. Os Estados Unidos têm 25% dos votos, enquanto 17 países africanos, junto, mal ultrapassam 1%. Apesar disto, o banco goza de uma paz invejável. McNamara tem horror



aos votos, não os pratica jamais, o que lhe valeu a reputação de *ditador*. Escuta uns e outros e toma decisões que sempre obtêm unanimidade do conselho de administração.

## A missão do banco não é mudar a economia mundial

McNamara está convencido de que a missão do banco não é mudar a estrutura econômica mundial. Para ele, a redistribuição das riquezas deve vir de um aumento da produtividade dos países pobres e não de uma divisão do bolo. "Os países ricos se ajudam ajudando os mais pobres", ele não se cansa de repetir. Nada de mais conservador, para um homem que alguns consideram um perigoso revolucionário.

Além do mais, o banco tem muito dinheiro. Acaba de decidir um aumento de capital de 60 bilhões de dólares e suas disponibilidades são tão grandes, que os técnicos receberam ordens de privilegiar os projetos que o banco financia sozinho, em detrimento de outros que são realizados em regime de co-financiamento com instituições ou governos. O próprio direito de pedir empréstimos é dissociado do direito de voto, o que ajuda a eliminar as disputas que tanto desagradam a McNamara. Na verdade, os dois grandes grupos — os países ricos e os 77 — dispõem de um direito de veto não escrito.

Se há um risco de politização, ele vem, atualmente, dos Estados Unidos, com a política de defesa de direitos humanos de Carter. A política da administração Carter não é estrangular a ajuda fornecida, mas servir-se do seu direito de voto (e veto) para bloquear a concessão de empréstimos aos países acusados de violações dos direitos humanos. Foi o que se tentou fazer, sem êxito, quando de um empréstimo de 60 milhões de dólares ao Vietnã. O assunto ainda tramita no Congresso dos Estados Unidos, sob a forma de uma emenda Young — proposta pelo deputado republicano da Flórida, Bill Young — que coloca em risco a própria existência do banco, sob a aparência de defender os direitos humanos.

Nestes anos todos, têm havido pressões principalmente dos americanos, quando seus interesses nacionais parecem

em jogo, mas McNamara resiste em nome da *pureza profissional* de suas decisões. Ele próprio pergunta-se, no entanto, se os seus esforços são realmente úteis. O banco é hoje, muito mais do que os Estados Unidos, o principal fornecedor de ajuda ao Terceiro Mundo. Só que seus projetos não financiam mais do que 1% dos investimentos de países em desenvolvimento. E como o banco não financia, geralmente, mais do que 20% de um projeto, o restante é coberto por outros financiadores, sejam públicos ou privados, do país ou do exterior.

Estima-se hoje que 10 bilhões de contratos anuais do banco sejam acompanhados por 25 a 30 bilhões de dólares de origens diversas. Estes empréstimos não são gratuitos e ajudam a agravar a dívida externa dos países do Terceiro Mundo. Assim, o Banco Mundial está comprometido, em 1979, com sete bilhões de dólares e a AID (American For International Development), com três. Só que as verbas desta última são quase doações (sem lucro, reembolsáveis em 50 anos), enquanto os empréstimos do banco têm uma taxa de 7,9% ao ano.

O Banco Mundial, portanto, não é um organismo de caridade. Seus credores são levados a respeitar escrupulosamente os prazos. Sua função de provedor de fundos talvez seja mais importante do que a sua experiência de desenvolvimento. Atualmente, há um certo desencanto de McNamara, quando ele observa que, apesar de todos os esforços, a pobreza não recua no mundo. Em Belgrado, ele declarou: "Para milhões de indivíduos, o crescimento da renda nacional não representa mais que dois ou três dólares ao ano, e eles têm dificuldades para sobreviver". Talvez seja por isto que McNamara não esteja disposto a renovar seu mandato no banco, em 1983. Terá 67 anos, mas seus colaboradores duvidam que se aposente. É mais provável um cargo na administração Kennedy, se Ted ganhar as eleições. Um candidato à sucessão no banco é o atual secretário de Estado, Cyrus Vance, que declarou, há pouco, estar pronto para "aceitar uma missão internacional".

(\*) O Brasil é um dos maiores tomadores de recursos entre os 142 membros do Banco Mundial. No ano fiscal de 1979/80, o banco vai emprestar ao nosso país 703 milhões de dólares, e de julho de 1980 a junho de 81, os financiamentos somarão 1,14 bilhão de dólares.



# Adianta ter na presidência um lídimo representante do machismo nacional?

Muitas análises vão ser feitas sobre o fenômeno tão inédito quanto inesperado de o presidente da República se envolver numa briga de rua, como aconteceu com Figueiredo na desastrada viagem a Florianópolis.

Haverá quem transforme o incidente numa provocação de comunistas ou quem veja nele apenas uma explosão momentânea e episódica de uma passeata estudantil bem-sucedida.

O fato, porém, é que pela primeira vez o presidente da República e sua comitiva sentiram, perceberam e sofreram aquilo que os parlamentares da falecida Arena vinham sofrendo há alguns meses nas discussões de assuntos importantes no plenário do Congresso Nacional: a irritação popular, consequência de uma espiral inflacionária que nem os malabarismos político-partidários têm sido suficientes para escamotear. Os resultados, tanto no plenário quanto nas ruas da capital catarinense, foram parecidos. Vaias, objetos atirados contra os representantes do poder e muita pancadaria na qual foi envolvido o próprio presidente da República.

Já não se discute a desimportante questão da imagem presidencial, pois ao contrário do que pretendeu a Secretaria da Comunicação Social, a imagem de um presidente não se fabrica como um comercial de televisão. E, também, pouco importa aos brasileiros assolados por uma inflação devastadora, saber que o seu presidente é um lídimo representante do machismo nacional.

Apanhou mas bateu, comentava-se em Brasília, com evidente exagero, pois Figueiredo nem apanhou nem bateu, entrou apenas no empurra-empurra generalizado.

## OPINIÕES PESSOAIS

A verdade dos fatos conduz à constatação de que o governo, tão preocupado em moldar a imagem presidencial, descuidou-se de tomar algumas providências básicas.

Por exemplo: a política energética, a julgar pelas declarações dos ministros da



área econômica, passou a se constituir num rendilhado de opiniões pessoais que, não raro, são conflitantes. Figueiredo fala de racionamento a curtíssimo prazo, Delfim Netto nega e o general Oziel de Almeida, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, admite que o Brasil não tem dinheiro para comprar petróleo no exterior.

Na realidade não há uma política energética definida, assim como o país vacila em adotar uma diretiva de política econômica clara, limpa e objetiva. O governo evita explicitar suas opiniões e conceitos na tentativa de que a economia internacional possa ajudar — como nos tempos áureos do milagre — as decisões internas.

O modelo está na ação política que desde o governo Geisel vem somando resultados favoráveis à estratégia imaginada por um grupo de pessoas (entre as quais esteve o ex-presidente) e que recebeu o nome de distensão lenta e gradual.

## ÚNICO OBSTÁCULO

Os passos do gradualismo político foram lentos e necessariamente contraditórios se examinados de perto. Afinal de contas, o governo Geisel bateu à sua direita e à sua esquerda, exonerou Sylvio Frota e Severo Gomes, decreto o pacote de abril, promoveu cassações, fechou o Congresso Nacional e revogou o Ato Institucional nº 5.

Culmina o processo com a candidatura Figueiredo, comprometida com a consolidação da abertura política e a concessão da anistia. Cada ato destes, se olhado individualmente, poderia parecer contraditório em relação a seu anterior, mas a política pendular tinha sua razão de existir, porque empenhava-se o governo Geisel em operar a transição do regime monolítico para a democracia formal.

Viveu-se, na política, nos últimos anos, o período do pragmatismo durante o qual o governo sem revelar seus objetivos esteve liberado para avançar ou recuar segundo suas possibilidades e o espaço que lhe permitiam os bolsões sinceros, porém, radicais a que Geisel se referiu uma vez.

O governo Figueiredo, no entanto, não possui tantos mistérios pois os obstáculos internos à política de abertura, de tão frágeis, foram caindo um a um, de tal forma que sem maiores problemas parlamentares ou militares o bipartidarismo acabou da mesma forma que começou. Sem retrato, sem bilhete.

Um único dado poderia interromper o curso tranquilo deste projeto: a crise econômica.

Por esta razão, tanto o secretário particular Heitor Ferreira, quanto o ministro Golbery do Couto e Silva gastaram tanto tempo convencendo Mário Henrique Simonsen a permanecer no ministério, à guisa de superministro econômico. A vitória foi efêmera. Em pouco tempo o ex-ministro do Planejamento partiu deixando atrás de si a perplexidade causada por uma inflação ascendente, e por uma crise

energética que nenhuma política havia merecido.

A colisão dos cronogramas político e econômico era, pois, inevitável. Para solucioná-la, o palácio do Planalto recorreu às magias do professor Antônio Delfim Netto que em outras eras brindou o país com seu milagre econômico.

Mas todos os cálculos em que se baseou o cronograma da abertura e da distensão política brasileira imaginavam uma crise internacional do petróleo menor do que a atual.

Ninguém poderia, há dois anos, supor que um aiatolá fosse confrontar o poder imperial dos Estados Unidos. Nem que pudesse em poucos dias abalar monarquias tão sólidas como é a Arábia Saudita.

No curto espaço de seis meses, por via da revolução iraniana, o conturbado mercado internacional do petróleo conheceu crises ainda mais profundas, as economias industrializadas entraram em processo recessivo angustiante e o Brasil, que jogou na recuperação dos países centrais do Ocidente, viu seu projeto chegar muito perto da desarticulação.

O pragmatismo político que ofereceu resultados favoráveis aos estrategistas palacianos não teve o mesmo sucesso quando utilizado pelos articuladores da economia.

## NAS GAVETAS

Soma-se a esta situação a formação intelectual dos tecnocratas brasileiros todos eles, ou a maioria deles, saídos de imponentes cursos de pós-graduação em escolas de países desenvolvidos, cuja característica é a de ensinar a seus estudantes que o mundo ocidental, baseado na teoria do livre mercado, sustenta-se na hipótese do petróleo barato.

Sem ele, nossos tecnocratas não têm conseguido raciocinar. Note-se que a crise do petróleo data de 73, quando aconteceu a guerra do Yon Kippur. A resposta brasileira ao fenômeno veio no ano seguinte, em 1974, quando o então ministro Severo Gomes propôs o Plano do Alcool. Severo Gomes, aliás, defendia, na época, que a crise poderia trazer resultados benéficos ao Brasil, se o governo se desobrigasse de pensar em termos de petróleo.

O Plano do Alcool navega de gaveta em gaveta desde aquela época e muito pouco se fez, na realidade, para que a frota brasileira passasse a utilizar o combustível alternativo.

O pragmatismo da política não transbordou para a economia amarrada em tantos preconceitos e na inércia de uma tecnocracia tão intolerante quanto incapaz. John Kenneth Galbraith já tinha notado, quando escreveu O Novo Estado Industrial, a existência de uma dissociação enigmática entre economia e política.

A teoria do economista norte-americano foi comprovada pela prática do cotidiano brasileiro. Não há álcool, não há petróleo, nem há dinheiro pra comprá-lo no exterior, a não ser através de um endividamento crescente, que além de causar desacertos financeiros consideráveis, provoca uma espiral inflacionária que atinge mais o trabalhador do que seu padrão.

Não se sabe com certeza o que, nem quem, causou o incidente, desagradável incidente, em que esteve o presidente Figueiredo envolvido em Florianópolis.

Sabe-se, no entanto, que a inércia da tecnocracia brasileira somada à incapacidade de o governo decidir no momento adequado por uma alternativa capaz de satisfazer os anseios da população foram ingredientes que estiveram presentes na explosão de ódios ocorrida em Santa Catarina.

## Se você mudou ou vai mudar de endereço...

Não esqueça de levar na mudança a sua assinatura do Coojornal. É só recortar o cupom, escrevendo o seu novo

endereço, e enviar para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, rua Comendador Coruja, 372 - 90.000 Porto Alegre.

### ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Nome.....  
 End. Novo: ..... Nº.....  
 Bairro ..... CEP.....  
 Cidade ..... Estado.....  
 Profissão.....





## Em nome do sabor, do prazer, da satisfação.

Em nome da felicidade e da alegria de viver. Do sagrado direito das pessoas de gozarem o que a vida tem de bom.

Um gostoso sanduíche de presunto, queijo e Margarina Primor num pátio de colégio. Um delicioso cachorro-quente com mostarda e Maionegg's num começo de madrugada. Um suculento assado com gostinho de Margarina Flor numa manhã de domingo. Uma salada, uma fritada, um bolinho preparado com o insuperável Óleo Primor. São sabores que a gente não esquece e que enri-

quecem nossas vidas. Aliás, desde 1929, a Samrig participa da vida diária das pessoas. Naquele ano, em um moinho em Porto Alegre, a empresa começava a produzir farinha de trigo. Hoje, 50 anos depois, no maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, em Esteio, a Samrig fabrica óleos vegetais, margarinas, maioneses, proteínas. E seus produtos vão à mesa de milhares e milhares de brasileiros, todos os dias. Em nome do prazer, da felicidade e da delícia de viver.



Há 50 anos participando da vida de nossa gente.





O governador Amaral de Souza, autoridades e 150 empresários do Rio Grande do Sul participaram do almoço de lançamento do ANO ECONÔMICO, na Federação das Indústrias

# Coojornal lança a revista Ano Econômico

*Uma publicação anual que analisa a economia regional e o desempenho das empresas gaúchas*

A economia do Rio Grande do Sul começa a mudar aos poucos o perfil de sua renda: a agropecuária perde terreno em favor da indústria, que passa a ser a maior responsável pela geração da renda interna, logo após o setor serviços.

Esta é uma das principais conclusões reveladas pelo anuário ANO ECONÔMICO, que a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre lançou, dia 27 de novembro num almoço realizado na Federação das Indústrias (Fiergs), e que contou com a presença do governador Amaral de Souza e do vice-governador Octavio Germano. Para os editores do anuário, "Embora não existam dados conclusivos é possível estimar que já em 1978 a renda gerada pela indústria pelo menos já se iguale à da agropecuária, em 25% para cada um destes setores e ficando 50% para serviços, chegando-se ao fim da década com a supremacia do secundário" conforme

mostrou o editor Tomás Pereira na solenidade de lançamento.

Para uma economia agrária, isto é muito importante, pois começa a mostrar a tendência de mudanças nos hábitos de consumo da população e da própria renda pessoal, além de acentuar a concentração urbana, nesta altura já irreversível.

Esta discussão levantada por ANO ECONÔMICO é apenas um dos pontos importantes que traz para debate em suas 240 páginas ilustradas com muitos gráficos e tabelas. Esta é, aliás, segundo seus editores, uma das preocupações que orienta a publicação: levantar continuamente temas importantes para debates e reflexão entre os agentes da economia, sejam empresários, governo ou técnicos governamentais e privados.

Em seu primeiro número, ANO ECONÔMICO conseguiu despertar bastante a atenção de empresários e au-

toridades. O almoço de lançamento na Fiergs reuniu, além do governador e vice, os secretários Mauro Kinijnik e Teodoro Saibro, respectivamente da Fazenda e interino da Indústria e Comércio, o presidente do Banco do Estado, Jorge Babot Miranda, o presidente da Eletrosul, Telmo Thompson Flores, o vice-presidente da Federação do Comércio no exercício da presidência Oscar Calleffi, além do presidente da Fiergs, Enio Verlangieri.

A solenidade, que teve ainda a representação de quase uma dezena de instituições públicas e privadas, como Associação de Bancos, ADVB e outras, reuniu um plenário de aproximadamente 150 empresários dentre os mais destacados homens de negócios do Rio Grande do Sul. A ocasião serviu, por isso mesmo, para uma análise da economia gaúcha e seu atual estágio de desenvolvimento. Ao falar e após destacar a importância e significação do ANO ECONÔMICO, disse o governador Amaral de Souza: "Uma publicação desse gênero é fundamental para que empresários e governo possam efetuar globalmente uma análise do desenvolvimento econômico do nosso estado".

Para Amaral de Souza, a hora é de reflexão em todos os níveis. "A inteligência nacional deve aproveitar este momento de transição para a fixação de novos rumos. E nós do Rio Grande do Sul devemos nos mobilizar para que possamos definir nosso desenvolvimento econômico, social e cultural, adequado a esta nova realidade do mundo, do país e do próprio estado".

Quanto à economia, disse o governador ter "convicção no desenvolvimento deste estado, porque temos o elemento fundamental, que é o homem, preparado para o trabalho nas lavouras, nas indústrias e nos serviços. Temos uma agricultura diversificada como não encontramos

em outros estados, e isto ocorre também na criação animal. Temos que incentivar essa diversificação, porque isto é importante para a estabilização de nossa economia, além de resolver também um sério problema social".

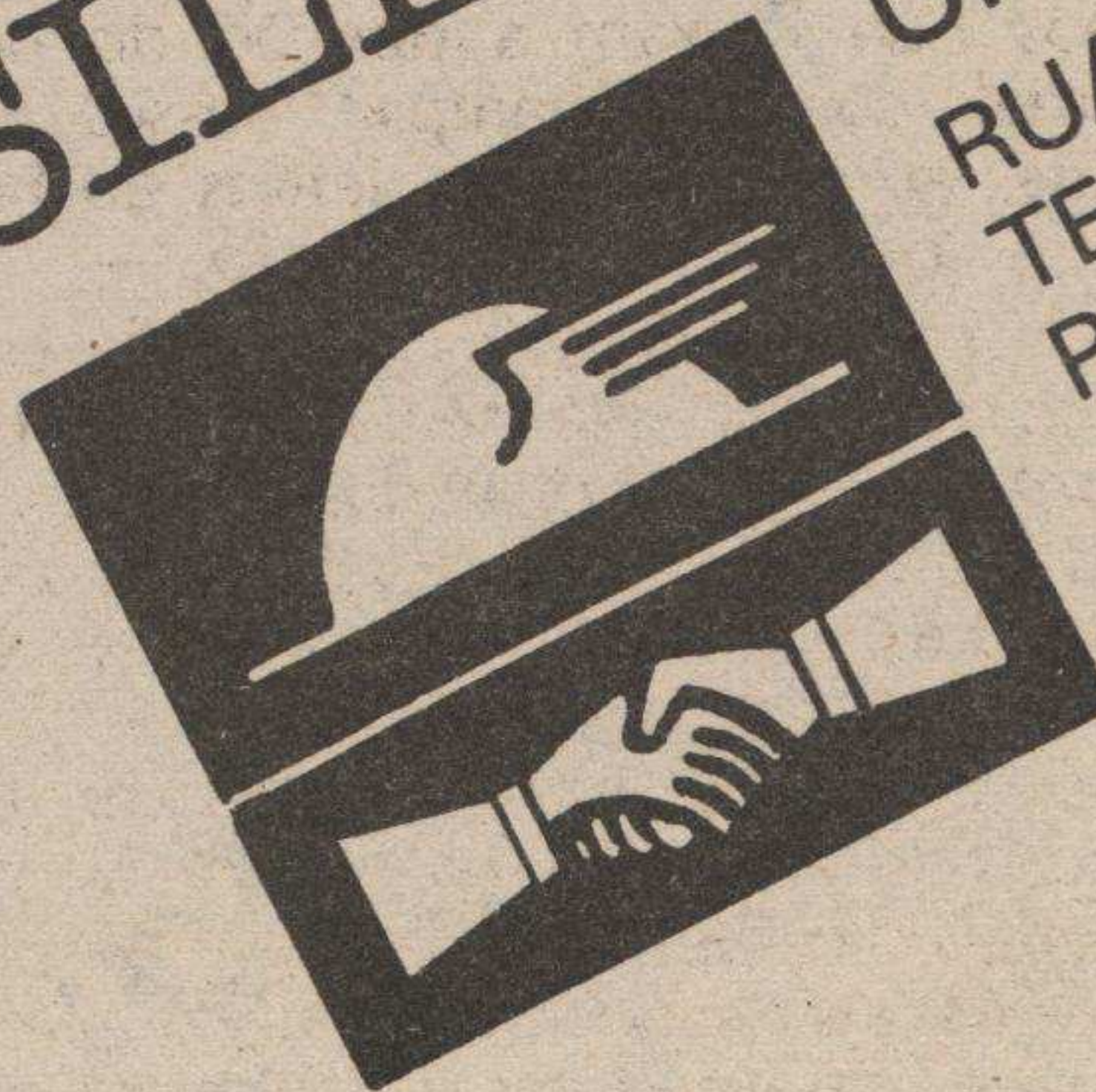
As opções para continuar crescendo existem no Rio Grande do Sul, conforme o governador, que destacou dois pontos. O primeiro: "O Rio Grande não pode se queixar da natureza. Com apenas 3,32% do território brasileiro, possui mais de 80% das reservas carboníferas do país. E sabemos que é possível extrair do carvão tudo o que podemos extrair do petróleo". O segundo: "Precisamos investir em tecnologia, para que estejamos informados. O Rio Grande não pode ficar confinado ao seu território, é preciso que nossos empresários, que os nossos técnicos, estejam em todos os lugares do mundo onde é possível aprender alguma coisa. Isto é fundamental para o desenvolvimento".

O presidente da Fiergs, Enio Verlangieri, também destacou a necessidade de que o estado busque novas opções para continuar crescendo, onde a industrialização é uma das mais importantes. Quanto ao ANO ECONÔMICO, destacou sua importância como veículo de informação para governo, empresários e técnicos que atuam tanto na área privada como na pública.

O novo número da revista, a sair em julho de 1980, continuará a linha de levantar grandes temas da economia regional para debate, conforme afirmou o presidente da Coojornal, José Antonio Vieira da Cunha. "Nós acreditamos que a informação é fundamental numa sociedade que queira se desenvolver, e por isso trabalhamos com a informação de melhor qualidade. Nosso propósito é que nosso anuário sirva como elemento importante para análise e acompanhamento da economia gaúcha".

# UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965  
HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A  
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA  
RUA DOS ANDRADAS, 1251 - 9º ANDAR  
TELEFONES: 21-3625 - 21-5869  
SEDE: PORTO ALEGRE



# Os trabalhadores ainda não foram derrotados

Um líder fala da tática dos sindicatos para vencer o confronto com os conservadores

Quem vê Arthur Scargill pela primeira vez pensa tratar-se de um bem-sucedido executivo. No entanto, o homem de gravata escura, camisa engomada no colarinho e barba escanhoadada passou 20 dos seus 43 anos no subsolo de uma mina de carvão. Foi em 1972, que ele se tornou conhecido em toda a Inglaterra, liderando a greve de mineiros que deflagrou uma série de movimentos reivindicatórios de trabalhadores. Dois anos mais tarde, o primeiro-ministro Edward Heath pediu — e não conseguiu — o apoio do eleitorado. Foi substituído pelo líder trabalhista Haroldo Wilson, mas os mineiros só pararam com as greves quando o novo premier resolveu dar o que eles pediam.

O elegante Scargill tem uma forte consciência de classe, principalmente quando se trata de defender os interesses dos 70 mil mineiros de Yorkshire, os quais ele representa. A Grã-Bretanha parou de crescer economicamente. Junto com a Itália, ela ocupa, hoje, a última posição do capitalismo europeu avançado. O império britânico é uma força do passado e os conservadores — novamente no poder, com a premier Margaret Thatcher — exercem o governo mais à direita que os ingleses já tiveram desde a Segunda Guerra. As mudanças que pretendem introduzir nas leis que regulam os sindicatos ameaçam conquistas que os trabalhadores levaram quase um século para conseguir. É preciso arrochar os salários para manter o padrão de vida da elite e o Welfare-State — o estado do bem-estar social — conquista máxima dos britânicos no campo social (p. exemplo: medicina socializada desde os anos 50), corre sério risco diante dos cortes imensos que os conservadores estão fazendo nos gastos públicos. Ao mesmo tempo, o desemprego e a inflação se acentuam.

No momento só existe uma força em condições de fazer frente à política conservadora: os sindicatos. E entre eles, destaca-se um com capacidade de mobilização e poder de barganha: o Sindicato Nacional dos Mineiros (30% da energia britânica provém do carvão). Entre os mineiros, destaca-se a liderança de Arthur Scargill, que fala da crise nesta entrevista a Jacó Filho, em Londres, especialmente para o **Coojornal**.

**COOJORNAL — Você é contra a participação de trabalhadores na gestão das indústrias. Por quê?**

SCARGILL — Minha opinião é clara sobre este assunto. Eu não acredito que controle operário nas fábricas funcione dentro da sociedade capitalista. Controle operário só pode ser efetivo se nós tivermos uma sociedade socialista. Os trabalhadores não podem controlar só parte do sistema. Eles só têm uma alternativa: ou eles controlam o sistema ou não controlam. Uma hipótese. No Brasil, por exemplo, se nós tivéssemos tudo planejado na indústria metalúrgica, através de planos propostos por operários e aceitos pela direção, no fim de um dia, mesmo se o preço do produto fosse o mais baixo no mundo, mesmo se os métodos de produção *pro rata* fossem os melhores do mundo, mesmo se o produto fosse o melhor do mundo, mesmo assim, os operários não poderiam evitar uma decisão, do governo ou de uma multinacional, de comprar o mesmo produto em outro lugar e causar o fechamento de toda uma indústria. Em outras palavras, é totalmente ineficaz controlar partes da indústria isoladamente. Se você não

planeja o mercado para receber o produto, o negócio não funciona. A produção de firmas individuais envolve, inevitavelmente, decisões políticas. Não adianta, por exemplo, produzir 200 milhões de toneladas de carvão na Grã-Bretanha, quando nós temos mercado só para 100 milhões.

**COOJORNAL — Você é, pois, contra o controle operário nas fábricas. Isto porque você acredita no artigo 4 da constituição do Partido Trabalhista Britânico que advoga a socialização de todos os meios de produção, distribuição e comércio. Eu gostaria, no entanto, de lembrá-lo que todos os países, exceto os da Europa do Leste, que conseguiram a socialização dos meios de produção, o fizeram através de uma revolução. A greve por melhores salários é, de certa forma, jogar o jogo de quem, no momento, estabelece as regras do jogo: os que detêm os meios de produção. Você acha que só a luta por melhores salários será suficiente para combater o fechamento de indústrias inteiras, como acontece no momento, e encontrar uma alternativa para a presente crise do capitalismo mundial?**

SCARGILL — A luta por melhores salários, como você colocou, é, de certa forma, uma luta de acordo com as regras do jogo deles, mas ela é fundamental e necessária. Isto, porque os trabalhadores compreendem a necessidade por melhores salários e melhores condições de vida, mas nem sempre eles compreendem uma idéia política que prega a transformação da sociedade através de uma revolução. Mas através da luta por melhores salários ou no curso de uma campanha por melhores condições de vida, os trabalhadores começam a adquirir uma consciência política que eles não tinham antes, e então começam a compreender o caráter da estrutura de classes dentro da sociedade. Esta é, portanto, a razão pela qual eu não separaria a luta por melhores salários e condições de vida da luta por uma transformação socialista.

Estou convencido de que, no curso de uma greve ou confrontação dentro de uma indústria, certos componentes políticos entram dentro da luta e têm um importante efeito no seu resultado. Estou firmemente convencido que no próximo período, talvez seja este ano, talvez os próximos dez ou vinte anos, não importa quando, greves acontecerão. Estas greves, por sua vez, implicarão num envolvimento político. Pode acontecer, por exemplo, que se os mineiros estiverem em greve e forem presos devido à nova legislação que os conservadores querem introduzir, que outros sindicatos entrem em greve, não para apoiar as demandas salariais dos mineiros, mas contra a decisão de um governo conservador de prender líderes mineiros. Em outras palavras, um elemento político aparecerá dentro deste quadro de greves. Em tal situação as coisas começam a se desenvolver rapidamente, e o que hoje parece ser completamente inatingível pode tornar-se uma proposta prática.

Como o governo conservador foi derrotado em 1974, é possível que em 1980, ou 1982, ou quando seja, o governo conservador seja derrotado da mesma maneira. Se o governo trabalhista que vier ao poder depois da queda dos conservadores estiver dedicado a uma alter-

Continua

Acima, a primeira via do formulário de controle do estado do paciente. Ela mostra que o paciente saiu a passeio dia 01/11/79, acompanhado de familiares e só retornou ao hospital no dia 4/11/79, às 9h30min.

A segunda via, que serve para cobrar as diárias do Inamps, não registra a saída. Ao contrário: diz que no dia 3/11, ele estava "comunicativo" e no dia 4/11 registra que na noite anterior ele "dormiu bem".

## Cuidado! Hospitais com empregados descontentes.

Os dez mil empregados dos hospitais de Porto Alegre não tiveram nenhuma das suas reivindicações atendidas este ano. Eles fizeram movimentos isolados (em cada hospital) porque o sindicato não os apoiou, mas pediam mais ou menos a mesma coisa: 100% de aumento, taxas de insalubridade e risco de vida. Obtiveram apenas o índice de aumento fixado pelo governo (43%) e foram alvo de represálias em todos os hospitais.

Na Santa Casa, o maior dos 35 hospitais da cidade e onde começou a movimentação, logo depois das assembléias (uma delas com mil pessoas) começaram as demissões. No Hospital Espírito (800 leitos), onde houve o movimento mais extenso, quase 100 foram demitidos.

O Espírito é hospital psiquiátrico e seu exemplo é típico do que aconteceu com toda a categoria. Eles começaram a se reunir no início de outubro. Fizeram uma assembléia com 120 pessoas, mas o presidente do sindicato, Alberto Santuário, disse que com aquele *quorum* não dava — embora o *quorum* mínimo exigido seja 10% dos empregados e o número de funcionários do hospital fosse pouco mais de 400.

Nova assembléia foi feita, desta vez com quase 400 pessoas, e o presidente do sindicato não compareceu. Foi decidido então que o advogado do sindicato, Luis Carlos Callati Moraes, entregaria as reivindicações à direção. No dia seguinte, 25 de outubro, eles pararam o hospital, deixando só um funcionário em cada unidade, no momento em que o advogado entregava o documento.

O presidente do Espírito, José Jorge da

Silva, também presidente da Associação dos Hospitais, se negou a receber o documento. Só receberia do presidente do sindicato. No dia seguinte, emitiu uma nota lembrando que os hospitais estão entre as atividades essenciais (proibidos de fazer greve por lei (e referindo-se "à ação de ativistas", querendo perturbar a ordem. No mesmo dia 21 funcionários foram demitidos. Depois, novas demissões acabaram por esvaziar o movimento.

Com o fracasso do movimento do Hospital Espírito, toda a categoria se convenceu de que sem o sindicato não há condições de conseguir nada. Então, agora está em andamento uma campanha que tem por objetivo derrubar o presidente que está há 26 anos no cargo, fazer uma campanha de sindicalização (de 10 mil, apenas uns 4 mil são sindicalizados (e depois partir para as reivindicações em conjunto, no ano que vem.

Quanto a este ano, nenhuma tentativa de vingança dos funcionários do Espírito deu resultado. Eles tiraram cópias de formulários que deixam a direção do hospital mal com o Inamps. Nesses formulários, as saídas de pacientes do hospital — o chamado passeio — só aparece na primeira via, que é de controle do hospital. Na segunda via, que serve para a cobrança das diárias do Inamps, as saídas não aparecem e com isso os dias em que ele está fora são cobrados indevidamente.

Mas a artimanha, denunciada em outubro, não encontrou acolhida nos jornais locais, embora todos tenham recebido os xerox dos formulários. Além disso, o superintendente do Inamps não deu maior importância à denúncia.



sar em mudar a sociedade. Mas veja bem, eu jamais negaria a possibilidade de uma revolução através de outros meios, isto pode acontecer, é claro. No entanto, considerando as tradições e a história do povo britânico, é mais provável que o cenário que eu descrevi seja o mais próximo dos fatos. E nós teremos, então, um governo eleito pelo povo embuído de reformas revolucionárias e irreversíveis.

**COOJORNAL — Qual a sua opinião a respeito do atual conflito dentro do Partido Trabalhista Britânico?**

SCARGILL — Eu sou a favor de todas as propostas de reforma nos estatutos do partido. Eu sou a favor da proposta que propõe a eleição do líder do partido por todos os seus membros. Eu sou a favor da reforma que concede ao Comitê Executivo Nacional do partido o direito de redigir o programa do partido para as eleições. Eu também sou a favor da seleção dos candidatos do partido antes de cada eleição.

**COOJORNAL — Você acredita que se as reformas propostas passarem, o Partido Trabalhista Britânico voltará a ser o partido representativo da classe operária?**

SCARGILL — Não. O que eu acho é que a aprovação das reformas propostas é apenas um passo no longo caminho em busca de um partido socialista que defenda políticas socialistas.

**COOJORNAL — Você, como membro do Comitê Executivo Nacional do Partido Trabalhista, acredita que o tal partido de políticas socialistas poderia ser o Partido Trabalhista?**

SCARGILL — O partido em questão poderia ser o Partido Trabalhista, mas para isto é necessário bem mais do que três reformas nos estatutos do partido. Estas reformas são apenas o começo. Mas se elas forem aprovadas não significa que o partido estará, necessariamente, engajado na busca de uma política socialista.

**COOJORNAL — Então, o que você acredita é no potencial do Partido Trabalhista Britânico?**

SCARGILL — Sim, porque foi um partido que nasceu dos sindicatos.

**COOJORNAL — Você sempre falou das tradições e da história do povo britânico como se o processo político britânico fosse algo à parte...**

SCARGILL — Mas ele é. O processo brasileiro também é diferente. Você não pode ter a revolução cubana no Brasil, você só pode ter a revolução brasileira. Como você não poderia ter uma revolução brasileira na Nicarágua. Você não pode ter nos Estados Unidos o sistema russo, só o americano. Cada um tem que ter a sua própria maneira, baseado nas próprias condições e tradições.

**COOJORNAL — Você acha que quando chegar o momento de tratar com os 15% da população, que como você mesmo**



Scargill: "A luta por melhores salários conscientiza os trabalhadores"

diz, retêm 75% da riqueza do país, que esta confrontação se dará com toda cordialidade e delicadeza que caracteriza os britânicos?

SCARGILL — Dependê. Certas situações podem ocorrer, situações que no momento não são nem mesmo cogitadas. Em 1972, em Birmingham, nós tivemos um grande confronto com as autoridades. Nós trouxemos 100 mil grevistas pelas ruas da cidade e finalmente fechamos o depósito de carvão da cidade. Aquilo teria sido algo impensável de se fazer um ano antes. O ponto que eu quero chegar é que a maneira britânica de desenvolver uma política socialista alternativa será baseada na tradição britânica e não na experiência de nenhum outro povo.

**COOJORNAL — Você poderia me dar uns exemplos em que a tradição britânica difere das de outros países?**

SCARGILL — O movimento sindical na Grã-Bretanha é diferente de qualquer parte do mundo. O Partido Trabalhista ao

qual eu pertencço nasceu dos sindicatos, isto é diferente de qualquer outra parte do mundo. É algo tipicamente britânico. E é por causa destas coisas que nós temos uma diferente compreensão dos fatos. Você tem, por exemplo, milhares de pessoas apoiando a política dos sindicatos, o que nos torna mais fortes.

**COOJORNAL — Não seria a monarquia com todas as suas ligações — grandes capitais, altos escalões das Forças Armadas, grande parte do judiciário, etc. — parte da tradição britânica?**

SCARGILL — No Brasil, eu tenho certeza, existem tradições que são peculiares do país, e que eu provavelmente não compreendo. Na Grã-Bretanha houve momentos na história que influenciaram o movimento sindical. A greve geral de 1926, por exemplo, quando os trabalhadores tomaram conta de todo o país. E aquilo foi algo britânico pela maneira como se deu. Todas as lutas pelo direito de pertencer a um sindicato são parte do processo político britânico. E estas são as coisas a que eu me refiro. São fatos diferentes do processo alemão, ou francês, e é considerando todos estes fatores que eu creio que o socialismo britânico, em sua forma, será diferente dos de outros países. Nosso capitalismo, por exemplo, é diferente. Ele é mais sutil, ele não carrega armas, ele controla sem o uso de armas. Ele pode ser muito efetivo, mas a classe trabalhadora pode ser também muito disciplinada e efetiva.

**COOJORNAL — Se esquemas de pagamento de acordo com a produtividade colocam mina contra mina, na Inglaterra, como evitar que a diferença de salários dentro da classe operária coloque operário contra operário? Eu me refiro ao fato de que os salários dos mineiros são maiores do que os da maioria dos outros operários.**

SCARGILL — Sim.

**COOJORNAL — E qual é a saída para isto?**

SCARGILL — O pessoal que introduziu estes esquemas visava nos dividir. Nós nos opusemos a estas reformas mas perdemos. O que nós queremos ver, no momento, é um retorno a uma forma de pagamento igualitário. Talvez isto demore alguns anos, mas é isto que nós queremos e é esta a saída para o problema.

**COOJORNAL — Você está falando de diferença de salários entre os mineiros, mas eu gostaria de saber da diferença entre os mineiros e trabalhadores de outras indústrias.**

SCARGILL — O princípio é basicamente o mesmo. Pois coloca homem contra homem, e indústria contra indústria.

**COOJORNAL — Eu concordo que você defenda os interesses das pessoas que você representa. Mas se estas diferenças aumentam você não acha que existe o perigo de um conflito de interesses entre os mineiros e os outros trabalhadores?**

SCARGILL — Tomemos um exemplo. Um operário ganha 100 libras por semana e o outro 70. Não existe condição de fazer com que o homem que ganhava 100 tenha o seu salário baixado para 85. Isto é impossível. Mas porque não um novo salário de 110 libras para ambos?

**COOJORNAL — Talvez isto seja possível quando os trabalhadores retiverem os meios de produção...**

SCARGILL — Não, nós já conseguimos isso antes, dentro da nossa indústria.

**COOJORNAL — Sim, mas não com os diferentes setores da indústria.**

SCARGILL — Eu não sou a favor de todo mundo ganhar o mesmo salário, mas eu sou a favor que todas as pessoas que façam o mesmo trabalho ganhem a mesma coisa. E é disso que eu pensei que nós estávamos falando.

**COOJORNAL — É difícil determinar o valor de cada trabalho específico, não lhe parece?**

SCARGILL — Não, não concordo. Na nossa indústria nós temos eletricitistas, funcionários de escritório, mecânicos, mineiros que trabalham na superfície e os que trabalham debaixo da terra. E nós somos capazes de determinar o valor de cada trabalho sem maiores problemas. O problema aparece quando se introduz estes esquemas de produtividade. Até o ano passado o eletricitista de uma mina ganhava o mesmo que o eletricitista de outra, hoje eles recebem salários diferentes e, no entanto, eles fazem o mesmo trabalho.

Agora, um eletricitista que trabalha no subsolo de uma mina não é o mesmo caso de um eletricitista que trabalha em um hospital. Há uma diferença. Eu não iria trabalhar como eletricitista no subsolo de uma mina se eu pudesse trabalhar em um hospital onde é muito mais fácil, a não ser que você pague mais para o homem que trabalha em uma mina ou numa plataforma submarina ou coisa do gênero.

**COOJORNAL — Você é uma pessoa respeitada pelas diferentes tendências da esquerda aqui na Grã-Bretanha. Você vê seu papel apenas como o líder dos mineiros de Yorkshire ou alguém que pode aglutinar em torno de si diferentes setores de assalariados, como bancários, professores, enfermeiras ou mesmo operários que estão descontentes com a liderança sindical que têm? Eu pergunto isso porque as pessoas esperam muito dos mineiros neste país.**

SCARGILL — Eu acho que o desenvolvimento de todo o movimento sindical é algo bastante complexo, e não existe nenhuma regra fixa para o que vai acontecer. Minha opinião sobre certos líderes sindicais é bem conhecida: eu acho que muitos deles são colaboracionistas. Eles colaboram com o sistema capitalista e eu os desprezo por isto. Eu acho que cedo ou tarde os trabalhadores vão se aperceber do que está acontecendo e vão mudar os seus líderes. Mas isto é algo que vai ser feito pelos membros do próprio sindicato. Eu só posso falar pelo meu sindicato e os membros que eu represento, e como indivíduo no que se refere ao Partido Trabalhista Britânico, como membro do Comitê Executivo nacional que sou.

**COOJORNAL — Você tem contatos com a América Latina?**

SCARGILL — Temos uns poucos contatos com sindicalistas chilenos no exílio. Temos alguns contatos com a Bolívia. Enviamos uma comissão para examinar as condições das minas locais. E temos muitos com Cuba. Eu já estive lá três vezes.

**QUE O NATAL NÃO SEJA APENAS MAIS UMA GRANDE FESTA DE COMPRAS.**

*A Cepal deseja que você tenha um Natal muito feliz não porque você pode gastar o seu décimo-terceiro em compras.*

*Mas porque você realmente tem a quem abraçar e beijar.*

*E com quem você pode repartir as dores, esperanças e alegrias do dia a dia.*



Cooperativa dos Estudantes de Porto Alegre Ltda.



# DÊ O COOJORNAL DE PRESENTE.

Neste Natal, dê uma assinatura do Coojornal de presente. Vai ser difícil encontrar um melhor e mais barato: custa só Cr\$220,00 e dura o ano inteiro. Coojornal, o presente inteligente!



**Novo preço em janeiro de 80**

## FAÇA AGORA A ASSINATURA PRESENTE!

Preencha o cupom e remeta-o junto com Cheque Nominal ou Vale Postal, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, Rua Comendador Coruja, 372, 90.000 — Porto Alegre RS. Oferta especial válida somente até o Natal.



### Cupom de Assinatura cooJORNAL®

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00  
 Envie cheque nominal ou vale postal para:  
 Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000  
 Fone: 335099

Nome: .....

Quero dar uma assinatura do Coojornal de presente para:

Nome .....  
 End ..... Nº .....  
 Bairro ..... Cep .....  
 Cidade ..... Estado .....  
 Profissão .....

Enviar o Coojornal a partir do nº .....

### Cupom de Assinatura cooJORNAL®

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00  
 Envie cheque nominal ou vale postal para:  
 Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre — RS — 90.000  
 Fone: 335099

Nome: .....

Quero dar uma assinatura do Coojornal de presente para:

Nome .....  
 End ..... Nº .....  
 Bairro ..... Cep .....  
 Cidade ..... Estado .....  
 Profissão .....

Enviar o Coojornal a partir do nº .....







Simon e Brizola em Nova Iorque, no início do ano, quando o entendimento ainda era possível

# O MAIOR RACHA DA OPOSIÇÃO

Na guerrinha entre MDB e PTB, no sul, vale até xingar a mãe



Em São Borja, logo após a chegada de Brizola, os primeiros sinais do afastamento entre os dois.

O Rio Grande do Sul, onde a oposição já se orgulhou de ser a mais organizada e mais consistente do país, hoje, vive o maior racha das oposições brasileiras. Petebistas de Leonel Brizola e emedebistas de Pedro Simon estão em guerra aberta e se combatem com tal ímpeto que todas as armas parecem válidas.

Na Assembléia Legislativa, onde a bancada majoritária da oposição se partiu quase ao meio — 13 dos 31 deputados do MDB saíram para o PTB — um bate-boca cerrado, que não tem excluído as retaliações pessoais, tomou conta por completo dos últimos dias do período parlamentar. A ordem, de um lado, é chamar Simon de traidor por renegar o PTB, a partir do qual ele fez sua carreira política. De outro, é acusar Brizola de estar fazendo o jogo do governo ao dividir a oposição.

No interior, em algumas cidades, a briga se dá até em torno das cadeiras e das sedes dos diretórios. A tese de Brizola é de que o MDB, no Rio Grande do Sul, sempre foi o PTB com outro nome e que agora não tem por que não assumir a verdadeira identidade. Simon acha que o MDB é uma força nova, dentro da qual o trabalhismo histórico é uma parcela de importância relativa.

Por trás das teses, há os interesses específicos de cada um. Brizola quer a liderança absoluta do trabalhismo e, junto com ele, voltam muitos remanescentes do antigo PTB que foram cassados e que se consideram com direitos dentro do partido. Eram homens de cúpula do antigo PTB e certamente pretendem se instalar na mesma órbita.

Simon, que hoje tem a liderança indiscutível do MDB gaúcho e que como senador assumiu importância a nível nacional, teria que submeter-se ao comando de Brizola e, certamente, enfrentar uma disputa interna no **front** estadual, com os trabalhistas históricos.

O que cada um perde ou ganha com o racha ainda está para ser contabilizado e, talvez, só nas eleições de 82 se possa saber com segurança. Por enquanto, o MDB diz que tem garantidos 45 dos 89 prefeitos da oposição no estado e pelo menos 70% dos 1.100 vereadores. O PTB, em desvantagem momentânea, não faz esse tipo de avaliação. Ele se mantém agressivo no ataque verbal, procurando ganhar espaço para começar a se organizar e trabalha silenciosamente junto às bases para consolidar sua força.

O clima, que esteve quente nas últimas semanas, depois que Simon finalmente se definiu pelo PMDB, tende a esfriar. Mas não há por que se acreditar em uma reconciliação. Brizola já garantiu mais de uma vez que, se houver eleição direta em 82, o PTB concorrerá com candidato próprio. Com isso, pela primeira vez, desde 1964, talvez se abra a chance do governo ganhar uma eleição para governador no Rio Grande do Sul.



# "Se quisesse ser governador, ia para o PTB"

— De acordo com os homens do PTB, nós estamos diante de um traidor do trabalhismo...

— Acho que a colocação que deve ser feita é bem diferente da pergunta. A questão a ser formulada é através da realidade que nós estamos vivendo. Me parece que a análise que é da responsabilidade que nós temos perante o presente e o futuro desse país. Alguns confiam na abertura do general Figueiredo e acham que ela está levando o Brasil no caminho da normalidade e acham que o esquema que ele e o general Golbery armaram para saída da exceção brasileira é o caminho que convém, o caminho correto. Alguns confiam nas afirmativas do general Figueiredo que jurou fazer deste país uma democracia.

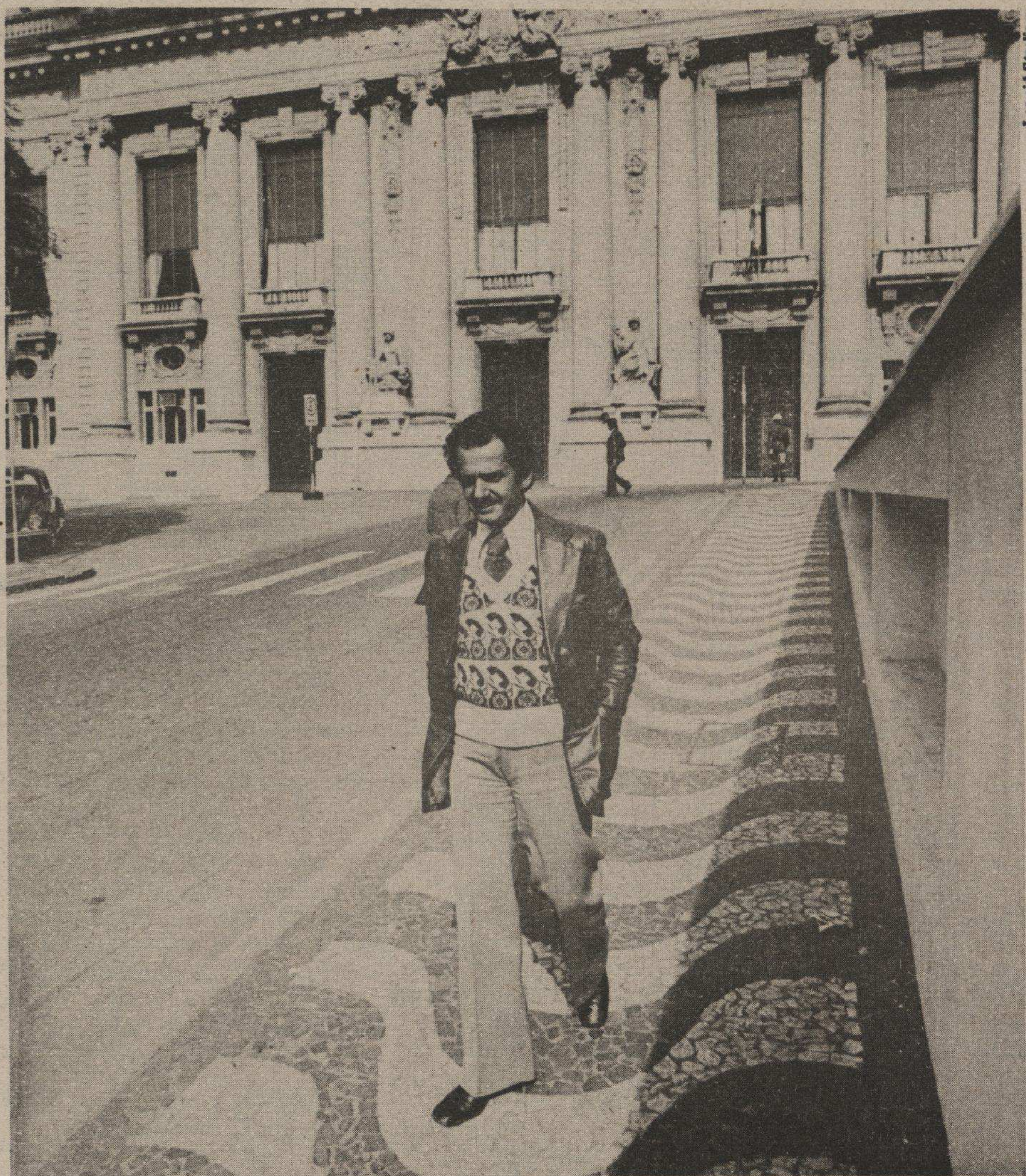
— O Brizola seria um desses?

— Vamos chegar lá. Eu não tenho o direito de me enganar, não tenho o direito de não ver, não dizer aquilo que eu sinto, porque ao longo desses 16 anos nós verificamos tantas promessas não cumpridas, tantas fórmulas casuísticas, tantas manipulações feitas que a nós parece que estamos apenas diante de uma outra, diabolicamente mais inteligente, por isso mais difícil de ser combatida mas muito longe daquilo que alguns, de boa fé, ou por que querem ter boa fé, desejam acreditar, estão imaginando.

Reparem que o governo fez uma organização partidária que já mantém os políticos ocupados com o debate desde maio do ano passado. Lembro que até as vésperas das eleições do ano passado dizia-se que o presidente da República, no dia 15, às 17h, baixaria um decreto extinguindo os partidos políticos e os votos seriam contados independente de siglas partidárias. Não saiu decreto nenhum, o debate continuou por este ano todo. Se for feita uma análise do congresso vai se verificar que num período que houve escândalos, os maiores da nossa história, como é o caso da Light, num ano em que a inflação atingiu o absurdo e a fome leva o povo ao desespero — essa onda de assalto é consequência — o congresso manteve-se preso nesse debate e encerra-se o ano sem o governo promulgar a lei. No ano que vem todos os políticos estarão andando pelo Brasil para reorganizar os diretórios e repare que geralmente os mandatos dos diretórios são de dois anos. Mas esta lei de reforma partidária diz que serão de dois, com exceção do primeiro que será de um. Isto é de propósito, para no ano seguinte, 1981, os políticos passarem também o ano inteiro ocupados com isso. Então o esquema é como disse o general Golbery quando o projeto foi enviado ao congresso: "Com esse projeto, esses políticos vão ter muito com o que se divertir".

E ao mesmo tempo que extinguiu os partidos, esse projeto já prorrogou as eleições municipais do ano que vem, porque não vai haver tempo para organizar as eleições de parte da justiça eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral tem dois meses para fazer a regulamentação da lei e depois os partidos têm um ano para se organizarem. Prorrogando as eleições municipais, ele está prorrogando o colégio eleitoral — composto por deputados e vereadores — que, de acordo com a lei atual, elege os governadores em 1982. O atual colégio eleitoral dá maioria ao partido do governo em todos os estados do Brasil. Em 1966, 70, 74 e 78, em cada uma dessas eleições as regras do jogo foram mudadas. Mudavam dizendo que só aquela seria indireta, mas na seguinte mudavam de novo. Em todas aquelas oportunidades o governo precisou alterar a constituição, mas agora a constituição já diz que a eleição de 82 será indireta. Será que eu tenho que acreditar nesse governo que ele vai mudar para fazer direta? Acreditar! Com o senhor Petrônio Portella dizendo que a discussão sobre a eleição de governadores é assunto para 1981, que agora é muito cedo. Eu posso ter o direito de confiar nessa gente?

Sem dúvida é um esquema muito mais inteligente para se manter no poder. E vem com outros componentes. Em primeiro lugar, esse projeto mantém a sublegenda — e todos não de concordar que se alguém está pensando seriamente



Pedro Simon (diante do palácio Piratini): "Ser governador resolve?"

em pluripartidarismo não há razão de manter a sublegenda. Ela nasceu naquela primeira eleição porque, segundo o livro do senador Daniel Krieger, os partidos que eram 15 haviam sido reduzidos a dois. Depois a desculpa para mantê-la foi de que se precisava manter espaço para as tendências minoritárias dentro dos dois partidos. E agora, que surgem vários partidos, qual é a desculpa? Na própria mensagem enviada ao congresso está escrito que cabe "a nós, do governo, organizarmos o partido do governo". Quer dizer, o governo já reconhece que será o partido do governo e não dos homens que são favoráveis ao governo. Então a intenção da sublegenda é esta: unir fisiologicamente os homens que são favoráveis ao governo e dividir ideologicamente os homens que são contrários ao governo. E ainda estão lá no congresso, um de autoria do senador Tarso Dutra e outro do senador José Sarney, dois projetos de lei instituindo o voto distrital. Então, com sublegenda e voto distrital o partido do governo não precisa lutar para fazer 51% dos votos, com 32 a 34% ele pode fazer maioria de dois terços no congresso.

Este o esquema que está sendo montado em cima de uma realidade que não é muito diversa daquela que nós tínhamos há pouco tempo. Por exemplo, extinguir o 477 e o 228. Na verdade, a lei que os substituiu é a mesma coisa, com o agravante de que hoje faz parte dos estatutos das universidades exatamente o 228 e o 477 sob outra forma. Hoje, inclusive o presidente da República pode nomear os reitores das universidades que são fundações públicas, como se fosse diretor de uma autarquia. Nem lista tripla ou sêxtupla há mais. Nomear ou demitir. O AI-5 foi extinto, mas se você sentar para ler as salvaguardas vai ver que está tudo o que estava no AI-5. Não pode cassar hoje, mas está ali que, processado ou enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o deputado vai para casa e só volta se for absolvido. É um escândalo de norma processual penal no mundo, porque a acusação de infringir a Lei de Segurança Nacional não necessita pedido de licença para processar o parlamentar. Vai direto para o Supremo e se o promotor fizer a denúncia e o juiz aceitar, o cidadão terá que provar mesmo que seja uma calúnia. E nesta fase do processo ele está afastado. Pode até acontecer de seu

mandato terminar enquanto ele está sendo processado. O governo criou as salvaguardas, que são o Estado de Sítio (que o congresso precisa votar), as Medidas de Emergência e o Estado de Emergência. Neste último caso, assume um Conselho Constitucional, nomeado pelo presidente da República. As Medidas de Emergência o presidente as decreta a hora que bem entender sem dar satisfação para ninguém. A única coisa é o seguinte: os três são absolutamente a mesma coisa com o mesmo nome.

Se você ler a Lei de Segurança Nacional vai ver que tudo o que existe de liberdade hoje no Brasil é concessão. Eu estou falando aqui e esse jornal vai sair não porque seja um direito que nós temos, pois a Lei de Segurança tem um artigo que dá ao ministro da Justiça o poder de empastelar esse jornal, de enquadrar o jornal e a mim como incurso na Lei de Segurança, com base num artigo que fala em apontar fatos com relação às autoridades, ainda que verdadeiros mas que tendam a indispor as autoridades com a opinião pública. Essa é a realidade.

— Uma realidade para ser atacada com uma frente?

— Em meio a tudo isto é que me parece que o debate deve ser colocado. A fórmula de evitar esse esquema de governo surgiu em determinado momento do debate partidário, quando o ministro Tancredo Neves se uniu com os dissidentes da Arena e o senhor Magalhães Pinto para fazer o partido hoje chamado de Partido Popular. Quando aconteceu isso, nos pareceu que tínhamos condições e possibilidade de fraudar o esquema da democracia relativa do general Golbery. E a fórmula seria a de criar um grande partido popular, que combateria o do governo e o do doutor Tancredo — que disputariam praticamente o mesmo eleitorado. Perseguindo esse objetivo lutamos vários meses. Acreditávamos que era a fórmula para estar na rua junto ao eleitorado no outro dia da reforma e que com dois partidos populares haveria o entrosque permanente e levaria um tempo enorme para consolidá-los, perdendo um tempo crucial enquanto o sistema continuaria avançando.

— Como foi que o Brizola reagiu a essa tese?

— Essa tese foi longamente debatida principalmente em Brasília, depois que o doutor Brizola escreveu uma carta ao senador Franco Montoro, há mais ou menos um mês, pedindo uma reunião com senadores para discutir o projeto trabalhista com o sucedâneo do MDB. A bancada do senado nomeou nove senadores para fazer essa conversa. Foram dois dias de longas conversações e se chegou a um denominador comum de que se podia fazer uma comissão com pessoas do projeto trabalhista e o sucedâneo para elaborar um programa comum, um estatuto comum. O doutor Brizola defendia o nome PTB, mas não fechava a porta, apenas ponderava com muito ardor a importância que isso significava. Um nome com o qual eu também concordava, mas a nível de outros estados se verificou que havia muitas restrições, porque o PTB nesses outros estados não tem a imagem e a história que tem no Rio Grande do Sul. Em meio a esse debate surgiu a possibilidade de que surgisse um partido com o nome de Partido Trabalhista apenas e que isso serviria de ponte de união dos dois processos para criar um grande partido popular.

Antes de ter essa resposta, ainda em meio aos entendimentos, quando o doutor Brizola ainda estava em Brasília, saiu em Porto Alegre uma declaração do doutor Brizola onde ele dava ordens dizendo que não tinha mais nenhuma razão para os homens do trabalhismo estarem no MDB. Até com mágoa, os senadores consideraram que o doutor Brizola, por parte dele, havia encerrado as negociações. Mesmo assim eu voltei a conversar com ele longamente, em mais de uma oportunidade. Não de convir que era um momento em que o MDB, saindo para um grande partido popular, poderia dar um salto de qualidade, saindo os malufistas e todos aqueles segmentos que impediam o avançar do partido. Eram 22 senadores com esse projeto — apenas um no trabalhista — e são 100 deputados federais, enquanto hoje estão em 19 ou 20 os do PTB.

— Senadores de que estado mais resistiam ao PTB?

— Poderia dizer que era desde a Amazônia. O pessoal argumentava que havia restrições em seus estados e que o Brizola estava querendo uma adesão a ele, que não tinha sentido uma fusão. Ele sempre defendeu o PTB, embora na comissão, ali, ele colocasse em termos de discussão. Nós que conhecemos o doutor Brizola sabemos que ele é muito inflexível nas teses que ele defende.

— O PTB foi governo...

— O próprio PTB participou de todos os governos no passado, ficando fora apenas durante os seis meses do Jânio Quadros. É preciso concordar que o tipo de luta do PTB foi diferente. A do MDB foi uma luta de resistência, como que num território ocupado, em guerra para expulsar o invasor. Uma luta que não tem heróis mas que tem heróis anônimos, de gente que foi demitida, expurgada, que não conseguiram que suas filhas professoras fossem nomeadas, que foram mortos, torturados, que desapareceram. Não me parece que criticar o MDB, descer a lenha do primeiro ao quinto, seja a melhor fórmula para resolver os problemas desse país.

Numa hora destas, de uma reforma absurda e escandalosa, de uma inflação de praticamente 100% fechando este ano, com o povo passando fome, vivendo num regime onde as multinacionais se adonam cada vez mais do país, quando um projeto Jari que seria escândalo em qualquer país que tivesse independência econômica, perdermos como estamos perdendo esse tempo numa retaliação de ordem pessoal é algo que não serve. Não é meu estilo de fazer política.

— O senhor acha que essa pregação do PTB, dizendo que quem ficou no MDB é traidor de certa forma, tem peso junto ao eleitorado?

— Foi dito por exemplo que eu recebi um partido unido e o deixo desunido. Quando o Siegfried Heuser e eu o recebemos, nas eleições de 1962, o PTB concorreu com um candidato e o MTR, que era uma dissidência do PTB, com outro. Nós recebemos o partido dividido e

(continua)



depois fizemos a união. É bem ao contrário. E, ao longo de todos esses anos, nós só somamos, o partido só cresceu. Tivemos problemas mas graças a Deus ninguém foi excluído do partido por divergir.

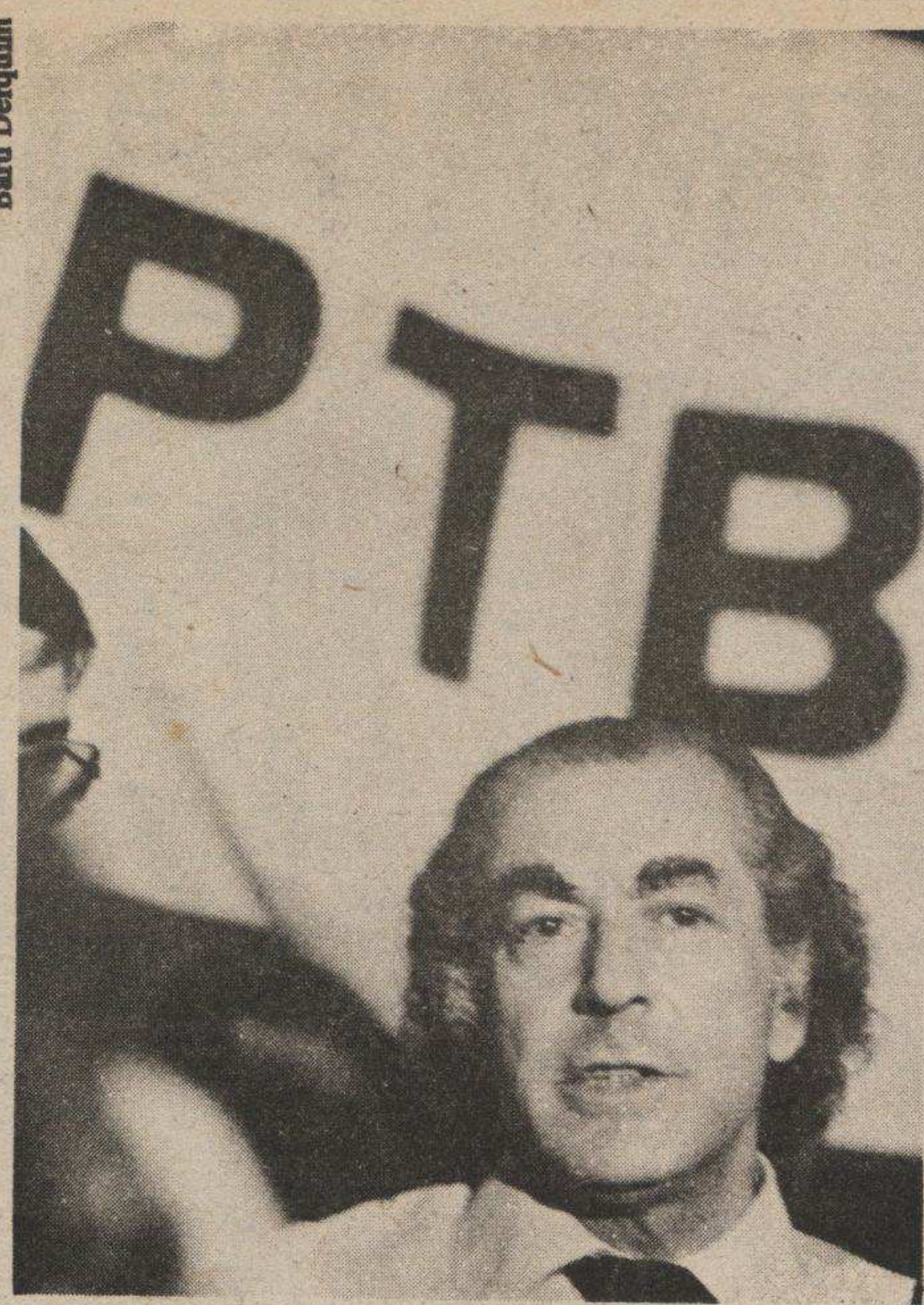
— O senhor quer dizer que a eleição de 1962 para o governo do Rio Grande foi perdida em virtude da dissidência?

— É evidente, da divisão entre Fernando Ferrari, que tinha criado o MTR. Aliás, naquela eleição, a última que o PTB concorreu, o partido fez em torno de 460 mil votos. Nesta última o MDB fez 1 milhão e 750 mil votos. Mas é um eleitorado novo, a esmagadora maioria de menos de 35 anos. E se a imagem do trabalhismo, a imagem do doutor Brizola é cultivada me parece que foram os líderes do MDB que a mantiveram, a imagem de Getúlio Vargas, da Carta Testamento, de Pasqualini e dos líderes do trabalhismo.

— Mas o senhor acha que esse tipo de desgaste que o PTB vem fazendo não tem consequência eleitoral?

— Eu não tenho preocupação no sentido eleitoral. Se tivesse, eu poderia estar no PTB do doutor Brizola com a eleição de governador assegurada praticamente, perdoem a franqueza. Traidor seria o cidadão que deixasse o partido porque aqui não seria candidato a governador e então, pela minha vaidade, vou para onde posso ser. Ou deixei para aderir ao governo. Se eu peguei o caminho mais difícil, é porque a minha consciência me faz agir assim. Eu sendo governador resolveria o problema do Brasil? Se PTB ou MDB pegar o governo do Rio Grande do Sul e não for mudada a estrutura de poder, sem uma reforma radical da forma como este país está sendo levado, resolve os problemas do Brasil? E será que vamos resolver os problemas do país na base do individualismo? Acho que é necessário agir em conjunto, como vinha acontecendo. Lembremos que nas camadas sociais a mobilização tinha chegado a alcançar até médicos, engenheiros e sociólogos, coisa que nunca tinha acontecido no Brasil. Todo o mundo avançando.

Essas afirmativas que estão sendo feitas é que me causaram profunda mágoa, algumas pichações que eu acho que não se deveria chegar a isso. Esse tipo de política que eu pensei que estava superado. Não imaginei que nós viveríamos essa época. Esse passado do Rio Grande do Sul do "crê ou morre" ou "tá comigo ou é inimigo", pensei que tava superado. Entendo que o MDB e o PTB deveriam estar no mesmo prato da balan-



Brizola: "O PTB está na memória"

ça e creio que o povo pensa assim, que se for feito um plebiscito ele confirmará isto.

— O senhor não pensou que se fosse para o PTB poderia repetir o caso do Loureiro da Silva ou do Fernando Ferrari?

— Não. Eu me dou bem com todos, não tenho ambições pessoais. Eu nunca lutei pelo cargo. Tanto que minha candidatura ao senado foi imposta, como necessidade para concorrer contra três candidatos da Arena. Caso contrário, eu não seria candidato. No caso do Loureiro da Silva, a quem eu respeito muito, era diferente. Ele queria ser candidato.

— O senhor teme uma reedição de 62 no próximo pleito?

— Eu acho que nós estamos vivendo uma hora tão séria que não chego a analisar isso. Uma coisa que me magoa é ouvir o doutor Brizola dizer que eu estou sendo catastrófico. Eu vejo ele usar a mesma linguagem que a Arena usava contra mim na assembléia, que o Jarbas Passarinho também usa contra mim no congresso. Eu não sou catastrófico. Pelo contrário, eu sou um otimista no futuro do Brasil. Agora sou catastrófico em relação a esse sistema e a esse governo. A nossa diferença é essa. É fácil de entender que o doutor Brizola, que viveu 15 anos de amargura longe do país, ao chegar esteja vivendo um momento de profunda emoção e por essa razão talvez ele tenha expectativa, deposite confiança nesse



Simon: "A força hoje é o MDB"

governo de que ele está sendo sincero em suas intenções. Mas eu não tenho direito, repito, de ter essa confiabilidade.

— O senhor se diz magoado porque ele diz que o senhor é catastrófico e ele se diz magoado porque o senhor dá a entender que ele faz um jogo de interesse ao governo...

— Não, realmente essas afirmativas existem mas não da minha parte. Pelo contrário, eu tenho sido intransigente defensor do doutor Brizola. Há uma diferença entre dizer o que eu digo — que a divisão ajuda o governo. Ele acha que está certo, que está seguindo o melhor caminho para o país. Eu acho que ele está sendo sincero, apenas equivocado.

— O senhor acha que o Leonel Brizola está meio desarticulado ainda?

— Isso é natural. Um homem que ficou 15 anos fora e que recebia de certa forma um tipo de informação e até chegar aqui e se integrar na realidade brasileira não é fácil. Você veja que a rigor ele só esteve em Brasília, no próprio Rio Grande do Sul tirando São Borja ele só visitou Porto Alegre, ficou dois dias em São Paulo e está no Rio de Janeiro. Saber como é o Nordeste hoje é algo que demanda tempo.

— Dizem que os votos dos trabalhistas foram decisivos nas eleições de 1970 e 1974, no Rio Grande do Sul. O senhor concorda com isso?

— O voto dos trabalhistas foi muito

importante. Mas é preciso ver que em 70 o voto em branco foi no Brasil inteiro. O PTB nunca existiu em São Paulo e lá foi uma avalanche de voto em branco. O voto em branco foi daqui ao Amazonas. Foi um sentimento nacional de frustração, um protesto. Em 1974, por outro lado foi outro sentimento. Conseguimos resultados com homens que nunca foram nem partido. Esse senador, o Leite Chaves, que agora foi para o PTB, por exemplo, saiu da banca de advogado para o senado direto. Então foi uma avalanche nacional em 74. Eu não quero desmerecer os votos dos trabalhistas mas quero dizer que os dois fatos não foram fatos isolados.

— Qual seria o peso dos votos trabalhistas numa eleição hoje no Rio Grande do Sul?

— Não saberia dizer, nem mesmo fazer uma estimativa. O que sei é que hoje temos uma nova realidade. Por exemplo: em 1962, o país inteiro tinha 150 mil universitários. Hoje só no Rio Grande tem mais de 100 mil. É outro país.

— O senhor diz que havia alguns dos senadores que foram conversar com o Brizola em Brasília que estavam inclinados a aceitar a sigla PTB. Quais eram...

— O Montoro queria. Era o que estava mais interessado.

— Bem, ainda hoje surgem boatos de que ele pode fechar com o Brizola...

— É, mas ele está desmentindo. Ele já assinou no livro, não tem mais volta.

— E o tal acordo em Nova Lorque que o Brizola diz que o senhor fez com ele?

— Tudo isso que eu disse aqui para sustentar a tese da manutenção do MDB, eu disse ao Brizola em Nova Lorque. O Tancredo Neves é testemunha, estávamos os três numa mesa almoçando quando falei tudo isso.

— O governo está acuado por uma crise econômica. Isso não abre mais espaço para a oposição?

— Pois é, até falei para o Brizola, com essa crise enorme a gente unido tinha chance de influir no rumo das coisas decisivamente. Mas aí a crise nos pega brigando...

(\*) José Loureiro da Silva, prefeito de Porto Alegre, e Fernando Ferrari, deputado federal, eram líderes do PTB e se afastaram por divergências com Leonel Brizola e outros líderes trabalhistas. Fernando Ferrari fundou o MTR e concorreu ao governo do Rio Grande do Sul em 1962, dividindo o PTB e possibilitando a eleição de Ildo Meneghetti.

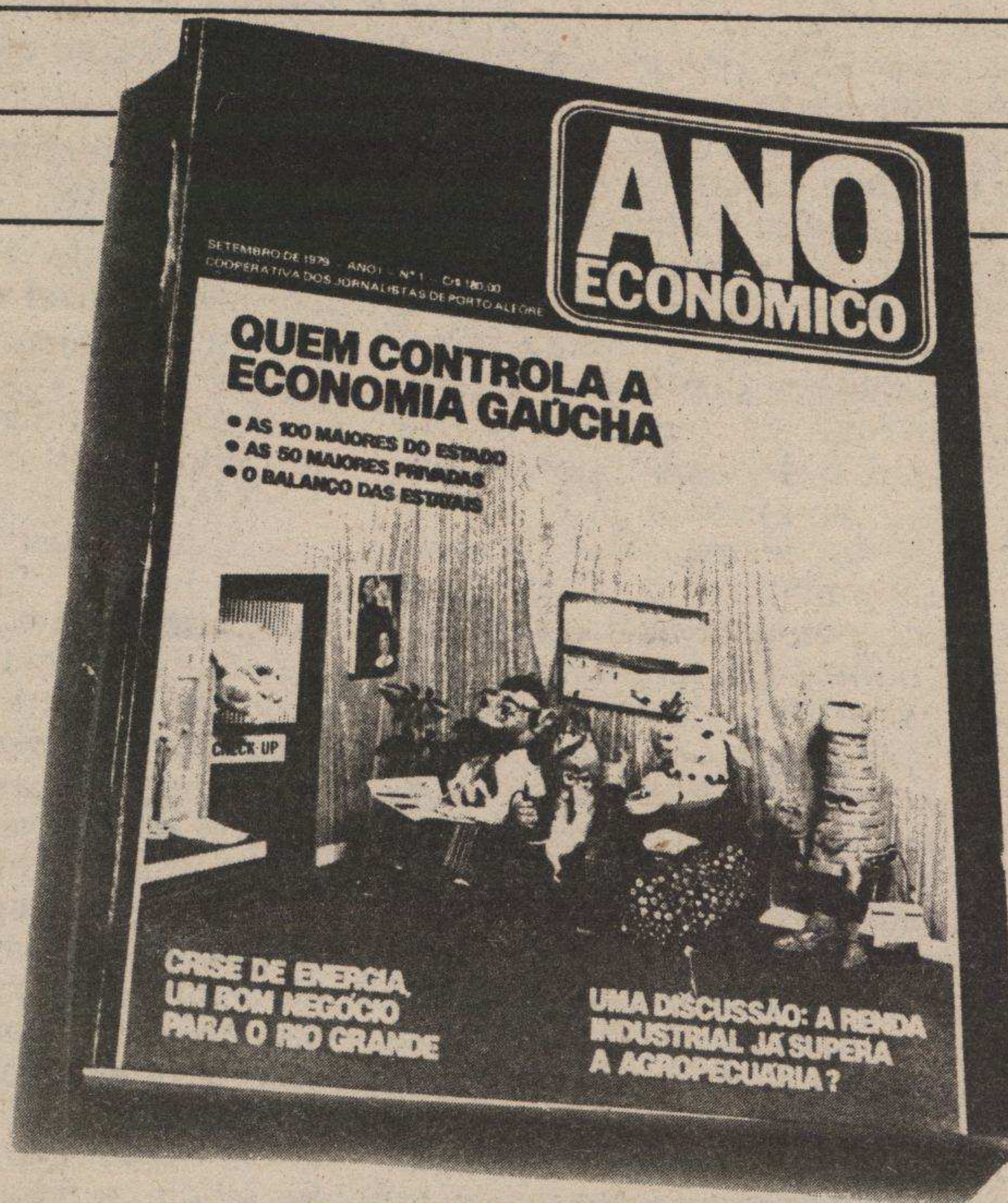
## Você não precisa mais quebrar a cabeça atrás de informações sobre as empresas e a economia do Rio Grande do Sul

UM PERFIL COMPLETO DA

ECONOMIA GAÚCHA, EM 240 PÁGINAS.

Estas são algumas das questões importantes tratadas em Ano Econômico

- O Rio Grande do Sul não é mais um estado agrícola. A indústria já supera a agropecuária na geração da renda interna.
- O ciclo da soja chegou ao fim. Quais as alternativas para substituir a soja que hoje é 56% da renda do setor primário e 8% da renda estadual?



**PEDIDOS PARA** Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre  
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre



- O Rio Grande do Sul é potencialmente o estado mais rico da federação devido as suas reservas de carvão. Quais são os planos para explorá-las?
- Cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul? Sim, esta é uma boa alternativa para a lavoura. Os gaúchos consomem 6 milhões de toneladas da cana, por ano, e têm terra boa para plantar.

E MAIS: As cem maiores empresas, as análises de balanços, o desempenho de setor por setor, as perspectivas para o futuro.



# A reforma está saindo pela culatra

Por CARLOS ALBERTO SARDENBERG

Não se pode dizer que esta reforma partidária tenha sido particularmente esclarecedora. Os partidos que dela surgem — e cujos contornos já se vislumbram — não constituem unidades ideológicas acabadas.

Não são, pois, partidos *leninistas*, no sentido em que Lenin falava de partidos compactos, firmes e integrados por uma vanguarda de militantes. São mais *ajuntamentos* — como bem notou o senador Teotônio Vilela, ele próprio um dos mais ativos animadores de um desses "ajuntamentos de parlamentares".

Como em todo ajuntamento há trapaças, as trampolinagens, no caso, começaram pelos nomes dos novos partidos. Vejam: *democrático* tem sido nestes tempos todos uma palavra da oposição. Não apenas porque estava no nome do MDB, mas porque surgia em todos os *slogans*: "LIBERDADES DEMOCRÁTICAS", "FRENTE DEMOCRÁTICA", "OPOSIÇÕES DEMOCRÁTICAS".

E vai que o governo corre e batiza o seu Arenão de PARTIDO DEMOCRÁTICO — pulou na frente, apanhou a palavra mágica.

O partido de Tancredo Neves também fez a sua. O senador anunciou um partido de oposição leal e responsável ao governo, não ao regime, e todo mundo sabe que o pessoal dele é moderado. Além de banqueiro: entre suas figuras exponenciais, estão representados três grandes bancos. O Banco Nacional, por Magalhães Pinto, o Banco Itaú, pelo ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal e o Deputado Herbert Levy, e o Comind (Comércio e Indústria), pelo ex-governador paulista, Paulo Egydio.

Pois logo esse partido saiu com o nome *Popular*, designação que já vinha sendo utilizada pelos deputados e senadores da ala esquerda do ex-MDB, reunidos na tendência popular.

Já pensaram agora a gente falar "populares" e ter de entender que isso se refere a alguns dos grandes banqueiros nacionais?

Foi, certamente, para driblar as trapaças que o deputado Ulysses Guimarães optou pelo seu Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB. Pode não ser muito bonito, mas não deixa mais dúvida sobre essa questão do sucessor do MDB velho de guerra.

Aliás, o próprio MDB, quando surgiu há 15 anos, nome sugerido, vejam só, por Tancredo Neves, pareceu uma coisa horrorosa. Depois pegou. Quem sabe a história se repete? — terá pensado Ulysses.

Depois, vem o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, sigla consagrada que tem sua história e seu sentido político. Mas inequivocamente ela parece deslocada num quadro político em que as novas e mais autênticas lideranças sindicais do país, as que emergem destes anos de arbítrio, rejeitam o PTB e buscam sua própria solução política, o PT. Não se reconhecem no PTB e isso retira parte do sentido do *trabalhismo* que aí se reivindicava.

E resta esse PT — nome simples, designação clara. Mas não escapa a uma certa confusão. O PT, dizia um dos seus líderes, Jacó Bittar, se quer o partido da classe operária. Mas a tradição e todo o pensamento político de esquerda não dizem que os partidos da classe operária são os partidos comunistas? É verdade que Lula e Bittar, quando falam de seu PT, não pensam no partido restrito, vanguardista, formado por militantes de aço e dedicação exclusiva, o partido de Lênin.

Os nossos líderes sindicais pensam num grande partido de massas — mas não era isso que, em oposição a Lênin, pregava a lendedária Rosa Luxemburgo?

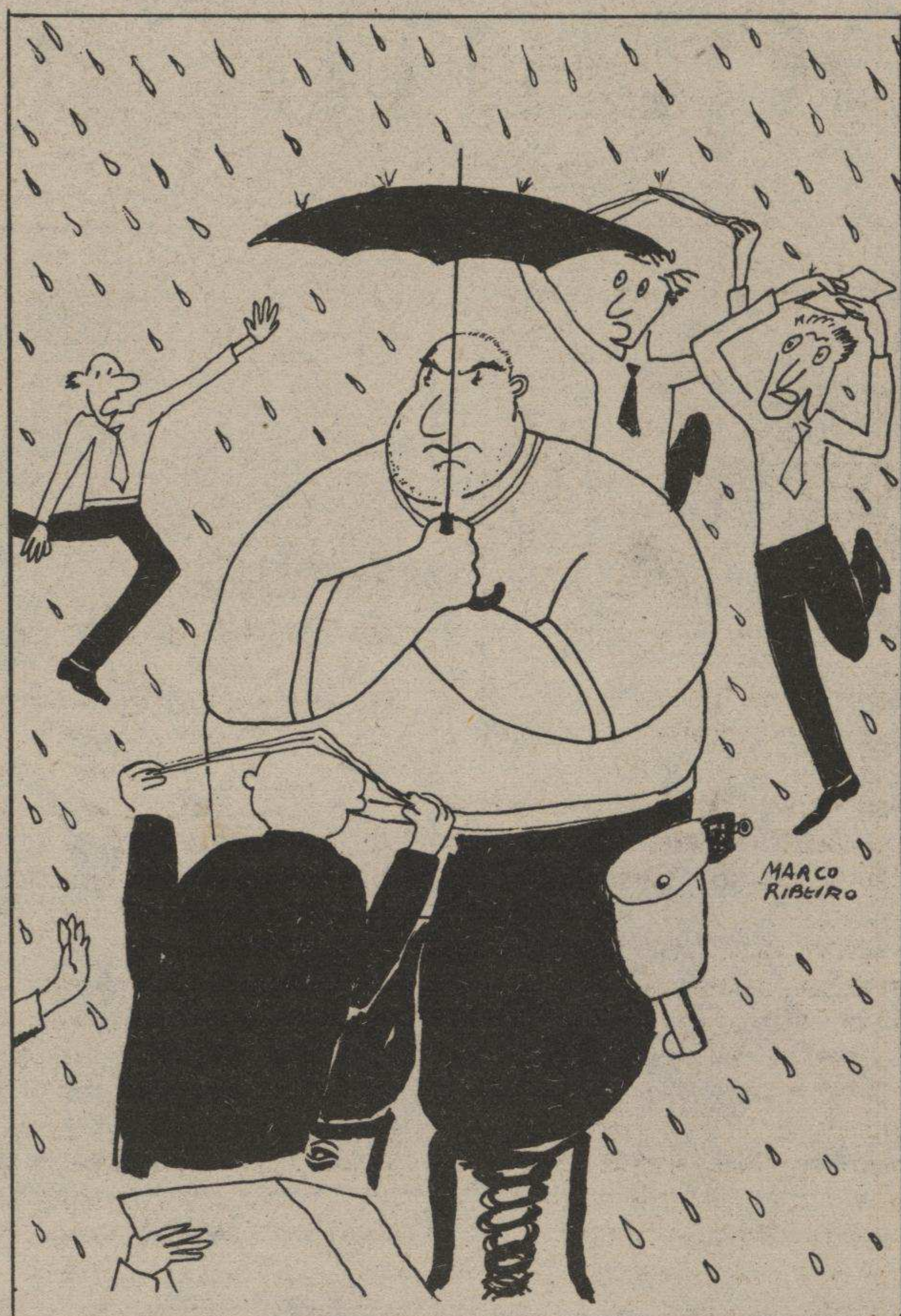
O atual Partido Social Democrata alemão, de Willy Brandt, nasceu como um partido marxista da classe operária, partido de massas e cresceu assim. Depois tirou o marxismo do programa e se transformou nessa moderna social-democracia, de certo modo acompanhando a própria evolução da classe operária alemã, que de revolucionária passou a reformista. Até hoje essa classe operária, já bem de vida, é fiel ao seu partido.

Bom, poupemos a história e a especulação política. Voltemos aos nossos *ajuntamentos* e às nossas trapaças bem mais prosaicas.

O caso é que o governo certamente terá o maior partido no parlamento. O que todo mundo já sabia. A questão mais atual é saber se terá a maioria absoluta — 50% mais um — nas duas casas do congresso. Não parece correr riscos no senado, onde a finada Arena contava com 41 vagas em 67.

Desses 41, o governo já perdeu quatro para o partido de Tancredo Neves, mas ainda que perca mais três, o que é muito improvável, ainda ficaria com a maioria absoluta de 34 votos. Em todo o caso, ficará com maioria apertada e precisará a todo instante mobilizar seus senadores para que compareçam a plenário.

Na câmara, a coisa está mais preta para o governo. Ali, a ex-Arena tinha 231 votos em 420. Desses 231, o partido de Tancredo, no início de dezembro, tinha apanhado 30. O governo tratava de conseguir que pelo



menos dez ex-emedebistas passassem para seu lado, de modo que o Partido Democrático ficasse com 211, a conta justa para a maioria absoluta. Estava complicado, porque não só o partido de Tancredo ameaçava apanhar mais ex-arenistas como os adesistas — os nove Malufistas de São Paulo e um outro espalhado por aí — manifestavam a disposição de ficar em algum dos partidos de oposição.

Se os partidos de oposição — o de Tancredo, o PMDB, o bloco de PTB e os dois deputados do PT — passarem dos 211 votos na câmara, cria-se um impasse. Pois todas as leis precisam passar na câmara e no senado, de tal modo que as oposições poderão bloquear todas as iniciativas do governo.

Em regimes democráticos estabilizados, quando acontece isso, passam-se às negociações e acordos. Em outros regimes mais simplificados, fecha-se o congresso e pronto. Entre um ponto e outro, que é onde se encontra o nosso regime de meia trava, tem que dar um jeito.

E já se percebe qual é o jeito que o governo procura: ele quer pinçar entre os partidos de oposição um interlocutor privilegiado, que não é outro senão o partido de Tancredo Neves.

Vimos isso no último discurso do ano de Jarbas Passarinho, líder do governo no senado. Passarinho comentou de modo muito positivo o discurso em que o senador Tancredo Neves anunciou sua oposição: firme, mas leal e responsável oposição ao governo, não ao regime.

Passarinho distinguiu essa postura da oposição à Miguel Arraes, que apresentou como radical, extremada, oposição ao regime, não ao governo.

A oposição de Arraes seria aquela do PMDB, que não é outro senão o novo partido de Ulysses Guimarães e mais Teotônio Vilela, Pedro Simon, Roberto Saturnino, Franco Montoro, Marcos Freire e mais ainda os autênticos, a esquerda popular e Arraes.

Mas o governo resume tudo isso na expressão "é o partido do Arraes, a oposição não confiável".

É claro que o governo está forçando a barra. Porém mais do que isso, ainda está tentando salvar o seu projeto político.

As previsões governistas, no início da votação da reforma, previam: 220 deputados para o governo, 200 com Tancredo Neves, 50 com o PTB e outros 50 argelinos. Os argelinos — óbvia referência ao exílio de Arraes na Argélia — seriam a ponta esquerda, os radicais que ficariam isolados e neutralizados. Assim, com maioria absoluta e tendo como maior partido de oposição os moderados de Tancredo, ficaria uma sopa para o governo tocar seu projeto de democracia controlada.

Já nas primeiras mexidas partidárias, viu-se esse quadro perigar. A ala esquerda do MDB, mesmo sob pressão de alguns que desejavam livrar-se rapidamente do *lixo moderado*, agiu de modo muito competente e com um objetivo preciso a partir de duas premissas, uma tática, outra estratégica.

A tática: que esse regime de meia trava ainda não oferece as liberdades e garantias necessárias para plena atuação política. A estratégica: que, afinal, a prática tradicional de um partido de esquerda, socialista, digamos, puro e homogêneo, tem-se revelado ineficiente. Tem sido um partido pequeno, isolado, sempre longe do poder. E há uma agravante no caso brasileiro: os novos partidos estão-se formando a partir do parlamento, de cima para baixo, e, assim, a esquerda perderia de saída sua única possibilidade de poder, que é ganhar as massas populares.

Isso posto, viu-se claramente que a esquerda do MDB, cujas variantes todas formam um contingente respeitável, podendo passar dos cem deputados — manobrou no sentido de acertar e consolidar uma aliança com o centro liberal e progressista do partido ora em extinção.

E contra todas as expectativas e manobras governamentais e moderadas, isso estava dando certo: o PMDB ia pintando como o maior partido das oposições, reunindo exatamente o centro liberal e as esquerdas todas.

O partido de Tancredo ia ficando apenas com a direita emedebista, aí incluídos os chaguitas, mais as sobras arenistas. E o PTB malograva espetacularmente, reduzido, no início de dezembro, a menos de duas dezenas de parlamentares.

Aliás, o PTB foi, no final de novembro, uma última esperança do governo: rompido os entendimentos entre Tancredo e os senadores liberais do MDB, o governo torceu o quanto pode para que esses senadores entrassem no PTB, pois, do ponto de vista oficial, Leonel Brizola é hoje muito mais confiável do que Miguel Arraes. E se os senadores ficassem no PTB, a esquerda emedebista ficaria na mão.

Aqui em Brasília, foi, por exemplo, muito evidente o desapontamento dos meios governistas quando ficou claro que Montoro e seus senadores não iam para o PTB.

O PMDB ia assim encostando nos 100 deputados e 20 senadores, sem que se formasse o isolamento dos *tais argelinos radicais*. É verdade que a coisa não estava consolidada, mesmo porque não se pode dizer que toda a esquerda estivesse agindo de modo muito consciente ao procurar amarrar aliança com o centro liberal e assim gerar um grande partido. Um *ajuntamento* ainda, como nota Teotônio Vilela, mas um *ajuntamento* mais arrumado.

É preciso levar em conta, porém, que esse processo de abertura, ainda que limitado, mostrou a fragilidade dos políticos, a maioria deles agindo na base do instinto. Dir-se-ia que o país está no limiar de grandes viradas, mas tem para administrar isso não mais que *pgmeus atordoados*, incapazes de perceber as grandes linhas do momento.

Nesse quadro, as grandes manobras políticas, como a do governo, ou como essa aliança liberais-esquerdas, podem simplesmente trombar com interesses eleitorais imediatíssimos deste ou daquele grupo. Essa aliança dentro do PMDB, por exemplo, ainda terá de superar a prova da formação das comissões estaduais do novo partido. Na esquerda, dos socialistas reunidos na tendência popular, já se notavam sinais de impaciência com o que se consideravam moderações e vacilações dos liberais.

Aí estavam as derradeiras esperanças do governo. Mas o que ajuda as oposições é que o governo, também parecendo um pigmeu diante da história contemporânea, errou em diversos pontos. Os rebeldes e esquerdistas não se atiraram nos braços de Arraes e Brizola, como esperava o governo. Estes não formaram seus partidos e os não-esquerdistas simplesmente não acreditaram no governo. Quer dizer, de repente viu-se que o governo é que não era confiável.

Por exemplo: podia Montoro acreditar quando lhe diziam "livra-te da esquerda e ganharás o governo de São Paulo"? Podia acreditar nisso no momento em que o governo rompia negociações que fizera dentro de seu campo a propósito da sublegenda? Reclamava o governo, pela voz, por exemplo, do senador José Sarney, que Tancredo Neves, recusara a oferta do governo para negociar a reforma partidária. Ia-se a Tancredo Neves e ele explicava: como negociar, se o governo se recusa a garantir qualquer coisa, ainda que seja a derrota da sublegenda? Que esperar quando se tratasse de eleições diretas, fim da lei Falcão, garantia contra o voto distrital?

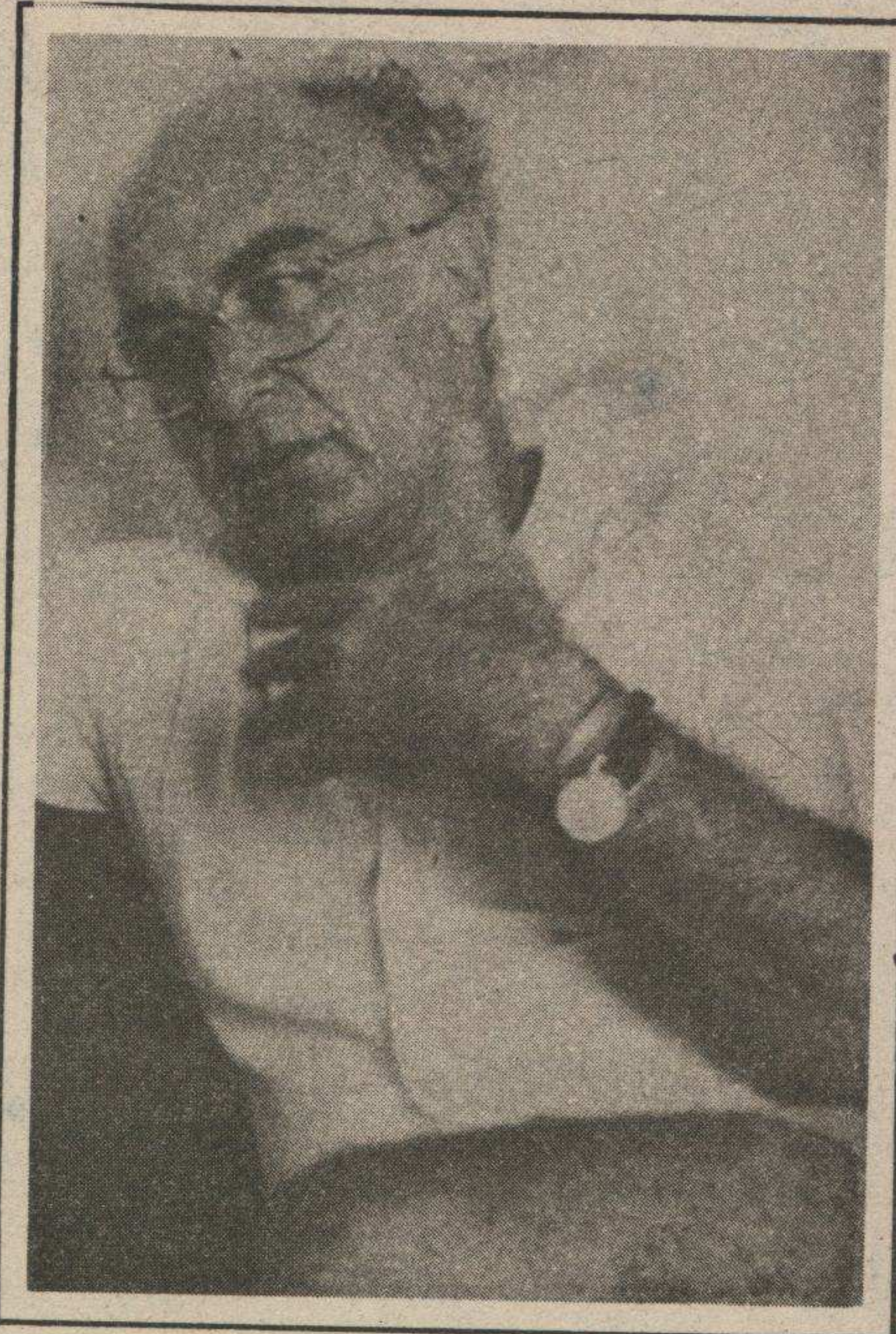
As linhas gerais desse quadro não mudaram substancialmente com a reforma partidária. O governo só terá chance de levar para seu lado o centro liberal e conservador hoje nas oposições, inclusive Tancredo Neves, se avançar fundo na abertura.

Aí divide tudo, acabam-se os *ajuntamentos* e vamos para novos partidos, quem sabe. Mas aí, teremos caído numa democracia e este governo que está aí certamente já não será governo.



# A sombra da Dow sobre a petroquímica do sul

Uma grave ameaça pesa sobre o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul. A Dow Química, um dos mais poderosos fabricantes de produtos petroquímicos do mundo, está trabalhando junto ao governo para aprovar um projeto que forçará o adiamento da implantação do pólo gaúcho. Se isso ocorrer, estará assegurado o predomínio multinacional numa área vital da economia nacional e o Rio Grande do Sul terá prejuízos imensos.



Luis Sande: "Muita cautela"



Otávio Germano: "Nada a comentar"



Pratini de Moraes: "Não falo"

Em 1980, deveria começar a funcionar a primeira unidade do pólo petroquímico gaúcho, produzindo poliestireno — um produto secundário usado para fabricar brinquedos, caixas e embalagens, filmes para acondicionamento, revestimentos para parede e outros\*.

Esta unidade, porém, já está adiada. Suas atividades devem iniciar na metade de 1982. Agora, um perigo maior ameaça forçar o adiamento de todo o pólo, cuja importância para a economia regional é decisiva.

O golpe decisivo já poderia ter sido dado nesses primeiros dias de dezembro, quando o Befiex (Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas de Exportação) deveria se reunir para apreciar o projeto Dow Química. A Dow pretendia liderar a implantação do III pólo petroquímico, mas queria que ele fosse em Aratu, na Bahia, e ainda não se conformou com a decisão que favoreceu o Rio Grande do Sul.

Os membros do Befiex, no entanto, adiaram a reunião e dizem apenas que ela poderá se realizar ainda este ano. Nesta reunião, eles vão examinar o projeto da Dow Química para ampliar suas atuais instalações em Aratu e criar novas unidades petroquímicas num prazo de tempo que comprometeria a demanda dos produtos fabricados no sul caso o pólo gaúcho entre efetivamente em operação em 1982.

O programa Dow-Befiex, como é conhecido o projeto em questão, prejudicaria diretamente a três unidades de segunda geração do pólo gaúcho e instalações de outros centros petroquímicos do país.

Documento de técnicos do setor, encaminhado ao ministro da Indústria e Comércio, relaciona as 24 empresas afetadas em cada setor de matérias-primas em que a Dow pretende atuar. (Veja o quadro).

Apesar do esforço dos técnicos, que distribuíram farto material para a imprensa nacional, alertando para os riscos, a reunião do Befiex quase se realiza sem que nenhuma autoridade defendesse os pólos existentes ou em implantação, nem a política que orientou o setor de petroquímica: exigência de empresas formadas com o princípio do tripé (iniciativa privada nacional, estatal e estrangeira) e de transferência da tecnologia. O Programa Dow-Befiex foge à filosofia imposta no governo Geisel e poderá consolidar o predomínio multinacional num setor em que a segurança nacional está ameaçada.

Insistentemente procurado, o presidente do Conpetro (Conselho de Implantação do III Pólo Petroquímico), vice-governador Otávio Germano, recusou-se a comentar o assunto. O ex-ministro da Indústria e Comércio, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, que representa interesses numa das unidades afetadas, a Polivinil, também não quis falar: "Sobre esse problema eu não falo", disse.

Rolf Zelmanovics, diretor-presidente da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (Aplub), sócio da Proquisul, outra das prejudicadas, alegou desconhecer o problema e informou que o adiamento da implantação da unidade devia-se à falta de garantia de abastecimento de matéria-prima para operá-la antes do funcionamento da central da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul).

A Dow Química, uma das fabricantes dessa matéria-prima, pretende instalar uma unidade de poliestireno antes desse prazo, fechando o mercado para a empresa gaúcha. José Augusto Angrisani, presidente da Copesul, considera, entretanto, que a Dow também terá problemas com o abastecimento de matérias-primas para muitas das unidades que pretende implantar, criando um impasse que poderia levar o governo a autorizá-la a fabricar eteno, abrindo mão do processo de nacionalização dos produtos básicos: "Esse é o perigo maior", alerta ele.

Embora a lei de silêncio imposta em torno do problema, um técnico do Conpetro revelou que está proibido de dar declarações sobre o assunto, algumas autoridades não escondem a grande preocupação decorrente da apresentação do projeto Dow ao Befiex. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Luiz Sande, afirmou em Porto Alegre, que foi informado que o processo está sendo examinado com "muita cautela e o governo federal dará garantias às empresas do setor".

## A DOW INSISTE

O diretor-superintendente da Copesul, Percy Louzada de Abreu, coloca-se entre os que não acreditam na possibilidade do Befiex aprovar o projeto Dow: "No caso de ser aprovado, o governo deverá reexaminar os projetos do pólo gaúcho que serão afetados". Um dirigente do Conpetro que não quer ser identificado considera que o caso é mais grave, implicando no reestudo de todo o pólo gaúcho e seu conseqüente adiamento pois sem um mercado garantido para toda a matéria-prima produzida não haveria condições de se ativar parcela-

PRODUTO	EMPRESAS ATINGIDAS
Soda Cáustica e cloro	Salgema, Elcolor, Carbocloro, Panamericana, Hoechst, Matarazzo, Igarassu e Cor
Óxido de propeno	Oxiten (Sul)
Percloroetileno	Rhodia
Tetra cloreto de carbono	Rhodia e Panamericana
Propileno glicol	Atlas, Bayer e Dianor
Poliestireno	Proquigel, Proquisul, EDN e Monsanto
2,4-D e MVC	Salgema, Polivinil (Sul) CPC e Copamo

damente as unidades de segunda geração.

Ele não tem nenhuma dúvida, também, de que a Dow acabaria por instalar uma central de matérias-primas. O presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), general Oziel Almeida Costa, atendendo pedido do Befiex, consultou todas as unidades produtoras de matérias-primas do país, incluindo as que estão em instalação, para oficializar que "os projetos da Dow Química, em causa, são conflitantes com empreendimentos de MVC/PVC, estireno e óxido de propeno do pólo petroquímico do sul, já aprovados pelo CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial). Seu levantamento demonstrou que embora exista alguma disponibilidade de propeno (o projeto Dow exigirá 38.250 toneladas dessa matéria-prima) nenhuma central se comprometeu com o fornecimento das 85.500 toneladas de eteno necessárias, por estarem com toda sua produção comprometida.

Ainda assim, a Dow insiste. A multinacional, que já contou como presidente da filial brasileira com o atual ministro Golbery do Couto e Silva, freqüentemente acusado de favorecê-la em seus negócios do país, reivindica a ampliação de suas instalações desde 1975. Instalada no Brasil desde 1956, quando começou a operar como importadora, com um escritório em São Paulo com dois funcionários, consolidou no país investimentos superiores a 500 milhões de dólares e hoje conta com mais 2.100 empregados no Brasil, 95% deles nativos. Somente no ano passado, faturou em todo o mundo

mais de 7 bilhões de dólares, desenvolvendo e produzindo 2.300 produtos, que vão do bromo às resinas plásticas, medicamentos para uso humano, metais, produtos químicos para a agricultura, além de uma vasta gama de produtos químicos básicos e intermediários.

## SUBTERFÚGIOS

Em Aratu, ela já possui uma área de mais de cinco milhões de metros quadrados, onde instala um complexo industrial com investimento superior a 250 milhões de dólares. Os projetos que agora apresentou ao Befiex elevam os investimentos a mais de 400 milhões de dólares. Já licenciados estão os projetos para quatro fábricas, uma utilizando os subprodutos das outras, compondo um gigantesco complexo. A primeira unidade produz, desde o primeiro semestre de 1977, óxido de propeno e propileno glicol. Os resíduos desse processo servirão de matéria-prima para a segunda fábrica, de tetracloreto de carbono e outros solventes.

A terceira fábrica do conjunto é de cloro e soda cáustica e a quarta produzirá os derivados fenólicos de 2,4-D, matéria-prima essencial na composição de herbicidas. A Dow está solicitando, agora, a licença para ampliar essas instalações mas alguns técnicos consideram que existe um subterfúgio por trás dessa solicitação. A Dow já teria construído instalações com capacidades muito acima das licenciadas e agofa estaria pretendendo uma adequação.

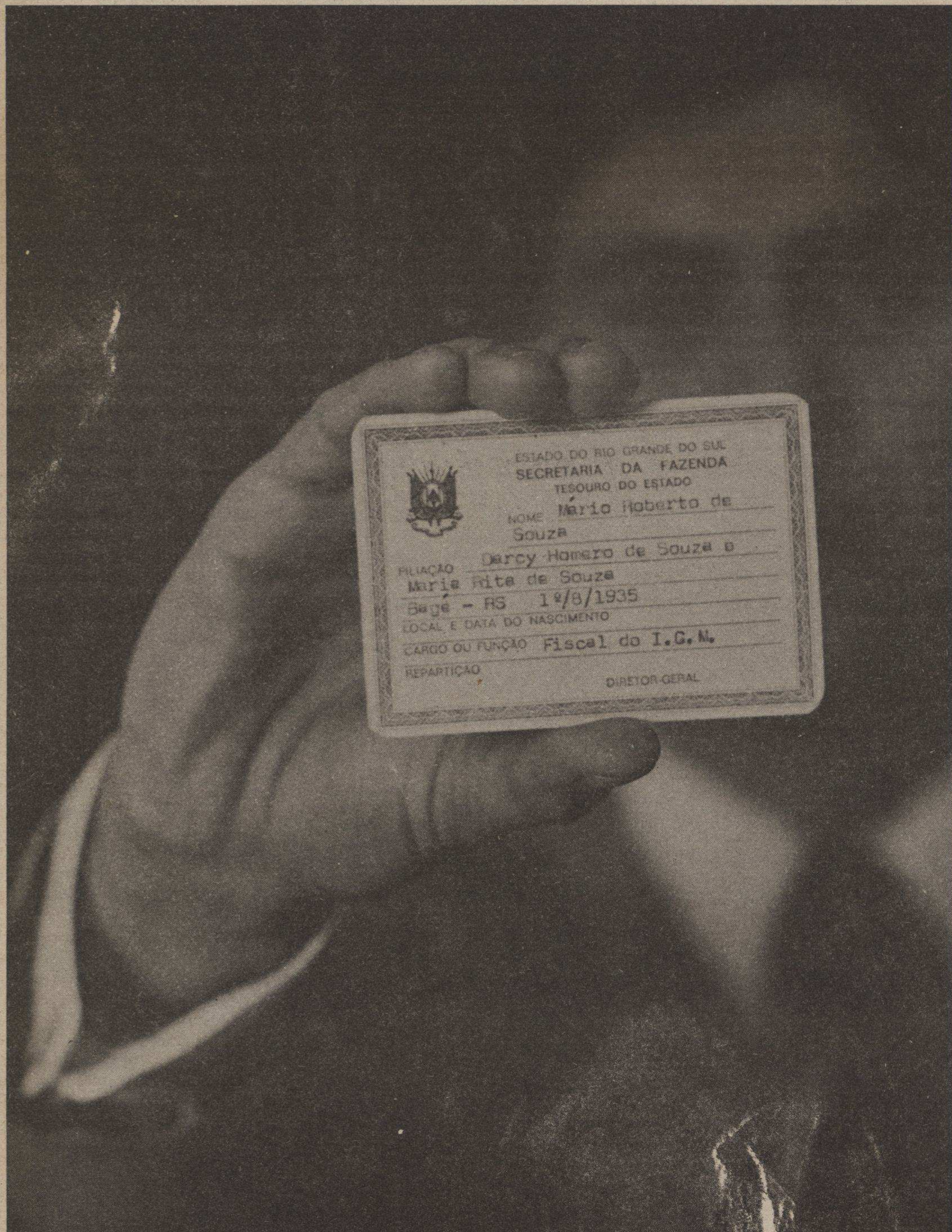
Ela conta, ainda, com o complexo industrial de Guarujá, o primeiro que implantou no país, onde tem um terminal marítimo particular. Nesse local, produz látex carboxilados de estireno butadieno.

Percy Louzada de Abreu, diante da investida da multinacional, contrapõe otimista que o pólo gaúcho já atingiu uma fase irreversível: "A Copesul já ordenou a fabricação de equipamentos e contratou serviços num montante da ordem de 256 milhões de dólares e já desembolsou, até esse momento, 110 milhões de dólares. Até o final do ano, com a chegada dos primeiros equipamentos, pagaremos mais 25 milhões de dólares. Não acredito que o projeto Dow venha a ser aprovado", confia sorridente.

\* O poliestireno tem aplicação também em peças mecânicas (engrenagens) pisos e divisórias, refrigeradores, aparelhos condicionadores de ar, eletrodomésticos em geral, mobiliário e peças para a indústria.



# Amigo Público Número Um.



Quando o Fiscal do ICM age, autuando sonegadores, está praticando uma ação em nome da comunidade.

Naquele momento, ele representa o interesse de todos. Do Governo, que depende da arrecadação do ICM para realizar suas metas em benefício do Estado. E dos cidadãos em geral, que pagam o ICM, através da maioria das coisas que consomem.

Por isso, o Fiscal do ICM pode ser chamado de amigo público número um.

Ele é a segurança de que ninguém vai poder lesar a comunidade, deixando de recolher um valor que lhe foi confiado.

Seja você, também, um fiscal do ICM. Peça, sempre, notas fiscais ou talões de caixa ao fazer suas compras.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA FAZENDA

**ICM**  
PRÓ-DESENVOLVIMENTO

**Faz todos viverem melhor.**



Administração Amarel de Souza



Entrevista:

## Marcelo Quiroga Santa Cruz



# "A direita não tem mais como atrair as massas"

Em La Paz, os amigos de Marcelo Quiroga Santa Cruz pediam com bom humor: "Por favor, não votem nele. Se ganhar as eleições, ele acaba na cadeia". Ou no exílio, como já aconteceu muitas vezes. Marcelo Quiroga é um dos nomes mais importantes da esquerda autêntica boliviana. Ex-ministro de Minas e Energia da Bolívia, foi o responsável direto pela nacionalização do petróleo e das minas em 1969, no governo de Ovando Candia. Depois, veio o golpe de Hugo Banzer, e o que não foi desnacionalizado, a partir de 1971, terminou desbaratado numa orgia de incompetência administrativa e de corrupção.

Nas eleições de junho deste ano, candidato pelo pequenino PS-1 (Partido Socialista da Bolívia), Marcelo Quiroga deu-se ao luxo de recusar o apoio das numerosas siglas de esquerda que atuam no país: teve uma votação surpreendente assim mesmo. Com menos de um ano de organização, o PS-1 teve um importante quarto lugar, com cerca de 5% dos votos, o que representa muito na atual estrutura eleitoral boliviana, onde existem, pelo menos, 32 partidos políticos.

As eleições foram decididas no Congresso, assumindo como presidente interino Walter Guevara Arce. O primeiro civil a governar a Bolívia, em 15 anos, durou exatamente 84 dias no cargo, quando o vexame novamente abateu-se sobre o país e ele foi deposto por um golpe de estado comandado pelo coronel Alberto Natusch Busch. Houve resistência

interna e pressões externas contra o golpista, e o impasse terminou com uma nova decisão do Congresso, que indicou como presidente interino a deputada e antiga secretária do ex-presidente Victor Paz Estenssoro, Lidia Gueiler — primeira mulher a governar a Bolívia.

Como pano de fundo para o golpe foi levantada a possibilidade de participação estrangeira — no caso, do Brasil. Um velho amigo do governo brasileiro, o ex-ditador Banzer, foi o único líder importante do país a apoiar o movimento. Em La Paz, comenta-se que ele teria sido o verdadeiro cabeça do levante, para sustar as pressões do Congresso —, principalmente de Marcelo Quiroga —, que vinha acusando os militares, incluindo Banzer e Natusch, de corrupção e abuso do poder durante seus sete anos à frente do governo, de 1971 a 78.

Fracassado o golpe, normaliza-se a situação boliviana — se é mesmo possível normalizar-se a situação da mais instável república sul-americana, onde ocorreram 208 golpes em 154 anos. Se houver uma real democratização, a médio prazo, um dos políticos mais importantes do país será Marcelo Quiroga, que tem um programa ideológico claro e equacionado com a situação boliviana. Como as relações da Bolívia com o Brasil são íntimas e importantes, é fundamental conhecer seu pensamento político, o que o Coojornal permite agora, publicando a primeira entrevista de Marcelo Quiroga Santa Cruz à imprensa brasileira.

**COOJORNAL — Há 32 partidos na Bolívia. Só grupos trotskistas existem oito. Por que isso e o que significam esses partidos?**

QUIROGA — O número excessivo de siglas partidárias, — e não de partidos propriamente — realmente, surpreende em nosso país. Na verdade, é um fenômeno comum a todos os países capitalistas dependentes, que se acentua naqueles que, depois de muitos anos de regime ditatorial, começam a fazer o caminho difícil da vida democrática. Um exemplo é o caso da Espanha pós-franquista, que apresenta mais de 140 siglas. É uma característica desses países, pela falta de prática democrática, depois de um longo período ditatorial.

**COOJORNAL — Na Bolívia, especificamente, o que representa essa diversidade partidária?**

QUIROGA — A maior quantidade de partidos na Bolívia é de direita. Entre eles não observamos diferenças fundamentais, naturalmente. De forma que a proliferação de siglas está refletindo melhor um fenômeno histórico. A classe dominante em nosso país, como em outros países da América Latina, se aproxima da sua agonia. É incapaz de formar, de construir um partido político de massas que assumira a representação de seus interesses. Isso explica por que, ainda, em países como as chamadas *Suíças da América* — o caso do Chile e do Uruguai, onde se desfrutou em quase meio século de estabilidade política apreciável — a classe dominante precisou recorrer às Forças Armadas para assegurar sua condição. Quando a classe trabalhadora cresce politicamente e o que exige já não é apenas mais salários e menos horas de trabalho, mas reivindica o poder mesmo, então, a classe dominante compreende que a legalidade de classe, que lhe serviu como garantia de sua condição privilegiada e exploradora, já não serve. Ao contrário, se converte num obstáculo no duelo frente à classe trabalhadora e suas expressões políticas. Então, se desembaraça dessa legalidade e militariza o poder político. Em nosso país acontece isso. A direita já não tem um partido de massas há muito tempo.

**COOJORNAL — O MNR chegou a ser este partido de massas?**

QUIROGA — O MNR foi o último partido de massas que a direita teve na Bolívia. Ele destruiu-se na quimera da organização de uma burguesia nacional, à imagem e semelhança do PRI mexicano. O MNR foi um partido que levou avante uma revolução democrático-burguesa em 1952. Democrática pela sua base social e burguesa tanto pela liderança política quanto pelo seu conteúdo programático. É um partido integrado por gente da pequena-burguesia democrática avançada, de posição antioligárquica, mas não antiimperialista, e estratos inferiores da burguesia nacional, sufocada pelo predomínio das três grandes empresas mineiras, que eram autênticos superestados. Este partido destruiu-se em sua cumplicidade essencial e por intermediação do seu chefe e fundador, Paz Estenssoro, com golpe pró-imperialista de 27 agosto de 1971. Com exceção desse partido, o resto dos partidos da esquerda são fantasmas. Não existem como estruturas partidárias, sua organicidade não pode ser mais deficiente e as respostas políticas que encontram são eventuais, eleitorais em suma.

**COOJORNAL — Quais são as perspectivas para a Bolívia neste momento?**

QUIROGA — Um país dependente como o nosso não pode, em uma análise política mais séria, fechar os olhos ante as exigências do contexto internacional de que depende. Para a administração Carter, é claro que o mapa político do mundo modificou-se nas últimas décadas, como uma pele de sapo que se apegua constantemente, diminuindo, também, o espaço do controle e da influência do imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos são, hoje em dia, o país mais dependente energeticamente da terra: têm que importar entre nove e 10 milhões de barris de petróleo por dia. O potencial produtivo do México, somado ao venezuelano, mais outros menores da América Latina, asseguram uma fonte substitutiva de abastecimento, num

recurso estratégico se a crise com os árabes se aguçar. Outro tanto ocorre com o estanho, de que a Bolívia é o segundo produtor do mundo, matéria de caráter estratégico que é produzida por países que estão também no Sudeste asiático, numa zona de tensão portanto. Tudo isso faz com que a América Latina tenha para os norte-americanos uma nova significação estratégica, tanto na ordem de último reservatório de recursos naturais não-renováveis de caráter estratégico, como no caráter de zona militar estratégica que lhes é indispensável. Esse apêndice geográfico que é a América Latina, essa espécie de rabo do imperialismo norte-americano, é uma área de segurança de que os Estados Unidos não podem prescindir. O Departamento de Estado e sua política internacional pendular, compreende que é chegado o momento de estimular esse retorno ordenado das Forças Armadas aos quartéis e substituí-las por pressões políticas da mesma classe dominante que reassumam a administração do estado. Nisso estão interessadas, inclusive, certas camadas da burguesia nacional. Isso explica por que, no próprio Brasil, há setores da burguesia que impulsionaram o processo de democratização. A cessão da administração pública deixa aos civis e políticos a responsabilidade de administrar a crise, conservando as Forças Armadas como fator político de poder decisório.

## Carter quer constitucionalizar as ditaduras

**COOJORNAL — Qual o futuro político da Bolívia? Qual a possibilidade de se implantar um governo estável?**

QUIROGA — Há duas opções políticas majoritárias que têm mais possibilidades de chegar ao governo. São as frentes encabeçadas pelos ex-presidentes Paz Estenssoro e Siles Suazo. Mas... Dizíamos que a administração Carter e seu braço político europeu, a Social Democracia, haviam planejado um projeto para o cone Sul da América Latina, de restabelecimento dos governos constitucionais. E acreditaram encontrar na Bolívia condições favoráveis para experimentar esse plano. Nós afirmamos desde o princípio que estavam equivocados. E que na Bolívia, não existiam alternativas. Que havia alternativas na Argentina, com a soma do radicalismo de Balbin e o peronismo histórico. Havia no Uruguai com os *colorados* e os *blancos*. Havia no Chile, com uma parte da Unidad Popular e a Democracia Cristiana, de Frei. Havia, até, no Peru com Haya de La Torre e Belaunde Terry. Mas, na Bolívia, a particularidade do nosso desenvolvimento político anterior indica que, justamente, aqui não há alternativa. Não há porque a única de que dispunha o imperialismo foi sacrificada em 21 de agosto de 1971 — era o MNR, que se desmascarou ao servir de degrau sangrento para a ascensão da ditadura militar pró-imperialista. Então, esse velho Clube de Caracas, dos Bettancourt, dos Frondizi, dos Haya de La Torre, tinha, na Bolívia, um dos seus sócios privilegiados, Paz Estenssoro, mas ele se desmascarou. Então, aqui, não há alternativa. De modo que o projeto de constitucionalização está destinado ao fracasso.

**COOJORNAL — Por que destinado ao fracasso?**

QUIROGA — No ano passado, afirmamos: trata-se, aqui, de constitucionalizar a ditadura e não de democratizar o estado e a vida nacional. Este projeto está destinado ao fracasso porque há duas condições necessárias para que ele seja viável. Uma delas é a sua identificação absoluta com os fins substanciais do sistema de poder. A outra é um mínimo de representatividade política com influência nas massas, que assegure um mínimo de estabilidade governamental. A primeira condição podem cumpri-la. A segunda, não. Não há partido que reúna essa segunda condição. Portanto,

Continua



# Nem só de inflação, crise e problemas vive o homem.



É tanta complicação nesse mundo de hoje, que a gente fica meio neurótico. E esquece de viver, esquece a família, os amigos, as diversões. Pense um pouco em você. Pegue a família num fim de semana e vá conhecer Nova Tramandaí Zona Norte. Aproveite e compre um terreno. Depois você constrói uma casa como gosta, passa todo o veraneio tranquilo e durante o ano, dá aquelas fugidinhas que só quem tem casa pode dar. Mesmo que você não vá a Nova Tramandaí Zona Norte, chame a Kury & Padilha. Não dá mais é pra ficar olhando a vida passar.

Porque quando a gente só olha, a vida passa num vupt.

Nova Tramandaí Zona Norte. A irmã gêmea de Nova Tramandaí.



**KURY & PADILHA**  
**PROMOÇÕES E VENDAS LTDA.**

Rua Mostardeiro, 266 - Fone: 22.4477 - P. Alegre  
Rua Fernandes Bastos, 728 - Fone: 140 - Tramandaí



## Entrevista:

# Marcelo Quiroga Santa Cruz

as frentes que Banzer organizar serão siglas fantasmas. Uma frente assim perderá as eleições, embora ganhe o escrutínio, como ganhou. Manipulará os votos, mas será uma forma de auto-engano que não durará senão alguns meses. Por quê? Porque depois de instalado esse governo não-representativo, quando tiver que encarar a crise, adotando medidas econômicas que agudizarão a situação depauperada das massas, verá que o único que sustém são as Forças Armadas. E, então, as Forças Armadas, que hoje cedem o governo para salvar o poder, para não se dividir, terão que retornar e retomar o governo para salvar o poder.

## Nossa esquerda trocou a mãe por lentilhas

**COOJORNAL — Que papel jogam, nisso tudo, Paz Estenssoro e o MNR? E a esquerda?**

QUIROGA — Paz Estenssoro é a carta privilegiada do imperialismo e do setor monopólico da burguesia. E a esquerda dividiu-se. Uma parte dela aliou-se à UDP, que apoiou a candidatura de Siles Suazo e a outra incorporou-se à Alianza, que apoiou a candidatura Paz Estenssoro. Nós cremos que todos os grupos de esquerda incorporados em uma ou outra frente, defeccionaram. É um caso grave de deserção. Abdicaram de sua missão e responsabilidade revolucionárias. Trocaram por um prato de lentilhas burocráticas sua primogenitura revolucionária. Mostraram-se incapazes de desenhar um projeto próprio a partir dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. E um e outro estão no rabo de ambas as frentes que são projetos burgueses, como cascavéis vermelhas ou cor-de-rosa (Nota do repórter: as cores-símbolos nas cédulas eleitorais) que servem para mascarar a índole dos projetos das duas frentes.

**COOJORNAL — E o seu partido, o Partido Socialista (PS-1) como se situa neste quadro?**

QUIROGA — Aspiramos ganhar um posto na luta, assumimos com uma realidade partidária muito modesta, com muitas deficiências que temos que superar e nos propomos contribuir para a culminação do processo histórico da classe trabalhadora, que é a organização de uma sociedade socialista. Compreendemos que, neste momento, a correlação de forças e o grau de recuperação da organicidade do movimento trabalhador não favorece um salto qualitativo. Por isso, intervimos nas eleições com finalidades muito diferentes daqueles que levaram os outros partidos de esquerda a se integrarem nas diversas frentes que, agora, estão competindo. Nós havíamos proposto, desde o início, a constituição de uma frente de esquerda que não deveria esquecer que havia dois grandes perigos podendo frustrar nossa empresa unitária democratizadora. O primeiro perigo consistia em levantar um programa socialista, propor um governo operário-camponês por via eleitoral, o que era, evidentemente, utópico e trazia, ainda, o perigo de isolar a classe trabalhadora, de segregá-la de outras camadas da população que deveriam dar seu concurso nesse processo de democratização. O outro perigo, ao dar uma resposta meramente tática, nos levava ao risco de responder às necessidades imediatas com um projeto apenas eleitoral, mas com esquecimento completo da perspectiva histórica da luta proletária e popular. Por isso nós adotamos uma palavra de ordem, durante todo este ano, que diz: "As eleições terminam em julho, a luta não". Ou seja, leva aos trabalhadores, às massas proletárias, a compreensão de que este espaço de legalidade que se ganhava com o restabelecimento das formas democráticas e um espaço nada desdenhável que, pelo contrário, havia que recuperá-lo e consolidá-lo; mas não deviam ser a classe

trabalhadora e os setores populares jamais levados ao engano da ilusão democratizante. Deveriam compreender que as eleições não poderiam ser um fim, mas um meio para avançar.

**COOJORNAL — O socialismo do PS-1 tem uma proposta específica para a Bolívia?**

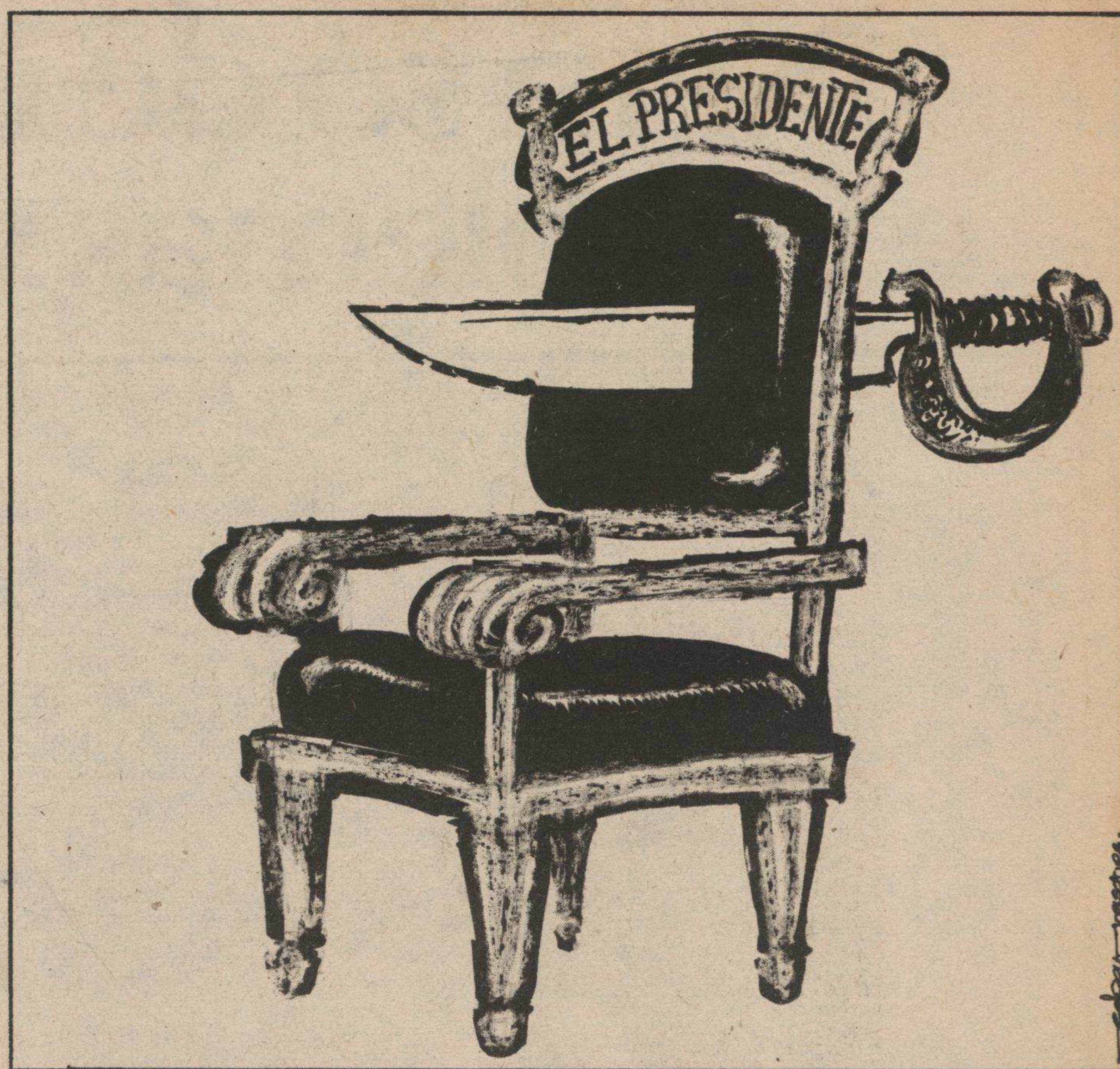
QUIROGA — Bem, somos um partido que se diferencia de outras organizações de esquerda, entre outras coisas, porque não fazemos parte de nenhuma Internacional. O Partido Socialista não só não toma parte em nenhuma Internacional como reclama, também, autonomia absoluta para orientação do desenvolvimento de um projeto revolucionário na Bolívia. E cremos que as diferenças que separam as experiências chinesa, soviética e outras, não se devem a uma grande originalidade dos seus condutores políticos, senão à especificidade, à particularidade do desenvolvimento histórico de cada um desses países. O desenvolvimento revolucionário na Bolívia terá que dar-se como consequência dessas particularidades. Há de ser fruto dessa realidade concreta. Além disso, quando freqüentemente uma organização política de esquerda faz parte de uma Internacional, acontece sacrificar necessidades concretas da luta interna no país às exigências de caráter internacional. Isto é, o tático a nível internacional pode converter-se em medidas de conduta com danos do projeto estratégico a nível nacional. Isso, porém, não impede que nós sejamos profundamente solidários com o princípio de prática do internacionalismo proletário e com nosso compromisso de solidariedade com todo movimento de libertação nacional. Somos um partido enraizado, sobretudo, nos setores trabalhadores populares e nos acompanham, cada vez mais, a juventude intelectual avançada e, também, os camponeses. Porém, nos resta muito por fazer.

**COOJORNAL — Qual é a situação econômica da Bolívia atualmente?**

QUIROGA — A situação econômica da Bolívia é de maior gravidade que a de qualquer outro país da América Latina. Temos alguns indicadores: a dívida externa da Bolívia, até 21 de agosto de 1971, era de, aproximadamente, 500 milhões de dólares. Hoje, sua dívida externa passou dos três bilhões de dólares. Nos sete anos anteriores à ditadura Banzer, a Bolívia aumentou sua dívida externa ao ritmo anual de 30 milhões de dólares. Durante os sete anos de Banzer, aumentou a um ritmo anual de 300 milhões de dólares. E desde o ano transcorrido que Banzer caiu, a dívida externa aumentou em 500 milhões de dólares. Um incremento semelhante, de 600%, não aconteceu em nenhum país da América Latina nesse espaço de oito anos. Sequer no caso do Brasil, que é o país mais endividado do Terceiro Mundo, porque um de cada cinco dólares que deve o Terceiro Mundo, o deve o Brasil; mas há que se tomar em conta como fator de comparação com os brasileiros, que o valor das exportações bolivianas flutua entre 650 a 700 milhões de dólares, de forma que a dívida externa da Bolívia é igual a cinco vezes o valor total das exportações do país. Não há país capitalista que se permita o luxo de destinar mais de 25% do valor das suas exportações para acudir à dívida externa. E a Bolívia destina, neste ano de 1979, cerca da metade do valor das suas exportações para o pagamento da sua dívida externa. Em torno de 350 milhões de dólares somente este ano. O déficit da balança de pagamentos este ano, na Bolívia, aproxima-se dos 500 milhões de dólares.

**COOJORNAL — Mas e o petróleo? E o estanho? Como esses produtos estratégicos participam da economia boliviana?**

QUIROGA — Do ponto de vista da exportação há duas empresas do estado: a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL) e os Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) que, em conjunto, são responsáveis por algo mais de 80% do valor das exportações. Portanto, se ambas as empresas estão mal, o con-



junto da economia é arrastado a uma situação precária. A COMIBOL administra 16 empresas. Somente três delas são rentáveis; 13 são deficitárias. A produção de estanho no país baixou a um ritmo anual de 6%. Nesse momento, é quase a metade do que era há 30 anos. A COMIBOL tem um déficit, este ano, de 140 milhões de dólares. Sua tecnologia é obsoleta, não é adequada à queda vertical do conteúdo mineral que têm as minas da corporação. No caso da YPFB: nós revertemos ao domínio da nação a totalidade dos recursos de petróleo e gás há 10 anos. (Nota do repórter: Foi Quiroga Santa Cruz que, como ministro de Minas e Energia, nacionalizou o petróleo, em 1969, no governo de Ovando Candia). Gastou-se da maneira mais irresponsável os excedentes de petróleo, ao ponto que, em outubro do ano passado, a Bolívia deixou de ser um país exportador de petróleo e começará, antes dos próximos dez meses, a importá-lo.

**COOJORNAL — Desse jeito, o que espera o próximo governo?**

QUIROGA — Dadas as ligações internacionais e internas com os fatores de poder, o próximo governo terá de encarar a crise econômica segundo o receituário do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Será, novamente, a aplicação das idéias dos economistas de Chicago, ensaiadas no Chile, na Argentina e no Uruguai. Essa política econômica servirá para esclarecer na consciência das massas a natureza do projeto político. Nós vemos com grande preocupação o futuro próximo, porque cremos que uma política assim vai determinar, em primeiro lugar, a reação daquelas massas que apoiaram o projeto político. Depois, sua resistência. E não há política antitrabalhadora e antipopular que não vá à repressão.

**COOJORNAL — As esquerdas e os nacionalistas, na Bolívia, julgam muito rigorosamente — às vezes sem precisão — o subimperialismo brasileiro. Como você vê o Brasil diante da Bolívia?**

QUIROGA — Não usamos a expressão subimperialismo porque, não tem rigor científico. Em nosso conceito, o Brasil está tão ou mais dependente que qualquer dos países da América Latina. Diria, até, mais dependente, na medida em que desenvolve e aperfeiçoa seu aparato produtivo controlado pelas multinacionais, porém, num regime desigual de intercâmbio. O Brasil poderá exportar, hoje, 200 milhões de dólares em armamentos, mas, em última análise, o valor dos insumos intermediários que importa para a indústria de automotores é superior ao valor das exportações dos automotores. E, ainda, continua sendo a produção de café o fundamental na economia brasileira. De modo que é um desenvolvimento fictício. Temos que começar por recordar a doutrina Kissinger a respeito. Kissinger destinou ao Brasil,

dentro de um projeto geral de delegação de responsabilidades sub-regionais, a missão de conter o processo revolucionário no Sul do continente. Internamente, isto se expressa em toda uma teoria de que é autor Golbery do Couto e Silva e outros, das *fronteiras móveis*, dando um sentido às marcas fronteiriças que já não seriam cartográficas, mas políticas e demográficas, na medida em que se pode potenciar um país e avançar.

**COOJORNAL — E isto, quanto à Bolívia?**

QUIROGA — Nas relações boliviano-brasileiras, nós encontramos uma flagrante cumplicidade da ditadura militar do Brasil no projeto e no golpe pró-imperialista de 21 de agosto de 1971. Poderíamos começar, lembrando dois fatos: a denúncia do comandante-chefe, então o general Regue Terán, sobre a aterrissagem de aviões brasileiros, com armamento, no Aeroporto de El Alto, em La Paz. O cônsul brasileiro em Santa Cruz de La Sierra caiu ferido em 21 de agosto de 1971. E as relações comerciais, em detrimento dos interesses da Bolívia e em benefício do Brasil, se desenvolveram a tal ponto que o déficit da balança comercial da Bolívia é igual à corrente de importações de mercadorias brasileiras.

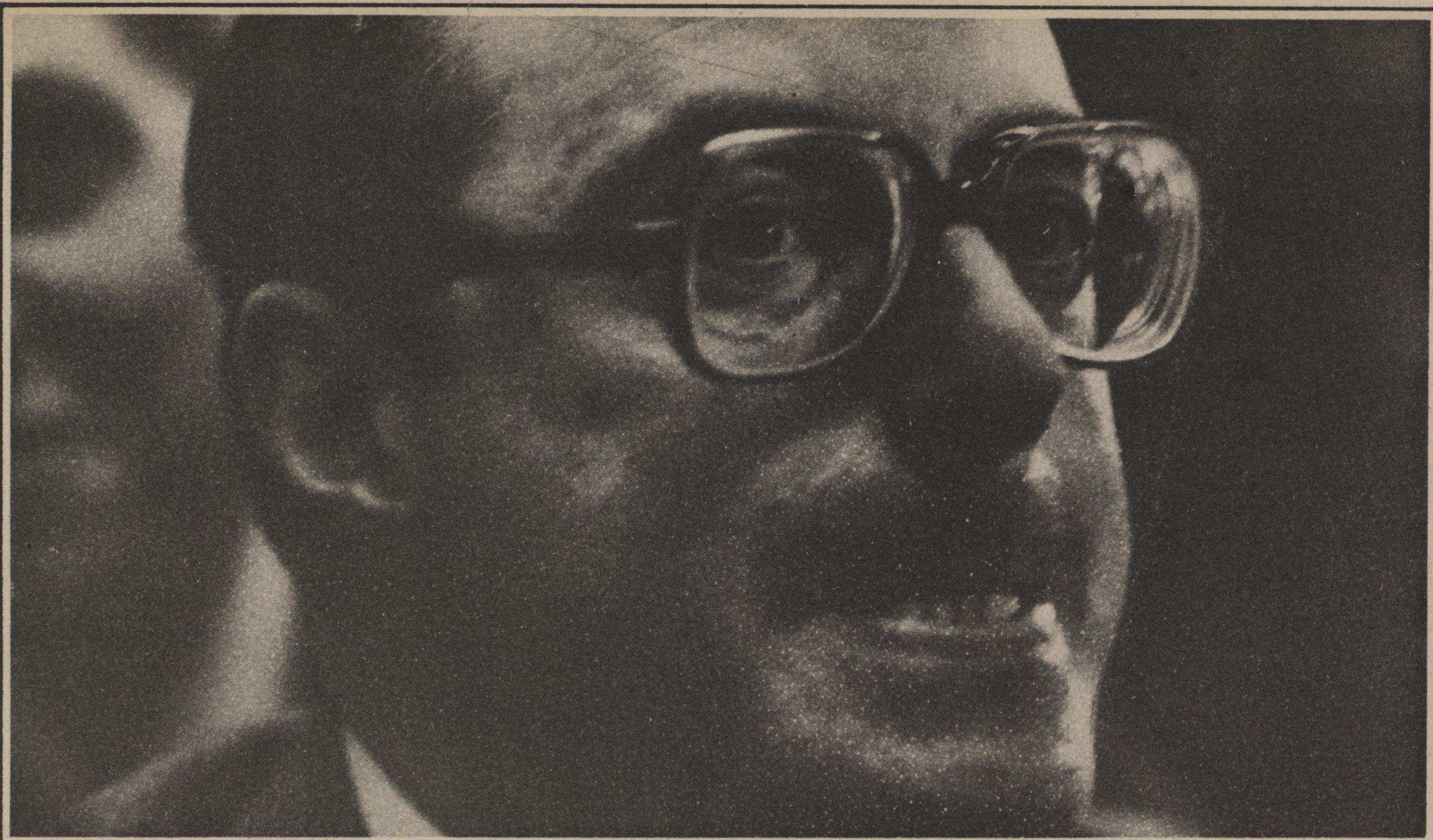
**COOJORNAL — Como você vê o problema do litoral do Pacífico e as gestões brasileiras junto ao Chile, para conseguir uma solução para a Bolívia?**

QUIROGA — O restabelecimento das relações diplomáticas com o Chile, as negociações para concessão de uma praia com condições portuárias, tudo isso foi planejado desde o Brasil, em reuniões secretas de Pinochet e Banzer, com o patrocínio do Itamarati. O projeto não consistia em dar um corredor à Bolívia, mas converter a Bolívia em um corredor do Brasil. E isso para baratear o custo de transporte das suas mercadorias no mercado ultramarinho, de modo a evitar que se circundasse o continente pelo Cabo de Horns, chegando ao Pacífico por via ferroviária através do território boliviano. Em última instância, o que ocorre com o Brasil, com sua desmesurada imponência geográfica e demográfica, é que sua classe dominante, pelo seu modelo de desenvolvimento e acumulação capitalista, está terminando por morder o rabo.

**COOJORNAL — Parece que para você o Brasil é um perigo. Como, o PS-1 pretende lutar contra esse perigo?**

QUIROGA — Evidentemente o Brasil é um perigo. É um perigo essa tendência, essa espécie de tutela sobre os países que o circundam, o que tem resultado numa ingerência insuportável de ordem política e econômica e que definiu, na Bolívia, um projeto de exportação de gás ao Brasil em condições inaceitáveis, que nós sempre denunciemos e vamos buscar sua invalidação por via legislativa no Parlamento.





# MACUNALUF

É pior do que Adhemar de Barros — Compra deputados — Manipula o orçamento para fazer promoção pessoal — Montou uma rede nacional de propaganda — Calou a imprensa com verbas e cargos — Gosta de eleição indireta e já trabalha o Colégio Eleitoral para ser presidente da República em 84!

Por HAMILTON DE SOUZA

Paulo Salim Maluf tem nas mãos o segundo maior orçamento do país, 33 empresas estatais, um poderoso esquema de autopromoção e mais três anos com toda a máquina administrativa do governo do estado de São Paulo. Ambiciona chegar à presidência da República em 1985, com um programa mínimo suficiente para unir toda a direita brasileira: dinheiro para corromper, propaganda massiva do ufanismo, favorecimento dos grupos econômicos através do investimento público e combate sistemático ao movimento popular e às forças progressistas.

Em 12 anos de vida pública (na Caixa Econômica Federal, prefeitura de São Paulo, secretaria dos transportes e, agora, no governo do estado), Salim Maluf tem seguido à risca todos esses mandamentos e, apesar de algumas resistências encontradas no próprio sistema que domina o país há 15 anos, parece disposto a transformá-los numa plataforma nacional.

Para ocupar os vários cargos públicos não enfrentou, até hoje, a manifestação popular, em pleito livre, direto e democrático. Alguns, como a diretoria da Caixa Econômica e a prefeitura de São Paulo, conquistou graças à cortesia e às jóias valiosas dedicadas à senhora Yolanda Costa e Silva. Nas eleições que correu, para a presidência da Associação Comercial de São Paulo e para o governo do estado, utilizou fartamente os mais sórdidos métodos de coação — moral, política e econômica — sobre o reduzido número de eleitores.

Agora, seu interesse coincide com a recente manifestação do general Figueiredo: de que, em 1984, o presidente da República ainda seja eleito indiretamente. Sua disposição é ter maioria no colégio eleitoral, cujo número de participantes (tão reduzido quanto a convenção da Arena que o indicou governador) é possivelmente manobrável com os métodos que costuma utilizar. Sua esperança é de que, até lá, o movimento popular e os novos partidos políticos (de oposição ao regime) não tenham força suficiente para criar uma opção. Quanto às Forças Armadas, Maluf terá de conven-

cê-las com o programa mínimo e uma boa dose de anticomunismo.

## CARA DURA

Uma das grandes glórias do governador de São Paulo, que muito tem contribuído para marcar sua presença no cenário político da última década, é ter adotado como estratégia pessoal de ascensão o que popularmente se denomina cara-de-pau. Muito antes de chegar ao palácio Bandeirantes, Maluf especializou-se, em aparecer nas solenidades, oficiais ou não, mesmo sem ser convidado e em, oportunisticamente, aproximar-se dos poderosos do momento. Mesmo quando estes se esforçavam para ignorá-lo.

Com o passar do tempo, de simples penetra passou a roubar as festas dos outros, no melhor estilo de caradurismo.

A imprensa de São Paulo registrou, nos últimos anos, muitas dessas façanhas do atual governador. Embora os caciques paulistas (em especial a tradicional oligarquia quatrocentona) tenham se acostumado a tratar com ironia, e muitos sorrisos maliciosos, as peripécias do filho rico de imigrantes libaneses, na verdade Maluf sempre procurou usar o cinismo, a arrogância e o jeito espalhafatoso com estudada técnica, previamente adaptada à sua ambição política.

Na comemoração dos 70 anos da imigração japonesa, em 1978, o presidente Geisel compareceu a uma concentração no estádio do Pacaembu. Maluf já havia sido escolhido pela convenção da Arena, a contragosto do Planalto, que não escondia seu descontentamento com o fracasso de seu preferido, Laudo Natel. A imprensa especulava a irritação federal, e o cerimonial da presidência preparou a visita de tal maneira que não permitisse a Maluf aproximar-se de Geisel: puseram-nos em tribunas separadas, isolados um do outro.

Ao terminar a solenidade, Maluf não vacilou: viu o presidente retirar-se, saiu atrás, pulou uma fileira de cadeiras, abandonou sua mulher, misturou-se na comitiva oficial, deu empurrões e co-

toveladas, driblou agentes de segurança e conseguiu, correndo, à porta do estádio, colocar-se entre o governador Paulo Egydio e Geisel. Estendeu a mão ao presidente e abriu um enorme sorriso para que os fotógrafos registrassem o grande feito. Marcou mais um tento.

Véspera do Natal de 1978, o governador Paulo Egydio reservou o dia para receber dos amigos, assessores, políticos e funcionários públicos, os tradicionais cumprimentos de fim de ano, o último que passaria no palácio dos Bandeirantes. No auge da festa, salão de despachos lotado, Maluf aparece, cumprimenta Egydio e posta-se ao lado do governador. Puxa-sacos passam, então, a formar uma fila em frente o futuro rei, que passa a fazer as vezes de anfitrião, roubando de Egydio a festa de despedida.

Na primeira visita do general Figueiredo como presidente indicado, ainda não empossado, a São Paulo, a Arena preparou um grande jantar no Clube Pinheiros, com a presença de toda a curriola política local. Laudo Natel presente, ainda abatido com a derrota, quase não falava, quietinho no seu lugar. Maluf investiu: foi lá; pegou nas mãos do vencido e levantou-o na marra para que a malta aplaudisse. Laudo Natel, vermelho, constrangido, não sabia o que fazer. O episódio valeu boas fotos nas primeiras páginas dos jornais e muitos comentários. Maluf descobriu o caminho da mina: repetiu o espetáculo com Paulo Egydio, no dia em que assumiu o governo, no palácio dos Bandeirantes, com tanta teatralidade que até algumas personalidades presentes (entre essas o banqueiro e prefeito de São Paulo Olavo Setubal e seu fiel escudeiro Cláudio Lembo) não conseguiram conter o riso sarcástico.

## PROMOÇÃO

Os exemplos do caradurismo de Maluf demonstram que ele é capaz de ignorar sentimentos, princípios, protocolos e qualquer procedimento de dignidade pessoal ou convencional para atingir os objetivos a que se propõe. Para ele, a

promoção pessoal parece estar acima de quaisquer valores que as pessoas tenham, e usa-a, estrategicamente, como elemento de ascensão ao poder.

Desde que surgiu na vida pública, Paulo Salim Maluf tem dedicado carinho especial ao trabalho de autopromoção, principalmente através da propaganda, da imprensa e dos meios de comunicação de massa. Quando de sua passagem pela prefeitura de São Paulo, não apenas triplicou o quadro de pessoal da assessoria de imprensa (para inundar as redações com *press releases*), como procurou pressionar, por outros meios (verbas publicitárias, empregos e favores administrativos), a chamada grande imprensa. Ganhou, nessa época, a irritação do jornal *O Estado de S. Paulo*, que não aceitou a sua oferta.

Depois, como secretário dos Transportes, durante o governo de Laudo Natel, (1970-74), montou o mesmo esquema de *press releases* para todo o estado (até hoje a secretaria manda material de propaganda para jornais que desapareceram há vários anos), com o objetivo de encobrir o fracasso do Proinde (um programa de estradas não executado), os atendimentos politiquieiros (pavimentação de 70 acessos no perímetro urbano das cidades do interior) e os contratos irregulares do DER, inclusive a construção de uma estrada sem concorrência pública.

Pouco antes de chegar ao palácio dos Bandeirantes mandou exibir nos cinemas de São Paulo, pequenos filmes sobre os seus planos de governo. E agora, com o dinheiro e a máquina do estado, dispõe do maior esquema de propaganda já montado por um governo essencialmente centralizado em sua figura. Maluf conseguiu, desde o primeiro momento, ter nas mãos todos os canais de televisão. Alguns mais comprometidos, outros menos, mas todos não apenas omitem qualquer crítica direta à administração estadual, como dão *cobertura* especial (casos da *Record*, da *Gazeta* e da *Tupi*) e ainda, mensalmente, entregam *graciosamente* ao governador 10 minutos no

Continua



horário nobre para ele fazer o que bem entender.

## EMPREGOS

Para dominar a chamada *grande imprensa*, Maluf tem-se utilizado dos meios já conhecidos de pressão (publicidade, favorecimento, etc.) e de outro artifício mais eficiente: empregar os diretores. O vice-presidente da Editorial Abril, Rubens Vaz da Costa, foi nomeado secretário do Planejamento. Neutralizou o trabalho jornalístico do *Grupo Folhas* com a nomeação de seu superintendente Carlos Caldeira Filho para a prefeitura de Santos. Encaminhou o presidente da Fundação Casper Líbero (TV e Rádio Gazeta), Joaquim Peixoto Rocha, para a presidência do Banespa. Levou para o seu GAP particular (Grupo de Assessoria e Participação) o diretor-responsável do *Diário do Comércio*, João de Scantimburgo, e nomeou secretário de Comunicação o apresentador de tvê Blota Júnior, que tem trânsito livre na *Record*.

A *Rede Capital de Comunicações*, de propriedade de seu amigo e advogado particular Edevaldo Alves da Silva, comprou, em dois anos, sete emissoras de rádio nas principais capitais do país e está sendo montada para dar sustentação nacional ao projeto político de Maluf. Nas coberturas do "governo itinerante", por exemplo, a *Rede Capital* designou três equipes de *jornalismo* para acompanhar as proezas do governador e transmitiu-as para uma cadeia de 86 emissoras, em todo o país.

O esquema publicitário de Maluf está centrado no aproveitamento máximo do espaço jornalístico das emissoras de rádio e televisão; despejar propaganda do governo, personalizada, em quase todos os veículos de massa; criar espaço para ele próprio ou seus assessores nos mais variados programas de rádio e televisão; e produzir "documentários" e programas especiais, promocionais, para as emissoras de rádio, televisão e cinema.

É com base nesse esquema que os programas de entrevistas das emissoras têm sido amplamente utilizados por Maluf e seus secretários; que os canais de televisão têm exibido um filme, com uma hora de duração, sobre o "governo itinerante"; que os jornais têm publicado anúncios convidando a população para ouvir as palavras do governador, em tal emissora, etc.; que até o Festival de Inverno de Campos do Jordão, outrora dedicado à música, transformou-se em mais um cenário de autopromoção.

Até hoje o secretário das Comunicações, Blota Junior, não esclareceu quanto está custando aos cofres públicos os serviços prestados pela firma Lemos Brito, que desde o início do governo Maluf vem gravando, com modernos equipamentos de *video-tape*, todos os passos do governador. Nem de que conta sai a verba para pagar "os programas especiais" de uma hora exibidos pelos canais de televisão.

Os ocupantes do palácio dos Bandeirantes colocam a propaganda como a prioridade número um da atual administração, e utilizam todos os meios possíveis para impor a versão oficial, de forma abrangente, massacrante, compacta, como ensinaria Goebbels, de maneira que o público não tenha acesso a outras versões. Para alcançar tal objetivo, não importam os meios: corrompem-se os donos da imprensa e os jornalistas corruptíveis; pressionam-se com a verba de publicidade; arranjam-se empregos; favorece-se administrativamente.

Há pouco tempo, *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, revelou ter sido alvo das pressões do governador. Maluf convidou o diretor do jornal, Walter Fontoura, para um almoço e, entre um e outro copo de vinho, abriu o jogo: queria que o jornal minimizasse o material relativo ao caso Lutfalla (que motivou uma ação de enriquecimento ilícito contra o governador, beneficiário das ações de sua mulher Sílvia Lutfalla), em troca de uma boa verba publicitária. Fontoura botou a boca no mundo, talvez indignado com os métodos de Maluf.

Recentemente denunciou-se que o governador Maluf teria comprado a Tv Alagoas, em fase de instalação. O palácio dos Bandeirantes apressou-se em desmentir a informação e deu outra versão para o caso: a emissora alagoana pediu e recebeu apenas um bom empréstimo do Banco do Estado de São Paulo.



A foto "histórica": num jantar a Figueiredo, Maluf ampara Laudo Natel, depois de derrotá-lo



Ao lado de Figueiredo: todos os esforços para mostrar sua liderança em SP

Logo após assumir o governo, Paulo Maluf baixou uma determinação proibindo a contratação de pessoal em todos os órgãos da administração direta e indireta, a não ser com o seu próprio aval. Não foi uma medida moralizadora, mas sim centralizadora, com objetivo essencialmente político. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou, posteriormente, várias reportagens para demonstrar que as contratações continuaram, segundo dados do próprio *Diário Oficial do Estado*. E que todas as nomeações eram de pessoas ligadas politicamente ao governador, em especial os delegados partidários, ou ligados aos deputados que apoiaram Maluf na convenção da Arena.

## ORGIA

A ação centralizadora de Maluf é sentida, hoje, em todos os órgãos da administração estadual, em todos os escalões e, inclusive, na prefeitura do município da capital. Ele controla nomeações, exige demissões, fiscaliza secretários, funcionários, polícia as empresas estatais, coloca seus afilhados nos pontos estratégicos da máquina e faz com que tudo gire em torno da sua pessoa, e do seu estilo autoritário de governar.

Para poder dominar a administração, Maluf teve que intervir diretamente na secretaria do Planejamento e na fundação Seade, órgãos que, na administração anterior, eram fundamentais na elaboração das diretrizes do governo. Nos quatro anos de Paulo Egydio, a Secretaria do Planejamento montou uma eficiente estrutura de acompanhamento do programa governamental, de detecção dos problemas sociais e econômicos e de planificação global das soluções.

A partir dos levantamentos feitos pela secretaria sobre a mortalidade infantil é que o governo estadual decidiu investir em saneamento básico. Na época, muitos dos dados sócio-econômicos divulgados pelo governo de São Paulo provocaram forte reação do governo federal, que não queria aceitá-los publicamente, por serem conflitantes com as propagandas ufanistas do Planalto.

Além disso, a Secretaria do Planejamento estava dando um grande impulso no sentido de democratizar os programas da administração estadual, inclusive com a criação dos conselhos regionais, nos

quais os prefeitos, vereadores e lideranças classistas locais passavam a opinar e interferir na resolução dos problemas de suas respectivas regiões.

Maluf simplesmente substituiu o esforço de centenas de pessoas qualificadas para melhorar o nível de atendimento da administração pública pela demagogia do chamado "governo itinerante", que nada mais é do que a volta ao esquema politiquês de antigamente, no mesmo estilo festivo, paternalista e populista. Em menos de um ano de governo, Maluf destruiu todos os canais que exigiam alguma seriedade administrativa e reintroduziu no estado a orgia do clientelismo.

A Fundação Seade, cuidadosamente estruturada na gestão anterior, também foi alvo dos planos sinistros de Maluf, que a atingiu com a demissão de mais de 100 pessoas de nível técnico, que se dedicavam ao trabalho de levantamento e análise de dados sócio-econômicos do estado de São Paulo.

## FAVORES

O esvaziamento desses órgãos atende claramente às intenções autoritárias do atual governador: de um lado, elimina a possibilidade de que a própria máquina governamental registre, para o futuro, a deterioração do setor social durante a sua administração e, de outro, faz retroceder a tendência democratizante em que começava a ser baseada a programação e a ação governamental. Em função do seu oportunismo político, por exemplo, ele projetou a construção de uma nova capital, que beneficia exclusivamente os grupos econômicos, no centro do estado, exatamente onde possui duas grandes fazendas.

Uma boa prova das intenções administrativas e políticas de Maluf é o próprio orçamento que elaborou para 1980: nele, a verba destinada ao setor da Educação sofreu uma redução de mais de 4% em relação à do ano anterior (de 18,21% passou para 14,03% do total do orçamento); a verba da Saúde idem, foi reduzida de 3,6% para 3,14% além disso, a verba prevista para o pagamento dos 515 mil funcionários públicos do estado compreende 36,6% do orçamento, quando em 1979 foi de 44,06%. De acordo com o parecer do deputado Eduardo

Suplicy, da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, a verba orçamentária para despesas de pessoal "não será suficiente sequer para prover um aumento salarial aos funcionários públicos da ordem de 30%, em 1980, o que provavelmente estará abaixo da inflação prevista no período".

Preocupados com as medidas administrativas adotadas por Maluf e com o orçamento estadual de 1980, os professores das três universidades públicas do estado iniciaram, em novembro, um movimento de resistência e de denúncia da política do governador com relação ao ensino, à educação e à pesquisa. Entre outras coisas, o documento que lançaram diz o seguinte:

"A segunda dimensão da crise que afeta a Unesp, Unicamp e USP se relaciona com a própria política do governo do estado, cuja essência, nos últimos anos tem sido de desviá-las de seus propósitos, nivelando-as à mediocridade que predomina no ensino superior, mantida pela indústria do ensino no país.

"Basta lembrar, a respeito, que entre 1975 e 1980 a participação das verbas destinadas a universidades públicas no orçamento estadual declinou de 5,1% para 3,68% do total das despesas. Os salários do corpo docente e dos funcionários se deterioraram em relação ao aumento crescente do custo de vida e, particularmente, em relação às remunerações que poderiam obter no setor privado. As atividades de pesquisa, para sobreviverem, tiveram que recorrer quase exclusivamente a fontes externas de financiamento, limitando seu grau de autonomia científica e acadêmica".

## PONTES

"A gravidade da situação atual não advém apenas da tendência que se esboça há vários anos. É fundamental notar que, nos oito meses de existência do atual Executivo paulista, o que parecia negligência dos governos anteriores em relação à universidade, à cultura, à docência e à pesquisa, transformou-se em descaso deliberado e hostilidade ostensiva, inclusive às autoridades universitárias.

"Nesse sentido, passou a não ser mais suficiente a diminuição dos recursos destinados ao ensino oficial. Procedeu-se também ao corte substancial de verbas já consignadas na peça orçamentária de 1979 para as três universidades. O poder aquisitivo dos salários dos professores e funcionários foi drasticamente reduzido. Proibiu-se, também, a contratação direta de professores e funcionários, com base na extensão, para as universidades, de um equívoco decreto que abrangia a administração estadual centralizada, golpeando assim a já precária autonomia universitária.

"Para culminar, a proposta orçamentária do Executivo paulista, referente a 1980, reduz fortemente o montante absoluto de recursos destinados à Unesp, à Unicamp e à USP, demonstrando claramente que o governo procurará prolongar o ciclo do arrocho salarial já agudizado em 1979, perseverando na política de não expansão do ensino superior público e gratuito. O corte de verbas reforça a progressiva perda da já limitada autonomia das universidades estaduais, através do crescente controle exercido pelo gabinete do governador".

Não é novidade que, os governos pós-64 tenham se caracterizado pelo favorecimento em grande escala dos grupos empresariais, em detrimento de outros setores dependentes da administração pública. E Maluf, no caso, não foge à regra: dedica a grande maioria do orçamento à construção de pontes, estradas, aeroportos e outras obras do interesse das firmas empreiteiras. E a construção de uma cidade nova para ser a capital administrativa do estado seria, nos seus planos, não apenas a melhor maneira de consolidar sua aliança com o capitalismo paulista (dos setores: financeiro, imobiliário, construção civil, etc.), como também o colocaria entre os audaciosos empreendedores de obras grandiosas. Enfim, a imortalização.

## PRESIDÊNCIA

Durante a campanha eleitoral de 1978 circulou, em alguns estados do Nordeste, a informação de que vários candidatos a



deputado estavam sendo financiados pelo recém-indicado governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf. Na época, a imprensa noticiou o fato, mas pouca gente levou em consideração ou deu maior importância. Mesmo porque ainda havia dúvida se Maluf assumiria ou não o governo do estado.

Hoje, no entanto, parece não existir qualquer dúvida de que o ambicioso governador de São Paulo marcha a passos largos para garantir a sua eleição, em 1984, para a presidência da República. E, caso as regras do jogo sejam mantidas, Maluf pretende chegar ao palácio do Planalto da mesma maneira que chegou ao palácio dos Bandeirantes: ganhando os convencionais do futuro partido do governo e a maioria do Colégio Eleitoral que escolherá o presidente.

Desde que assumiu o governo de São Paulo, ele tem recebido em seu gabinete, periodicamente, deputados estaduais e federais de outros estados. Muitos destes, inclusive, já subiram à tribuna da Câmara Federal para fazer discursos excessivamente elogiosos ao governador. E tudo indica que Maluf espera não só manter esses políticos no parlamento até 1984, como também eleger o máximo de aliados no pleito geral de 1982.

Não se deve esquecer que, para ganhar o governo de São Paulo, Maluf engraxou mais de 700 delegados partidários. Até hoje, muitos desses delegados estão recebendo seus prêmios, principalmente através de empregos para eles próprios, parentes ou amigos. Sem contar aqueles que cobraram em dinheiro, mas que o Tribunal Regional Eleitoral não conseguiu comprovar.

Não se deve esquecer também que, para aprovar o nome do prefeito indicado de São Paulo, Maluf conseguiu dobrar 23 deputados estaduais do MDB. Um outro deputado, José Yunes, chegou a revelar que o preço oferecido ao seu voto era de 20 milhões de cruzeiros. Nada provado, mas o governador conseguiu o que queria e, ainda mais, passou a dominar completamente o ex-presidente e o ex-vice do MDB paulista, respectivamente deputados Natal Gale e José Camargo.

Mais recentemente, Maluf conseguiu que 14 deputados estaduais do MDB deixassem de votar na emenda constitucional que previa a realização de um plebiscito para a mudança da capital. A deputada Irma Passoni denunciou que os seus colegas de bancada haviam recebido dois milhões de cruzeiros ou um apartamento (opcional) cada um para que não votassem na emenda. Também não se sabe ainda quais foram os argumentos de Maluf para que sete deputados federais do MDB (da bancada paulista) votassem favoravelmente à manutenção da sublegenda, mas todos eles são assíduos frequentadores do palácio dos Bandeirantes.

Para demonstrar a sua liderança política no estado ao presidente Figueiredo, o governador Paulo Maluf, despachou vários emissários ao interior paulista com o objetivo de colher assinaturas a uma declaração de fidelidade. Esses emissários procuraram prefeitos da Arena e do MDB, indistintamente, e os ameaçaram de cortar todas as verbas e obras destinadas aos seus respectivos municípios caso não assinassem o documento. A maioria assinou, alguns se negaram.

O prefeito Nelson Mancini Nicolau, de São João da Boa Vista, foi um dos que recusaram a proposta do emissário. No dia seguinte, recebeu um telefonema do presidente da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, Eduardo Prianti, que o convidou para uma conversa em seu gabinete, em São Paulo. O prefeito compareceu e recebeu simplesmente a mesma ameaça: a sua cidade não terá nenhuma obra do governo se não endossar o documento. O prefeito do MDB não assinou e agora aguarda as consequências.

Mas não se deve esquecer que Maluf e outros deputados estaduais e federais que têm se dobrado as suas ordens. Mas sabe também que não será impossível de se alcançar, principalmente quando se tem nas mãos o governo e o dinheiro de São Paulo por mais três anos. Afinal, até agora, ninguém conseguiu barrá-lo, nem o palácio do Planalto, nem a Assembléia Legislativa, nem a Justiça (eleitoral e comum, nos vários processos que sofreu), nem todo movimento popular, sindical e grevista de São Paulo.

# ALTO PODER AQUISITIVO



*Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.*

**RADIO  
UNIVERSAL  
FM STEREO**

*Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 23.80.11 ou 23.07.53 e multiplique suas vendas na classe "A".*



# OS TRÊS DIAS DE FIDEL EM N. IORQUE

Por CACO BARCELOS, de N. Iorque

*Cada uma das 77 horas que o presidente cubano esteve nos EUA custou 40 mil dólares em segurança*

Nos três dias em que Fidel Castro esteve em Nova Iorque, no último mês de outubro, um homem ficou 59 horas consecutivas na esquina da avenida Lexington com a rua 39, à espera de uma oportunidade para matá-lo. Ali, a meia quadra do edifício de 15 andares da Missão Cubana, onde o presidente permaneceu recluso, saindo somente para o seu discurso na Organização das Nações Unidas, havia outros potenciais assassinos, em grupos nunca inferiores a 30 pessoas. Mas, imobilizados pela Operação Marlin — um esquema de segurança que envolveu 12 mil agentes e que custou três milhões de dólares —, tudo o que conseguiram foi brigar com os secretas de Castro e perseguir, surrar ou molestar os marginais da Grande Central Terminal.

A Grand Central é uma das maiores estações ferroviárias e de metrô de Nova Iorque, com um movimento diário de dois milhões de passageiros, sem contar as centenas de empregados que trabalham nas lojas do prédio, nem os marginais que comem aquilo que o povo joga no lixo, usam os sanitários da estação e nela dormem todos os dias. Como Fidel estava hospedado a três quarteirões da Grand Central, os marginais, atraídos pelas luzes e pelo barulho intermitente das sirenas da Operação Marlin, mudaram-se temporariamente para o quarteirão da Missão Cubana. Infeliz mudança para eles, porque ali tornaram-se presas fáceis dos grupos de manifestantes anticastristas, que transferiram seu ódio pelo presidente cubano a todos os barbudos que passavam pela sua frente.

Os policiais do capitalismo — muitos deles trabalhando a contragosto — entraram em ação dois dias antes da chegada de Fidel a Nova Iorque, o que ocorreu às 2h da madrugada de quinta-feira, 12 de outubro. Na terça, eles já isolavam a área que circunda a Missão Cubana: a partir daquele momento, ela seria a *frozen zone*, ou zona congelada, estendendo-se uma quadra em cada direção do quarteirão principal. Toda a área foi cercada com cavaletes e com uma fileira de pregos elétricos, adaptados rente ao asfalto, especiais para estourar pneus, e evitar o ataque, por exemplo, de algum kamikaze motorizado.

Em cada esquina foram instalados 12 faróis de 12 mil watts de potência, ligados noite e dia, e um sistema de televisão em circuito fechado, com cerca de 52 câmaras fixadas em pontos estratégicos, reproduzindo as imagens na sala de controle do QG da Operação Marlin, situada num prédio de dois andares em frente à Missão Cubana, cuja parede do andar superior é de vidro *raiban*. Dali, os homens do QG tinham a visão geral do movimento no quarteirão e podiam dar ordens aos policiais.

Na quarta-feira, chegaram os 270 secretas cubanos que se juntaram à operação, carregando mais armas e munições para o prédio da Missão Cubana, no centro de Manhattan, do que o *companheiro* Fidel tinha ao realizar o primeiro ataque ao comando Moncado, em Santiago de Cuba, 26 anos atrás, ao iniciar a revolução contra o regime do ditador Fulgêncio Batista. Finalmente, meia hora antes de chegada de Fidel, foram fechados ao trânsito todos os acessos do aeroporto John Kennedy e suspensos os vôos mantendo-se no ar os aviões que chegavam para aterrissagem.



Fotos de Avrami Stern

Fidel na ONU: segurança meticulosa e um minuto e meio de aplausos ao líder dos não-alinhados

Toda esta operação de guerra teve apenas uma falha, justamente no momento em que Fidel chegava ao prédio da Missão Cubana. Os policiais esqueceram de colocar alguém no telhado do prédio da esquina da rua 39 e ali surgiu um homem com um objeto na mão, aos gritos de *assassino, assassino!* Felizmente, era um banana e não uma arma, que ele exibia enquanto berrava:

— Olha aqui, barbudo. Eu tenho uma banana. Há quanto tempo não vê uma banana, chupador de cana! Vem cá morder minha banana, assassino!

No dia seguinte, Fidel Castro fez seu esperado discurso na sede da ONU. Durou duas horas e 15 minutos: ele foi interrompido 12 vezes por aplausos e, no final, recebeu uma ovação de um minuto e meio — coisa que raramente acontece ali. Acusou Israel de estar cometendo o crime mais terrível da nossa era — o genocídio dos palestinos —, denunciou a contribuição americana à agressão sionista, defendeu a independência de Porto Rico e, como líder dos não-alinhados, propôs a criação de uma nova ordem econômica mundial.

Foi este o trecho mais discutido de seu discurso, aquele que provocaria as maiores reações na imprensa. Ele disse que uma maneira de reduzir a crescente disparidade econômica seria criar um sistema de ajuda internacional às nações pobres, com a distribuição mínima de 300 bilhões de dólares, através de mecanismos de distribuição criados pela ONU, até o final da década de 80. Este plano de Fidel foi definido como "impraticável e irrealista" por toda a grande imprensa dos Estados Unidos.

Enquanto o presidente cubano realizava seu discurso na ONU, do lado de fora os cães da Operação Marlin descobriram uma bomba enrolada na bandeira de Cuba, jogada na Primeira Avenida, esquina da rua 44, bem em frente ao edifício das Nações Unidas. A bomba foi desativada, mas os protestos se generalizaram e deram origem a grandes brigas, quando surgiu uma brigada pró-Fidel, integrada por cerca de 500 pessoas, entre representantes do Partido Comunista da América, do Partido Socialista Porto-riquenho e da Associação

*Venceremos!*, que envia trabalhadores voluntários a Cuba desde 1969.

Fidel permaneceu 77 horas em Nova Iorque e pelo menos durante 59 horas um homem permaneceu a postos para matá-lo. Este homem transformou-se no principal da Operação Marlin. Armando Santana, de 29 anos, é definido pela CIA como um dos 20 inimigos mais radicais de Fidel Castro. Ele se tornou conhecido nos Estados Unidos depois que, a organização que dirige, o Movimento Nacionalista Cubano, foi acusado de implicação no assassinato do ex-ministro chileno Orlando Letelier em Washington, em 1976. Comprovado o envolvimento do MNC, cinco de seus dirigentes foram condenados à prisão perpétua, em julgamento realizado no início deste ano.

Antes de ser dada a sentença, o irmão de Armando, Germano Novo, preso em Kansas, acusou o governo americano e a CIA de usarem o MNC como bode expiatório para dar continuidade à *trama de inteligência* entre os serviços secretos dos dois países. Segundo Germano, Estados Unidos e Cuba trocam informações que garantem o equilíbrio relativo de forças. "Pelo pacto que foi concretizado, Castro cessaria o respaldo à guerrilha sul-americana — a África não foi incluída — e, em troca, o governo americano deveria desacreditar as organizações anticastristas radicadas nos Estados Unidos".

Armando Santana é "o único homem capaz de planejar um atentado inteligente contra Castro", disse um agente da Operação Marlin. Armando mora em Union City, uma cidade de 200 mil habitantes distante 10 quilômetros de Nova Iorque, e nos últimos três anos esteve preso porque foi pego em flagrante quando tentava explodir um edifício de 14 andares onde deveria realizar-se um seminário sobre a revolução cubana.

Diante do aparato policial da Operação Marlin — em toda a história americana, jamais um estadista teve uma proteção tão meticulosa como esta —, ele disse que havia desistido de elaborar um plano para matar Fidel. Mesmo assim, continuaria ali, pois ainda tinha esperanças: "Pode ser que o homem enlouqueça e, de repente, resolva botar a cara na rua, como fez em 62".

Na ocasião a que se refere Santana,

Fidel Castro visitou vários lugares da cidade e, inclusive, deu uma entrevista coletiva na calçada da rua 125, em frente ao antigo Hotel Teresa — hoje transformado em edifício de escritórios, no centro do Harlem. Naquela ocasião, Castro também falaria com o público através das janelas do Teresa, onde costumava aparecer, comendo um pedaço das galinhas que trouxera de Cuba.

Mas o Fidel de 62 é muito diferente do de agora, como ele próprio afirmou a um grupo de 10 jornalistas, aliás, empresários, donos dos jornais mais poderosos dos Estados Unidos, durante um jantar que lhe ofereceram na Missão Cubana, no sábado à noite. "Naquele tempo eu era um revolucionário. Então podia passear pela cidade e fazer aquelas coisas. Mas agora tenho que ser comedido. Sou estadista, o líder dos não-alinhados. Minhas atitudes devem ser conseqüentes e eu devo lhes oferecer lagostas no jantar em vez de galinhas, embora as galinhas de Cuba sejam melhores que as de vocês, aqui, nos Estados Unidos".

Durante todo o tempo que permaneceu em Nova Iorque, Fidel Castro não só deixou de passear pela cidade, como era a esperança de Armando Santana, como também não deixou o prédio da Missão Cubana até o momento de regressar a Havana da mesma forma misteriosa e imprevista como havia chegado. No sábado, os policiais da Operação Marlin ainda diziam que ele havia decidido permanecer na cidade por mais 10 dias, para encontrar-se com o líder palestino Yasser Arafat.

A versão não se confirmaria e ele saiu do prédio da Missão Cubana às cinco da madrugada de domingo, direto para o aeroporto John Kennedy, frustrando a expectativa dos seus potenciais assassinos. Armando Santana, porém, acredita que haverá nova oportunidade, e que Fidel Castro não lhe escapará. "Foi bom a CIA não nos ter deixado matar o tirano. Se ele fosse morto aqui, a Rússia jogaria uma dúzia de bombas atômicas no Pentágono, na Casa Branca, em Nova Iorque e acabaria com a América. Foi-se o tempo que os gringos poderiam matá-lo. Agora, aqui não dá mais, mas eu o pego em outro lugar".





Os policiais ocuparam telhados dos prédios próximos à Missão Cubana



Um secreta cubano quis atirar contra a multidão e foi desarmado



A operação de segurança mobilizou 12 mil agentes e custou US\$ três milhões, cerca de Cr\$ 96 milhões

*Os Estados Unidos montaram a maior operação de segurança da sua história para proteger Fidel*



O discurso na ONU: defesa de uma nova economia e críticas aos EUA



Armando Santana: o único capaz de um atentado inteligente contra Fidel



Grupos de manifestantes anticastristas



Luzes, barricadas: um quarteirão inteiro de Nova Iorque praça de guerra





## FICÇÃO EM CINCO LANÇAMENTOS DE 1979

### 1) O COBRADOR, de Rubem Fonseca, editora Nova Fronteira

É mais uma coleção de contos deste que é um dos maiores artistas brasileiros no gênero. Sempre com sua linguagem seca e direta, com seu incrível conhecimento do gênero humano e com sua densa narrativa, Rubem Fonseca consegue um livro ainda melhor do que *Feliz Ano novo*.

Ressalte-se que a temática dos contos, título de ambos os livros, é a mesma. De certa forma, as intenções dos marginais que vão passar o Natal, numa casa burguesa são as mesmas do personagem central de *O Cobrador*. Todos pensam que merecem a sua fatia no bolo social antes que o Delfim Netto, generosamente, passe a distribuí-la.

Tanto num, como noutro conto, Rubem Fonseca enfrenta um problema que ronda permanentemente seus trabalhos. É o problema de que a singularidade dos personagens, ou seja, sua patologia *privada*, os desnatura como personagens típicos, gerados pelo meio social hostil e mantenedor dos privilégios.

Mas, se o problema o ronda (e de forma insistente), não é menos verdade que na suas melhores histórias o autor sabe livrar-se dele com galhardia e acuidade. *Almoço na Serra no domingo de Carnaval* e *Mandrake* são duas pequenas obras-primas do livro que, mais tarde, certamente, vão participar de uma "Antologia da Perfeição", juntamente com *Feliz Ano Novo* e *O Cobrador*, que, por si só, justificam Rubem Fonseca como grande escritor.

### 2) FACA NO VENTRE, de Álvaro Alves de Faria, editora Ática.

Um escritor praticamente desconhecido, Álvaro Alves de Faria, apresenta uma poderosa novela, onde a marginalidade e o semiproletariado que habita nossas grandes e médias cidades são apresentados sem a falsa poesia de alguns escritores que se preocupam com este lado da vida.

Um livro vigoroso, hostil à inércia que tende a dominar o homem comum, mas apaixonado pelos oprimidos. Um operário e uma prostituta, tema difícil de ser abordado sem cair na pieguismos e no senso comum, eis a temática que o autor

aborda e consegue elevar a um excelente nível artístico.

### 3) JANTAR ENVENENADO, de Rubem Mauro Machado, editora Ática.

Os contos deste livro comprovam o talento desse jovem escritor gaúcho, ora radicado no Rio. Depois de *Jacaré ao Sol*, onde ele conseguia demonstrar o morraço da classe média, perdida nos seus dramas cotidianos, *Jantar Envenenado* já é um livro mais definido e agressivo.

A obra é parelha, mas eu destacaria como momentos mais altos o conto-título e *Almas*, sem dúvida o que mais exibe a capacidade narrativa do autor. A partir de supostas recordações da infância (na primeira pessoa) é traçado um terno e, ao mesmo tempo, dilacerante painel de uma cidade pequena e de sua vida cotidiana, que só um bom escritor sabe apanhar e desenvolver.

Outro conto que merece destaque, *Almoço-los Antes que nos Jantem*, com temática parecida com a do romance de Álvaro Alves de Faria, já citado é uma denúncia da desumanidade da grande cidade e das condições sociais que a geram.

É evidente que uma obra de ficção não se credencia somente pelo tema. A ficção exige a mestria totalizadora e busca que as situações típicas possam levar o leitor além do que o senso comum alienante consegue chegar. Rubem Mauro Machado sabe chegar lá e nos leva com ele. Com amargor, mas com esperança.

### 4) A NEVE QUEIMA, de Regis Debray, editora Vega.

Neste romance, premiado na França, Regis Debray autocrítica ao nível da literatura de ficção, a sua obra de teórico revolucionário (fracassado) do processo latino-americano. Trata-se de uma história mais ou menos real onde o próprio Debray aparece como personagem (Boris).

Ela tem base nos inúmeros movimentos foquistas que se desencadearam no nosso continente e nos quais milhares de militantes jovens (ou nem tanto), profundamente equivocados, perderam a vida.

Ao mesmo tempo que Debray não consegue esconder sua fascinação pela aventura, ele se apresenta, através de Boris, como uma espécie de Corvo de Allan Poe, que sempre repete, ao fim da estrofe, a palavra mais sólida e a opinião mais definitiva.

Não se pode negar que é um romance de grandes momentos de poesia, de delírio e de paixão pelo homem. Mas nós, que vivemos e sofremos na carne esta crise, sabemos que os aspectos dolorosos da aventura são mais fortes do que a poesia que ela encerra.

É um trabalho que atingiu, certamente, muito mais a sensibilidade do homem médio europeu, particularmente o francês, do que propriamente a nossa, homens médios que somos, no mínimo testemunhas de que o sofrimento é sempre o peso mais sólido do equívoco político aventureiro.

### 5) NÚPCIAS, O VERÃO de Albert Camus, editora Nova Fronteira

Esta obra, que a editora apresenta como ensaios e que, talvez mesmo, Camus tenha pensado que assim fosse, são espetaculares e grandiosas crônicas do autor de *A Peste*, que hoje têm a finalidade especial de humilhar os que pensam que a literatura é documento de análise e avaliação para psicoterapeutas ou para os que pensam que o *opcolo mondo* do escritor emparedado nos seus conflitos de indivíduo seja do interesse da humanidade.

Escolho um pequeno fragmento de *Núpcias em Tipasa*: "Ao fim de alguns passos, os absintos agarram-se à nossa garganta. Seu pêlo cinzento recobre as ruínas a perder de vista. Sua essência fermenta sob o calo, e da terra ao sol eleva-se, sobre toda a extensão do mundo, um álcool generoso que faz vacilar o céu. Caminhamos ao encontro do amor e do desejo. Não buscamos lições, nem a amarga filosofia que se exige da grandeza. Além do sol, dos beijos e dos perfumes selvagens, tudo o mais nos parece fútil".

TARSO FERNANDO GENRO

## REFLEXÕES SOBRE O HOMEM

EDUCAÇÃO E MUDANÇA, de Paulo Freire, editora Paz e Terra, 80 páginas.

Cada livro do professor Paulo Freire é uma lição poderosa de otimismo, humildade, de amor pelas pessoas, especialmente pelos oprimidos. Este, que se pode chamar um livreto, não é diferente. É um be-a-bá, mas se engana quem o avalia pela sua aparência. Quem o lê — e ele pode ser lido num fôlego — não sai impune de suas poucas páginas e, ao refletir sobre as verdades que Paulo Freire expõe, de forma extremamente simples e precisa, certamente voltará a ele. Voltando, descobrirá novas riquezas, novas lições.

"Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem", diz Paulo Freire. E é exatamente isso que ele faz, com comovimento honestidade intelectual.

Transcrevemos um trecho, tirado ao acaso, mas que dá o tom do livro:

### AMOR-DESAMOR

"O amor é uma tarefa do sujeito. É falso dizer que o amor não espera retribuições. O amor é uma intercomunicação íntima de duas consciências que se respeitam. Cada um tem o outro, como um sujeito do seu amor. Não se trata de apropriar-se do outro.

Nesta sociedade há uma ânsia de impor-se aos demais numa espécie de chantagem de amor. Isto é uma distorção do amor. Quem ama, o faz amando os defeitos e as qualidades do ser amado.

Não há educação sem amor. O amor implica luta contra o egoísmo. Quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar. Não há educação imposta, como não há amor imposto. Quem não ama não compreende o próximo, não o respeita.

Não há educação do medo. Nada se pode temer da educação quando se ama".

EBC

## Lançamentos

**O PAPEL DO AMOR**, de Ary Quintela e outros. Essa antologia de contos, organizada por Edla Van Steen, traz alguns dos melhores escritores da atualidade falando e vivendo "um assunto, aparentemente, em falta no mercado". Por isso mesmo, o tema. E depois, diz Edla, porque, dos sentimentos do homem brasileiro, esse é o que carrega nossa carga maior, precisamente a da humanidade e esperança". Livraria Editora Cultura, 192 páginas.

**A CASA DAS QUATRO LUAS**, de Josué Guimarães. Com esse livro, o autor do *A Ferro e Fogo*, volume I e II estréia na literatura infantil. L&PM, Editores, 132 páginas, Cr\$ 120,00.

**POEMAS** de Mao Tse-Tung. Guerreiro e político, homem de refinada cultura, o fundador da nova China, tinha na poesia sua maior força de expressão. Editora Paz e Terra, 42 páginas.

**O PENSAMENTO DE LÊNIN**, de Luciano Gruppi. O livro é uma rigorosa análise da profunda ligação entre a elaboração teórica de Lênin, a situação russa e o desenvolvimento internacional do movimento operário. Editora Graal, 320 páginas, Cr\$ 280,00.

**SIUNOPSES DA STANDARD EDITION DA OBRA PSICOLÓGICA COMPLETA DE SIGMUND FREUD**. Trata-se da tradução do volume *Abstracts*, publicado nos Estados Unidos por uma equipe patrocinada pela Sociedade Americana de Psicanálise. O público brasileiro tem, então, ao seu alcance, num só volume, a totalidade dos textos psicológicos de Freud, sob a forma de artigos sintéticos, com uma média de 200 palavras cada um. Editora Salamandra, 480 páginas, Cr\$ 580,00.

**FREUD PARA CRIANÇAS**, de Louise Armstrong. De acordo com a editora, esse livro permitirá às crianças explicar a seus pais os termos mais elementares do vocabulário freudiano. A autora é psicanalista e publicitária em Nova Iorque e Whitney Darrow Jr., o ilustrador, desenhista especializado em motivos da infância. Vertente Editora, 72 páginas, Cr\$ 85,00.

**FUNDAMENTOS PARA O ESTUDO DA PINTURA**, de Edson Motta. Uma obra fartamente ilustrada sobre a arte, que permite uma análise minuciosa das intenções do pintor. Editora Civilização Brasileira, 144 páginas, Cr\$ 180,00.

**MANUSCRITO DO HERÓICO EMPREGADINHO DE BORDEL**, de Mário Lago. Poucos brasileiros hoje não conhecem o autor, pelo menos vendo-o em suas apresentações na televisão. Autor, ator, compositor, escritor Mário Lago oferece ao público o fruto de sua vivência cultural urbana. Editora Civilização Brasileira, 136 páginas, Cr\$ 130,00.

**AMÉRICA PRÉ-HISTÓRICA**, de Betty J. Meggers. Esse livro teve origem num trabalho feito para a Unesco, com a intenção de resumir a arqueologia do Novo Mundo, em um manuscrito de 100 páginas. Editora Paz e Terra, 250 páginas.

**O SALTIMBANCO AZUL**, de José Carlos Oliveira. Como diz o próprio autor, "desejei fazer, da crônica, uma aventura contínua, que fosse, por assim dizer, a metáfora de um diário; o sonho, a insônia, a embriaguez alcoólica, os delírios nascidos da mente obliterada pelo uísque, tudo entra, tudo acrescenta alguma coisa ao retrato final do pequeno artista do cotidiano...". L&PM, Editores, 270 páginas, Cr\$ 200,00.

**NÓS, DO ARAGUÁIA (PEDRO CASALDÁLIGA, O BISPO DA TEIMOSIA E LIBERDADE)**, de Edilson Martins. O autor relata a experiência exemplar de Dom Pedro do Araguáia, numa espécie de documentário para abrir os olhos e dissipar todo o mal com que interesses escusos procuram cercar a luta do povo daquela região. Editora Graal, 220 páginas.



# CRÔNICA DE UMA FAMÍLIA OPERÁRIA

**FILHOS DO MEDO** — Um romance suburbano, de Roniwalter Jatobá, Editora Global, Cr\$ 100,00.

Fiel ao que pretende em literatura, Roniwalter Jatobá lança mais um livro, agora um romance, sobre a condição operária. Num panorama como da nossa literatura, tão pobre quando se trata da obsecção da classe operária, é importante que se diga que *Filhos do Medo* vem preencher um lugar importante. Sendo o seu autor homem proveniente da classe operária, é lógico que mire seu enfoque sobre as certezas e incertezas desta parcela da população.

Não sendo um livro ideológico ou panfletário, é, antes de mais nada, a crônica de uma família composta de pai, mãe e um filho. Através deste se faz o desenrolar da trama ficcional. O pai é feito de uma fábrica química e, como tal, um operário mais diferenciado, que vê no seu trabalho uma forma de melhorar sua condição, não preocupando-se com as condições não tão humanas de trabalho dos seus colegas. Para isto passa sempre longe dos companheiros que lutam por melhoria de salário e dos marginalizados a quem chama de vagabundos. Prepara seu filho para que ocupe um lugar igual ao seu, que suba na vida, mesmo que para isto tenha que atraiçoar e aceitar as más condições a que são submetidos seus companheiros.

Jacinto tem que abandonar o colégio, como tantos em idênticas condições, para ser aprendiz numa prensa. Acorda de madrugada, toma os trens apinhados que seguem para os locais de trabalho, tendo como meta o tornar-se operador da prensa, um operário especializado e diferenciado como seu pai. Leva uma vida repulsiva, como se não entendesse o sentido de tudo aquilo, mas continua alcançando o que seu pai deseja.

Opportunidade de melhorar sua condição surge quando Felipe, o operador da prensa, fere-se, e Jacinto diz aos chefes que fora de propósito, assumindo o seu lugar. Começa a tomar cuidado para não ser envolvido nas greves e manifestações, para não perder a posição que alcançou.

Com o conhecimento de Emília Emiliano, não só o conhecimento do amor, mas da realidade social é adquirido por Jacinto. Emília Emiliano é uma migrante do interior, que traz nas suas vivências o mundo martirizado do campo e uma consciência clara das coisas que a cercam. A partir deste momento Jacinto não é mais o mesmo. A lembrança de Felipe é remorso na sua consciência e já não pode ser o mesmo. Apesar disto, ainda continua indeciso. Serve às vezes de informante, delatando a greve aos patrões.

Só ocorrerá uma ruptura definitiva na vida de Jacinto, quando Emília Emiliano resolve voltar para o interior e enfrentar os seus fantasmas familiares. Com a ausência da mulher, transtorna-se a vida de Jacinto. Nada mais é o mesmo. A vida da fábrica não tem mais sentido. Suas atitudes negativas são notadas e Jacinto acaba despedido. Torna-se então um marginal, a quem todos negam emprego, como Filinto, colega de seu pai e ativista político, que nunca mais conseguiu emprego.

Jacinto aceita sua nova condição de marginalizado, assumindo o passado de Emília Emiliano, partindo ao seu encontro e de seu filho, mesmo que tenham que retornar para a cidade grande e para um futuro incerto.

Não sendo um livro maniqueísta, o autor não divide as personagens em boas ou más. Cada uma segue a trajetória que a sua condição social determina. A caminhada de Jacinto é cheia de perplexidade e incompreensão. É um ser desencontrado consigo mesmo e com sua classe social. O romance não dá resposta aos problemas de Jacinto, assim como a vida, por si só, não modifica certas condições históricas, no momento em que ainda não estão maduras as condições para as mudanças.

JOSÉ EDUARDO DEGRAZIA



## PSICANÁLISE NO JOGO DO ESPELHO

**JACQUES LACAN, UMA INTRODUÇÃO**, de Anika Lemaire, Tradução de Durval Checchinato, editora Campus, 371 páginas, Cr\$ 240,00.

O livro, editado em Paris há dez anos, foi tese de licenciatura da autora. É considerado o primeiro estudo em profundidade que se fez sobre o pensamento deste polêmico psicanalista francês, uma introdução aos *Escritos* e uma via de acesso a sua discutida escola psicológica. Jacques Lacan, psiquiatra e psicanalista, foi membro titular da Sociedade de Psicanálise de Paris, antes de 1939. Em 1932, recebe o título de Doutor em Medicina, com a tese publicada em livro.

Em 1953, um grupo de psicanalistas liderados por Lagache e Lacan fundou a Sociedade Francesa de Psicanálise. Finalmente, em 1963, funda a Escola Freudiana sem mais ter vinculações com a Associação de Psicanálise Internacional. As maiores críticas de Lacan são contra a Psicanálise norte-americana, especialmente a noção de um ego autônomo, objetivamente concebido no excesso de culturalismo. Considera uma regressão ou decadência da Psicanálise Contemporânea, degenerando esta a um behaviorismo frustrado ou reeducação emocional.

Ele, Lacan, faz uma profunda releitura da obra freudiana recuperando trabalhos teóricos e clínicos de Sigmund Freud, esquecidos por muitos de seus seguidores.

Atualmente, Jacques Lacan é muito estudado. É uma moda? Parece que não, pois há dez anos é o autor mais lido não só por psicanalistas, como, também, por filósofos e lingüistas. Alguns importantes psicanalistas argentinos chegaram a afirmar que foi Lacan, depois de Freud, que revolucionou realmente a psicanálise.

Uma crítica freqüente a este psicanalista francês é que escreve de uma forma difícil e rebuscada. Até certo ponto, é verdade, mas isto não serve para desqualificar seus *Escritos*. Para ler sua obra é necessário conhecer não somente Freud, mas, também, estruturalismo, Hegel, lingüística. Enfim não é tarefa simples. Octave Mannoni escreveu que nem Freud nem Lacan escolheram deliberadamente seus estilos. Utilizaram e desenvolveram uma maneira de escrever que lhes era natural.

Alguns temas presentes no livro: lingüística e o emprego que faz Lacan na sua obra, em especial, a questão do Significante. O Inconsciente e como está estruturado. Os Registros abordando o Imaginário, Simbólico e Real. As diferenças entre Desejo, Demanda e Necessidade. As características da Fase do Espelho, relacionado com a formação do ego e a densa problemática do Narcisismo. Complexo de Édipo e principalmente o Complexo de Castração como estruturante do sujeito humano. As concepções de Lacan sobre Cura, Transferência, Interpretação, Neuroses e Psicoses.

Um dos conceitos mais conhecidos de Lacan é a Fase do Espelho. No capítulo III, A Função do Complexo de Édipo no Acesso ao Simbólico, Lemaire busca definir esta fase. Neste sentido, utiliza os dois textos nos quais o conceito foi desenvolvido. A Fase, do Espelho, como formador da função do ego, tal como se nos revela na *Experiência Psicanalítica*, de 1949, e *Agressividade em Psicanálise*, de 1948. Ambos trabalhos foram apresentados em Congressos Internacionais de Psicanálise.

A relação dual primária da criança com seu semelhante, seja outra criança, a imagem dele mesmo que lhe devolve o espelho, ou da sua própria mãe — não proporciona à criança sua subjetividade. Segundo Jacques Lacan, desempenha a função de um reconhecimento da totalidade do corpo, experimentado reativamente como algo fragmentado. Nesta fase, que inicia entre os seis e oito meses, se dará a formação do ego, um ego de desconhecimento, pois o conhecimento vem do outro especular. Freud, em *Introdução ao Narcisismo*, caracterizara de novo ato psíquico. Neste sentido, também nesta fase é que se desenvolve o Narcisismo Primário em contraposição ao Auto-erotismo dos primeiros meses.

A relação dual inicia a dialética das identificações alienantes e o movimento estará dado pelo Desejo. Resulta indispensável aceder à mediação do Simbólico para que se realize a ordenação do mundo, das coisas, dos seres.

Ao instalar-se no registro simbólico da linguagem e da família, a partir do Complexo de Édipo, representa para a criança uma delimitação de sua individualidade no seio do grupo familiar e no seio da sociedade. É o passo da relação dual, a imediata, especular, a relação mediata característica do registro simbólico em contraposição ao imaginário.

Assim, a captação pela imagem da forma humana dominará entre os seis meses e os dois anos e meio o comportamento da criança em presença de seu semelhante, comportamento que será de identificação: a criança que bate, diz que lhe bateram; a que vê cair, chora.

A Fase do Espelho, em síntese, é a fase da identificação narcisista alienante (identificação primária) — o sujeito é o seu duplo através do outro. Guimarães Rosa escreveu um conto cujo título é *O Espelho* e Guy de Maupassant e outro intitulado *Horla*, que descrevem bem esta questão do duplo, do especular.

É fácil notar como a obra lacaniana inclui os temas fundamentais da Psicanálise. Muitos autores foram influenciados por Lacan, tais como: François Perrier, Laplanche, Pontalis, Pierre Auragnier, Leclaire, Dolto, Octave e Maud Mannoni.

Talvez, nós, brasileiros, tenhamos um grave defeito. Muitas vezes, antes de ler ou estudar um autor qualquer, dizemos que é bom ou mau por este ou aquele detalhe. Creio que com Jacques Lacan ocorre isto.

ABRÃO SLAVUTZKY

**Querida família:**  
Um drama do nosso tempo.  
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.  
Cr\$ 70,00

**COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO**  
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão  
Erik Baettcher  
Friedrich Steh  
Walter Hartert  
Harry Westermann  
DEBATE 1  
COLEÇÃO COOPERATIVISMO  
Cooperativismo e Competição  
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.  
Coleção Cooperativismo Selo Debate nº 1  
Cr\$ 75,00

## DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):  
 ..... exemplar(es) — Querida Família  
 ..... exemplar(es) — Cooperativismo e Competição ao  
 preço total de Cr\$ ..... 00.

Nome.....  
 Rua..... Bairro.....  
 Cidade.....  
 CEP..... Estado.....

Assinatura

✂ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).

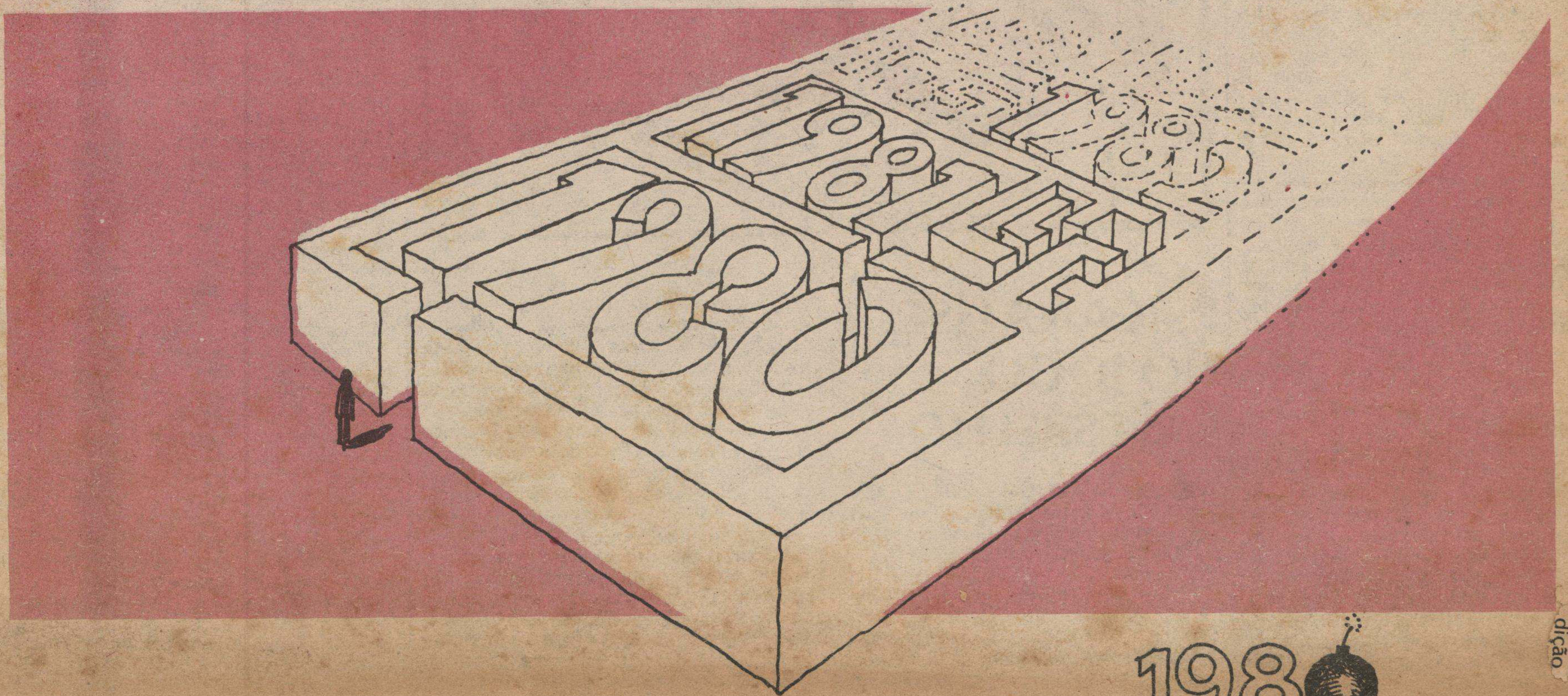




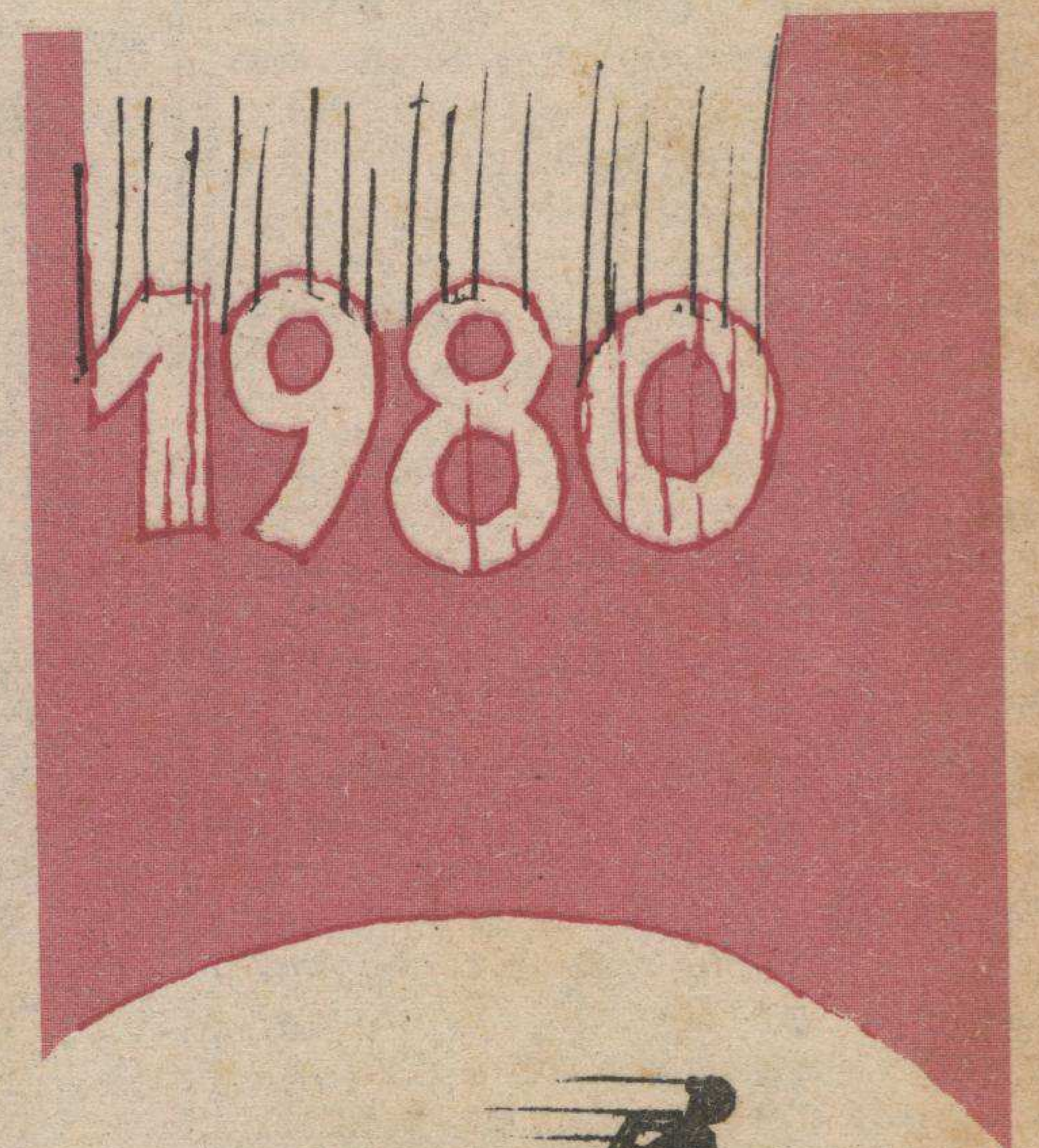
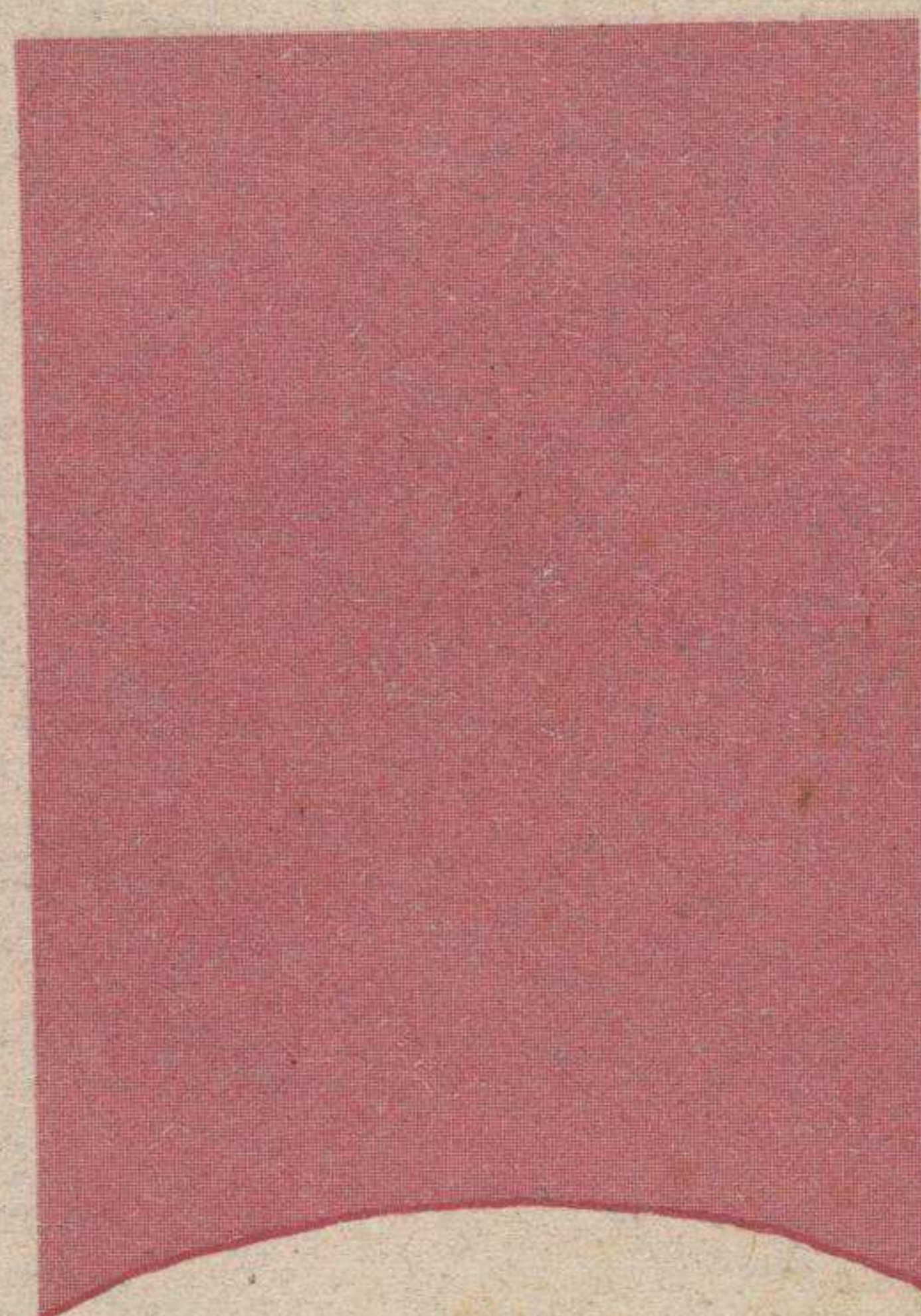
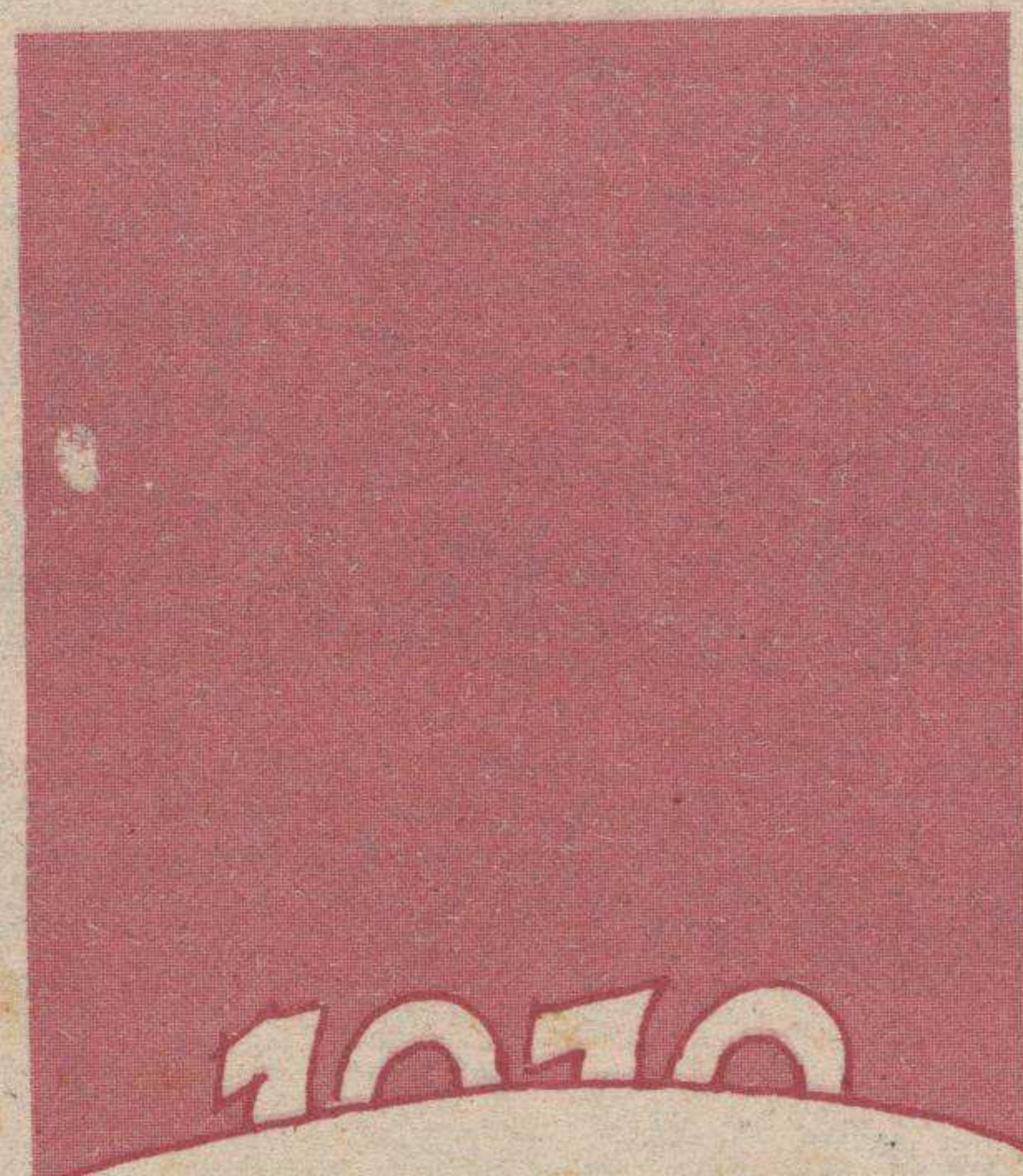
**LUIS FERNANDO VERÍSSIMO**

**FELIZ DÉCADA**

1980



1980



o  
até  
A  
dição